

CAPÍTULO I

Evolução e enquadramento actual da participação empresarial de entes públicos

1. História da participação empresarial de entes públicos

1.1. As empresas com capitais públicos até às nacionalizações de 1974

Até ao 25 de Abril de 1974, a intervenção do Estado no sector empresarial pode ser decomposta temporalmente em três grandes períodos.

O primeiro, até à Primeira Guerra Mundial, caracterizou-se pela formação de um pequeno núcleo de “serviços autónomos”, cuja origem assentou basicamente em três ordens de razões:

- necessidade de viabilizar economicamente empresas de importância estratégica, como foi o caso dos Caminhos-de-Ferro do Estado;
- intenção de transformar serviços públicos em unidades geridas numa perspectiva empresarial, o que deu origem à Caixa Geral de Depósitos;
- tentativa de administração directa de monopólios fiscais, caso da Administração dos Tabacos.

O segundo período, que vai desde a Primeira Guerra Mundial até ao 28 de Maio de 1926, traduziu-se por um alargamento do âmbito da intervenção do Estado a sectores como a segurança social e a agricultura e, por outro lado, a uma perda de rentabilidade, em parte devida à crise económica do pós-guerra, mas também devida a casos pontuais de má gestão.

O terceiro período, iniciado com o advento do Estado Novo, foi marcado por uma nova filosofia de intervenção, consubstanciada em duas vertentes: uma, de redução da intervenção directa do Estado, através da atribuição de concessões ao sector privado; e outra, envolvendo a participação

do Estado em empresas mistas, com particular incidência nos sectores da energia, dos transportes, siderúrgico e da comunicação social.

Assim, imediatamente antes do 25 de Abril de 1974, as empresas integralmente detidas pelo Estado, de forma directa, resumiam-se à CGD (fundada em 1876, com estatuto empresarial desde 1969, e transformada em sociedade anónima em 1993), AGA (criada pelo DL n.º 7/74, de 12 de Janeiro, a partir da Administração-Geral do Álcool), CTT (criados pelo DL n.º 49 368, de 10 de Outubro de 1969, a partir da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones), TLP (criada pelo DL n.º 48 007, de 26 de Outubro de 1967, a partir da “The Anglo Portuguese Telephone Company, Ltd.”, em virtude da cessação do contrato de concessão estabelecido entre aquela empresa e o Estado Português), EPPI (criada pelo DL n.º 133/73, de 28 de Março) e INCM (criada pelo DL n.º 225/72, de 4 de Julho, a partir da fusão da empresa pública Imprensa Nacional com a Casa da Moeda). O BFE encontrava-se numa situação intermédia, na medida em que se tratava de uma sociedade anónima de economia mista, com maioria de capitais públicos.

Ao nível das empresas parcialmente participadas caberá referir a TAP, METRO, SN e RTP, bem como diversas empresas hidroeléctricas e petrolíferas. De salientar ainda a situação da CARRIS e CP que, embora fossem empresas privadas, eram objecto de apoio estatal através de um regime de subsidiação da respectiva exploração.

Um retrato mais sistematizado da composição do Sector Empresarial do Estado em 1974 pode ser encontrado em Sousa Franco¹:

« a) Empresas públicas tradicionais: Emissora Nacional de Radiodifusão, estabelecimentos fabris militares (OGMA, FMBP, FNMAL, LMQF, MM, OGME, AA, FNC), Fábrica-Escola Irmãos Stephens, Serviços Florestais e Agrícolas, Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique, Teatro Nacional de S. Carlos, Aeroportos (8) e Portos (AGPL, APDL, 9 Juntas Autónomas); objectivamente sê-lo-iam a Lotaria Nacional e as Apostas Mútuas Desportivas.

b) Empresas públicas “modernas”: Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência; Imprensa Nacional - Casa da Moeda; AGA; CTT; TLP; EPPI; EPUL; EPAL (logo após a revolução foi ocupada e nacionalizada, porque se tratava de uma concessão quase a chegar ao termo); EEM (Empresa de Electricidade da Madeira).

¹ Finanças do Sector Público - Introdução aos Subsectores Institucionais, Lisboa, AAFDL, 1991, pp 236/238.

- c) Empresas públicas de âmbito local: EPUL, STCP (serviços municipalizados ao abrigo do Código Administrativo).
- d) Alguns casos duvidosos de serviços públicos com componente empresarial (a que devem assimilar-se algumas "empresas de contabilidade pública": os "fundos financeiros").
- e) O sector da economia mista: gestão das participações do Estado, delegados do Governo e administradores por parte do Estado, v.g., na SACOR, CP, TAP e Banco de Portugal,...
- f) As funções produtivas económicas de certos organismos corporativos: Grémios e Casas da Lavoura, FNPT e FNIM eram os casos mais relevantes.
- g) As funções empresariais de certos organismos de coordenação económica: CRCB, JNPP, JNV e IAPO ».

Para além destas entidades, havia ainda participações directas e indirectas no capital social de muitas empresas, detidas por entidades públicas como o Tesouro, a Segurança Social e a Caixa Geral de Depósitos.

O Estado possuía assim um apreciável património financeiro, consubstanciado quer na detenção de participações maioritárias no capital social de muitas sociedades, quer no controlo, através da concessão de crédito e prestação sistemática de garantias pessoais, de muitas outras empresas, algumas das quais implantadas em sectores básicos da actividade económica, tais como, indústrias extractivas, do papel, químicas, da refinação de petróleos; sector da electricidade; sector dos transportes e comunicações; bancos e seguros e operações sobre imóveis.

No entanto, a escassez de recursos em *management*, associada à inexistência de uma estrutura capaz de gerir adequadamente esse património - só em 1972 se criou a Inspeção Geral das Participações do Estado - e, sobretudo, a ausência de uma vontade política determinada a explorar as potencialidades do património financeiro referido, foram razões que impediram uma melhor utilização das participações do sector público na consecução de objectivos de política económica e social.

1.2. O processo de nacionalizações (1974 -1976)

O Programa do Movimento das Forças Armadas que tomou o poder em 25 de Abril de 1974, derrubando o regime do Estado Novo, previa a realização de uma política anti-monopolista. Uma das medidas previstas era a nacionalização dos bancos emissores (metropolitano e ultramarinos); essa nacionalização veio a concretizar-se em 13 de Setembro de 1974, através dos decretos-lei n.º 450/74, para o Banco de Angola, n.º 451/74, para o Banco Nacional Ultramarino e n.º 452/74 para o Banco de Portugal.

Na sequência do 11 de Março de 1975, o Conselho da Revolução iniciou, logo no dia seguinte, um processo de nacionalização dos sectores básicos da economia, processo que foi depois prosseguido pelos 4º, 5º e 6º governos provisórios. Em 24 números do então 'Diário do Governo' foram nacionalizadas duzentas e quarenta e quatro empresas (v. Quadro I), processo que por sua vez deu origem a um sem-número de participações indirectas. Por outro lado, a este universo há que adicionar as empresas intervencionadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de Novembro², que foram cerca de quatrocentas.

O panorama económico nacional alterou-se completamente. De um regime assente em sete grandes conglomerados de capital privado, passou-se a uma economia onde o peso do Estado atingiu níveis muito elevados. Directa ou indirectamente, o Estado nacionalizou, expropriou ou interveio em quase duas mil empresas.

Em síntese, foram directamente nacionalizadas empresas nos sectores da banca, dos seguros, do petróleo, dos transportes, da siderurgia, da energia, dos cimentos, da celulose, dos tabacos, da indústria química, da construção e reparação naval, da pesca e da comunicação social, com excepção de algumas pequenas empresas e das empresas e partes do capital que eram propriedade de estrangeiros facto que aliás criou uma discriminação entre interesses privados portugueses e interesses privados estrangeiros, aqueles claramente desfavorecidos em relação a estes.

² Posteriormente alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 222-B/75, de 12 de Maio, 597/75, de 28 de Outubro e 631/75, de 14 de Novembro.

Diplomas legais de nacionalização de empresas

DIPLOMA	DATA	EMPRESAS
DL n.º 450/74	13 de Setembro	Banco de Angola
DL n.º 451/74	13 de Setembro	Banco Nacional Ultramarino
DL n.º 452/74	13 de Setembro	Banco de Portugal
DL n.º 132-A/75	14 de Março	Instituições de Crédito com sede no Continente e Ilhas
DL n.º 135-A/75	15 de Março	Companhias de Seguros com sede no Continente e Ilhas
DL n.º 205-A/75	16 de Abril	Empresas do sector petrolífero
DL n.º 205-B/75	16 de Abril	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses
DL n.º 205-C/75	16 de Abril	Companhia Nacional de Navegação
DL n.º 205-D/75	16 de Abril	Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos
DL n.º 205-E/75	16 de Abril	Transportes Aéreos Portugueses
DL n.º 205-F/75	16 de Abril	Siderurgia Nacional
DL n.º 205-G/75	16 de Abril	Empresas do sector da energia eléctrica
DL n.º 221-A/75	9 de Maio	Empresas de cimentos
DL n.º 221-B/75	9 de Maio	Empresas de celulose
DL n.º 228-A/75	13 de Maio	Empresas de tabacos
DL n.º 280-A/75	5 de Junho	Metropolitano de Lisboa
DL n.º 280-B/75	5 de Junho	Empresa Geral de Transportes
DL n.º 280-C/75	5 de Junho	Empresas de transportes públicos de vários grupos nacionais
DL n.º 346/75	3 de Julho	Companhia Carris de Ferro de Lisboa (parte não pertencente a estrangeiros)
DL n.º 434/75	14 de Agosto	Sociedade Mineira de Santiago e parte do capital da Pirites Alentejanas não pertencente a não-portugueses
DL n.º 453/75	21 de Agosto	Companhia Nacional de Petroquímica
DL n.º 457/75	22 de Agosto	Sociedade Portuguesa de Petroquímica, Amoníaco Português e Nitratos de Portugal
DL n.º 478/75	1 de Setembro	Estaleiros Navais de Setúbal e Estaleiros Navais de Viana do Castelo
DL n.º 532/75	25 de Setembro	Companhia União Fabril (CUF)
DL n.º 561/75	2 de Outubro	Sociedade de Gestão e Financiamento e Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes (do Grupo CUF)
DL n.º 701-C/75	17 de Dezembro	Sociedade de Fainas de Mar e Rio
DL n.º 701-D/75	17 de Dezembro	Empresas de transportes fluviais no Tejo
DI n.º 701-E/75	17 de Dezembro	Sociedade de Cargas e Descargas Marítimas
DI n.º 572/76	20 de Julho	Empresas de pesca
DL n.º 628/75	13 de Novembro	Companhia das Lezírias do Tejo e Sado
DL n.º 674-C/75	2 de Dezembro	Comunicação social falada
DL n.º 674-D/75	2 de Dezembro	Rádio Televisão Portuguesa
DL n.º 639/76	29 de Julho	Comunicação social escrita

Na sequência das transformações operadas, assistiu-se a um forte incremento do peso do Sector Público Empresarial na economia, o que pode ser visualizado no quadro seguinte:

Peso do Sector Público Empresarial antes e depois das nacionalizações (%)

Indicadores Globais	Antes das nacionalizações	Depois das nacionalizações		
		Total	EP	Participações
VAB	7,8	22,9	13,6	1,5
FBCF	15,8	41,6	25,6	1,6
Emprego	12,4	19,3	6,0	0,5

Fonte: Sousa Franco (1991), ob. cit. p. 241

Desenvolvido num contexto marcado por grande instabilidade política, o processo de nacionalizações esteve longe de ter tido, na sua génese, uma motivação de racionalidade económica assente em critérios objectivos. No entanto, em alguns casos, o propósito que esteve na base da nacionalização das empresas ou grupos de empresas foi o de assegurar o controlo, por vezes absoluto, de todo um sector, o que prefigura uma intenção clara de dotar o Estado de um importante poder intervencionista no conjunto da economia, de resto conforme os pressupostos do movimento nacionalizador.

1.3. O Sector Empresarial do Estado, das nacionalizações às privatizações

1.3.1. O período de 1976 a 1979

Como foi já referido, após o processo de nacionalizações, a actividade das empresas públicas e nacionalizadas, por um lado, e a das empresas participadas, maioritariamente ou minoritariamente detidas pelo Estado, por outro lado, passou a representar uma parcela muito significativa da actividade económica, qualquer que seja o indicador utilizado para efeitos de avaliação (cf. quadro da página anterior).

Após a vaga das nacionalizações, o SEE foi objecto de profundas reestruturações, um pouco ao sabor de factores de ordem ideológica e também em reacção aos desafios colocados pela crescente internacionalização da economia portuguesa e, em particular, pelo processo de integração europeia.

Numa primeira fase, que se estende até ao fim da década de setenta, assistiu-se à criação do sistema legislativo enquadrador do processo de nacionalizações, adaptado à dimensão e sustentação do SEE (Constituição de 1976, Bases Gerais dos Estatutos das Empresas Públicas, criação do IPE e Lei de delimitação de sectores); esta fase corresponde à “fase de organização” de acordo com Sousa Franco (1991, p. 242).

No artigo 80º da Constituição de 1976, referia-se que: “A organização económico-social da República Portuguesa, assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos ...”

E no n.º 1 do seu artigo 83º determinava-se a irreversibilidade das nacionalizações: “Todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras”, acrescentando o n.º 2 que “ As pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas, fora dos sectores básicos da economia, poderão, a título excepcional, ser integradas no sector privado, desde que os trabalhadores não optem pelo regime de autogestão ou de cooperativa.”

A lógica do processo tal como enunciada na Constituição de 1976 fica completa com a aprovação da Lei n.º 46/77, de 8 de Julho, que veio vedar diversos sectores da actividade económica à iniciativa privada. Concretamente: a actividade bancária e seguradora; a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público; a produção e distribuição de gás, igualmente para consumo público, através de redes fixas, desde que ligadas à respectiva produção; a captação, tratamento e distribuição de água, através de redes fixas; o saneamento básico; as comunicações por via postal, telefónica e telegráfica; os transportes regulares aéreos e ferroviários; os transportes públicos colectivos urbanos de passageiros nos principais centros populacionais (excepto automóveis ligeiros); a exploração de portos marítimos e aeroportos e as indústrias de armamento, refinação de petróleos, petroquímica de base, siderúrgica, adubeira e cimenteira.

Na sequência da Constituição de 1976, são aprovados os diplomas que definiam os princípios gerais a que devia obedecer o Sector Empresarial do Estado: o Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril (Bases Gerais dos Estatutos das Empresas Públicas) e o Decreto-Lei n.º 496/76, de 26 de Junho (Estatuto do Instituto das Participações do Estado). Estes dois últimos diplomas, juntamente com outros conexos, fazem parte do grupo que poderá ser designado por legislação regulamentadora e instrumental.

O primeiro diploma, conforme referido no seu preâmbulo, “define os princípios fundamentais a que devem obedecer as empresas públicas, constituindo, por assim dizer, uma moldura dentro da qual se admite a diferenciação desses estatutos, em ordem a permitir a sua adaptação às características da actividade de cada empresa”. De acordo com o legislador, a posição assumida pelo Estado afastava-se quer da orientação seguida na maioria dos países da Europa Ocidental quer da Europa do Leste, como eram designados os então bloco capitalista e socialista.

Os princípios fundamentais da actividade financeira das Empresas Públicas (EP) eram os seguintes:

- a) Autonomia plena (administrativa, financeira e patrimonial);
- b) Sujeição ao Direito comum;
- c) Excepcionalidade do exercício de poderes de autoridade;
- d) Titularidade e responsabilidade fundamental da gestão atribuída ao Estado ou outras pessoas colectivas públicas;
- e) Sujeição a orientação, tutela e controlo do Governo;
- f) Gestão empresarial adequada para assegurar a viabilidade e o equilíbrio financeiro das unidades produtivas, embora com sujeição a critérios de interesse social.

Já anteriormente haviam sido aprovadas as bases gerais das instituições bancárias nacionalizadas e o regime geral das empresas seguradoras nacionalizadas. O enquadramento legislativo das Empresas Públicas foi completado através de um conjunto de outros diplomas, com destaque para: Decreto-Lei n.º 490/76, de 23 de Junho (que define os critérios a que deverá obedecer a fixação do capital estatutário das EP), o Decreto-Lei n.º 831/76, de 25 de Novembro (que

aprovou o estatuto do gestor público), o Decreto-Lei n.º 353-G/77, de 29 de Agosto (que procedeu à adaptação às empresas públicas de alguns preceitos das leis sobre relações colectivas de trabalho) e o Decreto-Lei n.º 77/79, de 7 de Abril (que sujeita a registo comercial as empresas públicas que tenham como objecto o exercício de uma actividade comercial ou industrial).

Uma das traves mestras do Sector Empresarial do Estado seria o Instituto de Participações do Estado (IPE. E.P.) pelo Decreto-Lei n.º 163-C/75, de 27 de Março, com a função de orientar e gerir o Sector Empresarial do Estado na parte constituída pelas empresas simplesmente participadas ou controladas (estas últimas distinguindo-se das primeiras não pela percentagem de capital detida pelo Estado mas pela faculdade de esta ser predominante nas decisões dos órgãos sociais), com excepção das empresas com participação estatal que laboravam na área da actividade turística e que viriam a ser integradas, posteriormente, pela ENATUR - Empresa Nacional de Turismo.

De acordo com os Estatutos do IPE (Decreto-Lei n.º 496/76), o objectivo da sua criação era, essencialmente, o de conferir às empresas controladas pelo Estado uma maior racionalidade económica. Entre as funções cometidas ao IPE figuravam: a gestão das participações das entidades públicas, a gestão e formação de um corpo de gestores públicos que ele próprio designava directamente para as empresas controladas ou participadas e o aperfeiçoamento dos métodos de organização e gestão do sector público. No entanto, na prática, o IPE nunca teve a possibilidade de gerir a totalidade das participações do Estado.

Paralelamente a todo este processo de enquadramento legal, assistiu-se à criação "ex-novo" de diversas empresas públicas, para além daquelas que resultaram das nacionalizações directas. Houve, por um lado, a transformação de alguns serviços e institutos públicos em Empresas Públicas, casos da DRAGAPOR - Dragagens de Portugal, EP, da EPAC - Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, EP, da ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, EP e do Teatro Nacional de S. Carlos, EP e, por outro lado, algumas EP foram criadas de origem, sendo exemplos a FINANGESTE - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, EP, e o já referido IPE - Instituto de Participações do Estado, EP.

Iniciou-se, ainda nesta primeira fase, um processo de reorganização do conjunto das empresas indirectamente nacionalizadas que se consubstanciou numa das seguintes soluções: a) nacionalização directa através da sua integração em empresas públicas preexistentes ou constituição de uma nova empresa pública; b) integração na carteira de participações ou no património de gestão do Estado, mantendo o seu estatuto ao abrigo da legislação comercial; c)

transformação em empresas sociais, cooperativas ou empresas em autogestão; d) desnacionalização. No entanto, as soluções largamente predominantes foram as duas primeiras que correspondem à sua manutenção no sector público.

1.3.2. O período de 1979 a 1988

1.3.2.1. Evolução do quadro legal

No final dos anos setenta, passa-se à 'fase de remodelação' (ainda segundo a classificação de Sousa Franco, 1991, p. 250) a que não foram alheias as transformações operadas no plano político e, não menos importante, a deterioração da situação económica e financeira das empresas do SEE.

Assim, e com particular ênfase a partir de 1981, o SEE começou a sofrer uma redução gradual na sua composição, por via da liquidação, fusão, transferência da titularidade do capital para o IPE e ainda por transformação de algumas empresas públicas em sociedades de capitais mistos.

À remodelação operada presidiu o triplo propósito de submeter o SEE à disciplina do mercado, redimensioná-lo dentro dos limites previstos na legislação e proceder ao seu saneamento financeiro.

No domínio do enquadramento legal, assistiu-se, nesta fase, a um conjunto de alterações legislativas ao nível dos principais diplomas de suporte do SEE (texto constitucional, Lei da delimitação de sectores e Bases Gerais dos Estatutos das Empresas Públicas).

No que se refere à legislação enquadradora, surge em 1982 a primeira Revisão Constitucional que, em matéria de intervenção do Estado no sector empresarial, poucas novidades substanciais apresenta.

No entanto, após as eleições de 25 de Abril de 1983, foram dados passos importantes em matéria de abertura à iniciativa privada, com a aprovação do Decreto-Lei n.º 406/83, de 19 de Novembro,

que alterou a Lei de delimitação de sectores, passando a permitir, à iniciativa privada, a realização de investimentos nos sectores bancário, segurador, adubeiro e cimenteiro.

Esses passos teriam continuidade em 1988, com uma profunda alteração à Lei n.º 46/77, através do Decreto-lei n.º 449/88, de 10 de Dezembro.

Também em 1988, foi aprovada pela Assembleia da República uma Lei, proposta pelo Governo, no sentido de estabelecer o regime de alienação das participações do sector público (Lei n.º 71/88, de 24 de Maio).

No que diz respeito à legislação regulamentadora e instrumental, as alterações efectuadas decorreram paralelamente e de forma coerente com as acima referidas.

Em 1979, o Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril (Bases Gerais do Regime Jurídico das Empresas Públicas) foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/79, de 19 de Fevereiro, no sentido do reforço da intervenção e controlo do então Ministério das Finanças e do Plano e dos Ministérios da Tutela, em consequência da predominância das dificuldades económicas e financeiras das empresas públicas.

No entanto, a alteração mais importante foi efectuada pelo Decreto-Lei n.º 29/84, de 20 de Janeiro, em que se preconiza uma gestão mais leve e funcional das empresas públicas expressa, designadamente, na revisão da sua estrutura orgânica e na limitação dos poderes de intervenção do Governo.

Foi também aprovado um novo estatuto do gestor público, pelo Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, que procurou aproximar as condições de nomeação, de exercício e de responsabilização, do cargo de gestor público, das que presidem à titularidade de cargos de direcção nas empresas privadas.

No que diz respeito ao papel do IPE, refira-se que a partir de 1979 foi reconhecida a outras entidades públicas (como Bancos e Seguradoras) a faculdade de gerirem participações numa lógica de criação e gestão de uma carteira de títulos própria. Deste modo, o âmbito de intervenção do IPE ficou diminuído e este, na data da sua transformação em sociedade anónima, apenas detinha participações em cerca de meia centena de empresas. Essa transformação em sociedade anónima de capitais públicos deu-se em 1982, com a nova denominação de IPE - Investimentos e Participações do Estado, SA (Decreto-Lei n.º 330/82, de 18 de Agosto).

A maior flexibilidade da gestão do IPE, SA, permitiu-lhe adoptar uma filosofia de *holding*. No final de 1987, o IPE detinha uma carteira de participações em cerca de uma centena de empresas no valor nominal de mais de 52 milhões de contos, sendo na altura o maior grupo económico português.

1.3.2.2. Evolução do sector

Paralelamente às alterações legislativas referidas no ponto anterior, o sector empresarial do Estado foi objecto de dois principais tipos de operações de remodelação: a) transformação de diversas Empresas Públicas em sociedades anónimas de capitais públicos, casos do IPE, FINANGESTE e Telefones de Lisboa e Porto; b) extinção de várias empresas públicas, algumas por cisão (caso da Empresa Pública dos Jornais O Século e Diário Popular, mais tarde extinta), outras pela extinção pura e simples.

Apesar do artigo 37º do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, permitir a extinção e liquidação de empresas públicas, este processo só veio a iniciar-se em 1982 tendo, neste período, sido extintas as seguintes empresas:

- . SNAPA, DL n.º 161/82, de 7 de Maio
- . GELMAR, DL n.º 57-D/84, de 20 de Fevereiro
- . CPP, DL n.º 139/84, de 7 de Maio
- . FRIGARVE, DL n.º 307/84, de 19 de Setembro
- . CTM, DL n.º 137/85, de 3 de Maio
- . CNN, DL n.º 138/85, de 3 de Maio
- . EPPI, DL n.º 39/86, de 4 de Março
- . EDMA e FERROMINAS, DL n.º 148/86, de 18 de Junho³
- . ANOP, DL n.º 432-A/86, de 23 de Dezembro

Assim, imediatamente antes do início do processo de privatizações existiam 76 empresas de capitais públicos, das quais 25 eram empresas financeiras e 41 eram empresas não financeiras e

³ Estas empresas deram origem à EDM (Empresa de Desenvolvimento Mineiro, EP).

inseridas nos mais diversos sectores de actividade: agricultura, pescas, indústria mineira e transformadora (cimentos, siderurgia, química, petroquímica, construção naval, celulose, etc.), energia, transportes, comunicações e outros.

Nessa altura, o VAB das empresas directa e indirectamente detidas pelo Estado representava cerca de 20% do produto nacional e o emprego quase 10% do total.

No sector financeiro, em particular, o peso do Estado era ainda maior. Os bancos públicos representavam 91% do valor acrescentado do sector e 94% do emprego, enquanto que as seguradoras públicas eram responsáveis por 68% do VAB e do emprego do sector. No sector bancário e em termos do activo total, o peso dos bancos públicos era de 99,9%, ao passo que no sector segurador esse peso era de 72,5%.

No conjunto da economia, o sector financeiro público representava 5,2% do PIB e 2,1% do número de assalariados.

Indirectamente, no entanto, o processo de nacionalizações provocou, por arrastamento, a apropriação por parte do Estado de um outro conjunto de empresas, operando nos mais variados quadrantes de actividades. Neste contexto, o peso e a importância económica do sector empresarial do Estado em termos nacionais, saem reforçados.

Para se dar uma ideia sobre a dimensão global do universo em causa, pode referir-se que, se as empresas não financeiras do Sector Empresarial do Estado eram 76, em 1987, o número total de empresas nacionais participadas pelo Estado era, no mesmo ano, de 1 131, correspondendo a 1 695 participações com um valor nominal de 627,4 milhões de contos; cerca de 457 sociedades eram participadas maioritariamente.

Constata-se assim que, conquanto durante os últimos anos o conceito de Sector Empresarial do Estado se tenha encontrado associado a um conjunto muito específico constituído pelas empresas directa e maioritariamente detidas, a realidade global das sociedades efectivamente participadas, de forma directa ou indirecta, pelo Estado, assume uma dimensão que transcende, significativamente, aquele universo.

No entanto, conforme se poderá verificar pela análise do quadro seguinte, o peso das empresas directa e maioritariamente participadas (EP e equiparadas) no total do universo considerado é particularmente relevante, o que terá origem no facto de as nacionalizações terem abrangido

algumas das maiores empresas nacionais, nalgumas das quais se concentraram vectores significativos do sistema económico da altura, nomeadamente a realização de grandes projectos de investimento e a importação de matérias-primas estratégicas (energia primária e cereais, por exemplo).

1987 (milhões de contos)

Rubricas	EP e equiparadas		Total EP e equiparadas		Total do SEE
	Não financeiras	Financeiras	Valor	% total do SEE	
Activo líquido	3 064	6 655	9 719	81,3	11 957
Capital próprio	653	426	1 079	90,6	1 191
Passivo	2 411	6 229	8 640	80,3	10 765
Vendas	1 336	1 171	2 507	66,7	3 754
N.º empregados	182 697	67 452	250 149	66,6	375 757

Fonte: IGF, APB e APS

O processo que esteve na génese da criação deste vasto grupo, embora tendo por base o suporte jurídico-institucional específico referido no ponto 1.3.2.1., não foi norteado e orientado por uma lógica empresarial de criação de grupos económicos, não sendo evidentes eventuais critérios de racionalidade económica nem objectivos estratégicos claros. Paralelamente, o universo em questão foi sendo posteriormente engrossado por via de um outro conjunto de circunstâncias (processos de execução e falência, dações em pagamento, etc.) que deram também o seu contributo para o crescimento algo desenquadrado que se verificou.

Esta dimensão do Sector Empresarial do Estado tornava particularmente sérios os efeitos da conjuntura económica e financeira vividos nas empresas públicas e, conseqüentemente, constituía um enorme constrangimento para as finanças públicas, condicionando largamente a política orçamental.

Ademais não pode negar-se que a dimensão do universo constituído pelas empresas directamente detidas pelo Estado levou à sua utilização como instrumento de várias políticas governamentais, com os efeitos daí decorrentes.

Particularmente, no que diz respeito ao Sector Empresarial do Estado Não Financeiro (SEE/NF), foi notório o seu contributo para a dinamização da procura interna, através do investimento e do consumo, tendo, em paralelo, ajudado a suprir as elevadas necessidades de financiamento do

surto expansionista que caracterizou os anos de 1980/1982 - à semelhança do que já acontecera em 1976/77 - mediante:

- A aceleração dos respectivos programas de investimento, embora nalguns casos através do lançamento de um conjunto de projectos que o futuro viria a demonstrar serem inviáveis;
- A manutenção artificial dos preços de alguns dos bens e serviços essenciais, conseguida através da forte subsidiação assegurada pelo Estado;
- O recurso ao crédito externo como forma privilegiada de financiamento, por incentivo das autoridades monetárias.

A partir de 1983, face aos desequilíbrios acusados pelos principais indicadores macroeconómicos, foi aplicado um rigoroso programa de estabilização, cujos vectores essenciais consistiram na restrição do crescimento da procura interna, na melhoria da competitividade externa e na contenção do endividamento face ao exterior.

Neste contexto, caberia de novo ao SEE/NF uma contribuição determinante na prossecução destes objectivos, nomeadamente através da redução dos respectivos programas de investimento, menor crescimento dos financiamentos externos, do aumento dos preços e tarifários das empresas fornecedoras de bens e serviços essenciais, do estabelecimento de limites aos aumentos salariais e da redução dos níveis de emprego do sector.

A partir de 1985, assiste-se novamente a uma fase de expansão, a que não terá sido alheia a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. O SEE/NF, no entanto, embora reflectissem nalguns aspectos o fim da recessão gerada pelo anterior processo de ajustamento conjuntural, continuavam a evidenciar uma situação financeira desequilibrada.

Para o menor crescimento económico do SEE/NF, bem como para a sua perda de importância relativamente à economia, contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Tendência para o declínio do universo em questão, que se viria acentuar mais significativamente nos anos seguintes;
- Estrutura financeira desequilibrada, que não permitiu um ciclo de investimento/endividamento idêntico ao prosseguido no passado;

- Alteração nas prioridades da gestão global do sector, com maior ênfase no saneamento e reestruturação, em detrimento da expansão das actividades tradicionais.

Foi ainda no exercício de 1987 que a tutela financeira do SEE/NF passou a dispor de mais eficazes instrumentos de acompanhamento das empresas, designadamente:

- Aprovação dos orçamentos de exploração, prática que tinha deixado de se verificar;
- Definição de um limite máximo para o financiamento adicional líquido;
- Adopção de princípios no domínio da quantificação e aprovação dos acréscimos salariais na negociação dos Acordos de Empresa, designadamente através da explicitação do conceito de massa salarial e da articulação com a política global de rendimentos concertada com os parceiros sociais.

O acompanhamento efectivo induziu alguns efeitos positivos, nomeadamente no que diz respeito ao abrandamento do crescimento da dívida interna e externa das empresas e a uma maior contenção do crescimento da respectiva massa salarial, aspectos que se repercutiram positivamente na sua estrutura de custos e competitividade, com os consequentes efeitos no processo anti-inflacionista em geral.

Porém, a instrumentalização de que terão sido alvo as empresas em causa, funcionando como elemento acelerador ou moderador do nível de actividade económica, conforme as necessidades da conjuntura, levou a que as suas estruturas financeiras reflectissem comportamentos que extravasavam os decorrentes da actuação do Estado como mero agente empresarial, já que traduziam, também, a prossecução de objectivos bastante mais vastos.

No entanto, a intensificação dos efeitos da concorrência, bem como a desregulamentação progressiva de mercados a que se veio a assistir, fruto da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, não se coadunavam com estes modelos de actuação, tornando-se urgente a realização de uma reflexão sobre o papel e importância do Estado no conjunto da economia.

Assim, as necessidades cada vez mais prementes de melhorar a eficiência e *performance* das empresas públicas, bem como de expor certos sectores, até aí fechados à iniciativa privada, à disciplina do mercado, aumentando a competição, vieram introduzir uma modificação profunda

nas grandes linhas orientadoras em matéria do Sector Empresarial do Estado, sucessivamente consubstanciadas nos instrumentos legislativos referidos no ponto anterior e que culminaram com o programa de privatizações que ainda hoje se encontra em curso.

1.3.3. O período de 1988 a 1997

1.3.3.1. Evolução do quadro legal

Com a aprovação da Lei n.º 71/88, de 24 de Maio, cria-se o enquadramento legal necessário para dar início ao processo de reorganização da actividade económica através da alienação de determinadas participações públicas.

Com a publicação da Lei n.º 84/88, de 20 de Julho, concluiu-se o quadro legal que permitia a alienação de participações sociais que o Estado detinha em empresas públicas e que, ao abrigo deste diploma, se poderiam transformar em sociedades anónimas de capitais maioritariamente públicos.

Estava assim implícito que se cumpria o preceito constitucional do artigo 83º (Irreversibilidade das nacionalizações) se o Estado apenas alienasse à iniciativa privada posições minoritárias, mantendo, dessa forma, o absoluto controlo da empresa. Prevalcia, também, o princípio de que o objecto da nacionalização teria sido o capital das empresas tal como historicamente se apresentava no momento em que o acto de nacionalização se operou. Assim, só este preciso valor se encontrava ao abrigo da irreversibilidade, pelo que os lucros e as mais-valias entretanto gerados e não distribuídos, as dotações de capital realizadas e, inclusive, o aumento do 'goodwill', encontravam-se fora do âmbito da imposição constitucional.

É então que, ao abrigo deste novo quadro legal, o Governo dá início ao processo de privatizações com a alienação, durante 1989, das acções correspondentes a 49% do capital social de 4 empresas.

Com a revisão constitucional de 1989, a Constituição passa a permitir uma gestão da economia portuguesa a partir de um modelo de Estado mais regulador e incentivador e menos interventor. Prevalcece, no fundo, a lógica fundamental da economia social de mercado - que se viria a

confirmar de forma explícita na revisão constitucional de 1997 - com a ideia de que o Estado só deve intervir quando a sociedade civil não for capaz de o fazer de uma forma mais natural e mais eficaz.

A abertura às privatizações ficou, então, consagrada através de uma alteração radical do artigo 83º que deixou de prescrever a irreversibilidade das nacionalizações e passou a consagrar o regime das Reprivatizações.

Estavam assim criadas as condições para que a Assembleia da República aprovasse a Lei Quadro das Reprivatizações que o novo artigo 85º previa.

A revisão constitucional de 1989 foi precedida da aprovação do Decreto-Lei n.º 449/88, de 10 de Dezembro, que alterou a Lei de Delimitação de Sectores, abrindo à iniciativa privada as indústrias de refinação de petróleo, petroquímica de base, siderúrgica, produção e distribuição de gás e energia eléctrica, serviços complementares da rede básica de telecomunicações e serviços de valor acrescentado, transportes aéreos regulares interiores, transportes ferroviários não explorados em regime de serviço público e transportes colectivos urbanos de passageiros. Mais tarde, em 1991, é permitido o acesso ao transporte aéreo regular internacional e à exploração de aeroportos. Em 1993 é, ainda, no âmbito das alterações à Lei 46/77, permitida a participação de capitais privados em empresas intervenientes nos sectores de captação, tratamento e distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes e recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Como corolário das alterações constitucionais referidas, foi aprovada a Lei n.º 11/90, de 5 Abril (Lei Quadro das Privatizações), que vem permitir o início do processo de reprivatizações, sem qualquer condicionante de ordem constitucional, concretizando-se um mês depois a primeira operação de alienação de uma posição maioritária.

Entretanto, os princípios gerais das Bases Gerais dos Estatutos das Empresas Públicas (Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril) deixaram de fazer sentido como designio das empresas públicas, tendo a partir daí surgido um movimento global de transformação de empresas públicas em sociedades anónimas, o qual veio a intensificar-se no âmbito do processo de reprivatizações, mas não teve apenas esse fim. Tratava-se, em última análise, de estruturar o Sector Empresarial do Estado em torno do exercício de uma função de accionista em lugar de uma função de tutela, libertando assim os gestores de constrangimentos de ordem política e profissionalizando, numa lógica de gestão por resultados, a administração das novas empresas públicas com forma de sociedade comercial.

Neste período, e dentro desta lógica, procedeu-se à transformação de 51 empresas públicas em sociedades anónimas com capitais públicos e verificou-se a criação pelo Estado das seguintes 16 novas empresas :

ANAM, DL n.º 453/91, de 11 de Dezembro
CN, DL n.º 88/92, de 14 de Maio
EDIA, DL n.º 32/95, de 11 de Fevereiro
EMPORDEF, DL n.º 235-B/96 de 12 de Dezembro
ENDAC, Decreto-Lei n.º 229/93, de 25 de Junho
GDL, Assembleia Geral da GDP de 30 de Junho de 1995
GESTNAVE, Assembleia Geral da Lisnave de 7 de Abril de 1997
P. EXPO 98, DL n.º 88/93, de 23 de Março
PARTEST, DL n.º 452/91, de 11 de Dezembro
PEC, DL n.º 213-A/92, de 12 de Outubro
PT, DL n.º 122/94, de 14 de Maio
REFER, DL n.º 104/97, de 29 de Abril
SIMAB, DL n.º 93/93, de 24 de Março
SOFLUSA, escritura pública de 11 de Novembro de 1992
TRANSGÁS, escritura pública de 22 de Dezembro de 1993
URBINDÚSTRIA, DL n.º 113/91, de 20 de Março

Também neste período, e na sequência do processo iniciado em 1982 (v. 1.3.2.2.), verificou-se a extinção das seguintes empresas:

. EPDP, DL n.º 1/90, de 3 de Janeiro
. FEIS, Assembleia Geral de 15 de Junho de 1992
. TNSC, DL n.º 195-A/92, de 8 de Setembro
. CRCB, DL n.º 151-A/97, de 18 de Junho
. RNIP⁴, DL n.º 309/94, de 21 de Dezembro
. CN⁴, DL n.º 241/95, de 13 de Setembro
. ENDAC, Assembleia Geral de 26 de Março de 1996

⁴ Estas duas extinções tiveram uma lógica diferente das anteriores já que se verificaram porque as empresas, criadas em 1990 (RNIP) e 1992 (CN) para a privatização dos respectivos sectores, concluíram a respectiva missão.

1.3.3.2. Resultados do processo de privatizações

Desde o início do processo de privatizações e até ao final de 1997 foram realizadas mais de 150 operações de alienação de participações públicas no capital social de mais de 120 empresas.

O processo de privatizações envolveu, para além do Estado, através da alienação de participações directas, outras entidades do Sector Empresarial do Estado, como o IPE, a QUIMIGAL, a RNIP, a CIMPOR, a CN e a PARTEST, sendo a repartição da receita global, naquele período, a seguinte:

Receitas das privatizações (1989/1997)		(Preços correntes / milhares de contos)
Estado		1 001 868
IPE		70 918
QUIMIGAL		27 852
RNIP		25 557
CIMPOR		31 822
PARTEST		1 191 676
CN		11 016
PORTUCEL		39 514
SIDERURGIA NACIONAL		10 198
OUTRAS ENTIDADES ⁽¹⁾		302 073
	TOTAL	2 712 494

Fonte: Relatórios do GAFEEP e Gab/MF

⁽¹⁾ Trata-se, na sua maioria, de operações de privatização realizadas directamente pelo Estado, incluindo montantes utilizados para aumento de capital das próprias empresas objecto de privatização, e de receitas arrecadadas por outras entidades que esporadicamente realizaram operações de privatização ou para quem foram transferidas acções próprias, incluindo as Regiões Autónomas

A análise do quadro seguinte permite concluir que o sector bancário foi o que contribuiu mais significativamente para a receita obtida através das privatizações, com 29,4 por cento do total, seguido do sector das telecomunicações com 24,1%. No período em análise, 35% das receitas de privatização registadas resultaram da privatização de empresas do sector financeiro (banca e seguros).

Receitas de privatização por sector de actividade (1989/1997)

Sector de actividade	Montante (10 ³ contos)	%
Bancário	798 011	29,4
Segurador	152 760	5,6
Comunicação Social	17 181	0,6
Transportes	134 892	5,0
Cimenteiro	230 679	8,5
Cervejeiro	57 230	2,1
Refinação Petróleos	93 593	3,5
Telecomunicações	654 686	24,1
Indústria de Pasta de Papel	50 238	1,9
Siderúrgico	10 198	0,4
Energia Eléctrica	391 477	14,4
Outros	121 549	4,5
TOTAL	2 712 494	100,0

Fonte: Relatórios do GAFEEP e Gab/MF

1.3.3.3. Cumprimento dos objectivos definidos na Lei Quadro das Privatizações

Relativamente ao grau de cumprimento dos objectivos definidos na Lei Quadro das Privatizações, e tendo em conta o universo de empresas privatizadas até ao final de 1996, salienta-se o seguinte:

Modernizar as unidades económicas, aumentar a sua competitividade e contribuir para as estratégias de reestruturação sectorial ou empresarial

Trata-se de um objectivo cuja correcta avaliação só será possível a médio prazo, já que se trata de avaliar alterações estruturais no funcionamento das empresas e da economia no seu todo.

De qualquer forma, podem desde já identificar-se alguns aspectos determinantes para a modernização e reforço da competitividade das empresas.

Antes de mais, o próprio processo de privatizações tem contribuído de forma determinante para o reforço da eficiência em vários sectores, nomeadamente nos sectores financeiro, cervejeiro e dos transportes, através do aumento da concorrência.

Por outro lado, o objectivo de privatização de determinadas empresas implicou a adopção prévia de processos de reestruturação económica e financeira que em alguns casos foram particularmente significativos.

Reforçar a capacidade empresarial nacional

O processo de privatizações tem contribuído de forma positiva para este objectivo, proporcionando o reforço das estruturas empresariais de praticamente todos os grupos económicos nacionais que nele têm participado activamente.

Verifica-se, igualmente, que a participação do capital nacional nas operações de privatização tem sido muito significativa, podendo mesmo dizer-se que quase todas as empresas privatizadas são controladas por capitais nacionais. Para além disso, constata-se que as estruturas accionistas decorrentes das privatizações têm, de uma forma geral, apresentado grande estabilidade, o que é condição essencial para a definição e concretização de estratégias de desenvolvimento das próprias empresas.

Promover a redução do peso do Estado na economia

De acordo com os dados disponíveis, o processo de privatizações tem sido determinante para a redução significativa do peso do Estado na economia. No final de 1997 o peso do Estado tinha-se reduzido para menos de metade do que se verificava em finais da década de oitenta, relativamente ao produto e ao emprego.

Peso do SEE na economia nacional

	1988	1997
No PIBcf	19,7%	8,0%
No Emprego	5,5%	2,6%
No total dos assalariados	7,9%	3,6%

Fonte: MF, APB, APS e BP

A redução do peso do Estado na economia fez-se sentir com mais intensidade do lado do sector financeiro, cujo peso no PIB desceu de 5,2% em 1988 para 2,2% em 1997.

Em termos de activo total, o peso dos bancos públicos desceu de 99,9% em 1988 para cerca de 21,7% em 1997, enquanto que no sector segurador o peso passou de 72,5% em 1988 para 10,7% em 1997.

Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais

O processo de privatizações tem-se realizado, na maior parte dos casos, através de ofertas públicas de venda em Bolsa, privilegiando assim o mercado de capitais. Desde o início de 1989 até ao fim de 1997, realizaram-se 58 OPV, representando um volume de transacções superior a 1 500 milhões de contos.

No fim de 1997, estavam cotadas no Mercado Oficial de Cotações da Bolsa de Valores 16 empresas privatizadas, o que representa 21,3% do número total de empresas admitidas à cotação oficial; registe-se que este valor era de 1,3% em 1989, e de 5,1% em 1991, tendo atingido 23,1% em 1991.

Pode observar-se, no mapa seguinte, o desempenho e importância das acções de empresas privatizadas, no mercado de capitais nacional, no ano de 1997:

Empresas Cotadas	Número	%	% Capitalização Bolsista	% Acções Transac.	% Valor Transaccionado
- Privatizadas	16	21,3	53,5	60,1	59,8
- Outras	59	78,7	46,5	39,9	40,2
TOTAL	75	100,0	100	100	100

Fonte: BVL

Possibilitar uma ampla participação das entidades portuguesas na titularidade do capital das empresas, dando particular atenção aos trabalhadores das próprias empresas e aos pequenos subscritores.

A adesão das entidades portuguesas ao processo de privatizações tem sido muito significativa, quer pelo elevado número de accionistas verificado nas operações já realizadas - o qual ultrapassa os 1940 mil - quer ainda pela participação dos trabalhadores das empresas (137 mil) e dos pequenos accionistas (mais de 1660 mil).

Outro indicador que traduz a existência de grande número de investidores, é o facto de 99 por cento dos accionistas deterem, cada um, menos de 1 por cento do capital social das empresas privatizadas.

Preservar os interesses patrimoniais do Estado e valorizar os outros interesses nacionais

A preservação dos interesses patrimoniais do Estado está devidamente acautelada, antes de mais, pelo modelo definido na Lei quanto aos processos de avaliação das empresas a privatizar.

Como é sabido, a avaliação das empresas é obrigatoriamente feita pelo menos por duas entidades, escolhidas de entre as pré-qualificadas para o efeito no âmbito de um concurso público. A fixação das condições de venda é depois feita pelo Conselho de Ministros, tendo por base essas avaliações e o parecer emitido pela Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações, entidade de assessoria técnica do Governo, composta por individualidades de reconhecido mérito.

Verifica-se que, no seu conjunto, as empresas reprivatizadas foram alienadas por um preço *oito* por cento superior ao valor base fixado.

Promover a redução do peso da dívida pública na economia

As receitas de privatização afectas directamente à amortização de dívida pública atingiram, no período de 1989 a 1997, cerca de 1 610 milhões de contos a preços correntes, o que corresponde, a preços de 1997, a aproximadamente 1 776 milhões de contos.

É, portanto, significativo o contributo que as privatizações têm vindo a dar à redução da dívida pública, como se pode constatar no quadro seguinte:

Aplicação de receitas de privatização na amortização de dívida pública

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Montante (em MC)	44,8	71,7	73,0	199,9	51,3	30,0	122,8	290,3	635
Em % do PIB	0,5	0,7	0,7	1,6	0,4	0,2	0,8	1,7	3,6
Em % do stock da dívida pública	0,9	1,3	1,1	2,8	0,6	0,3	1,2	3,2	5,6

Fonte: Relatórios do GAFEEP e IGCP/FRDP

Além da amortização da dívida pública, verifica-se ainda a utilização de receitas de privatização na reestruturação financeira de diversas sociedades de capitais públicos, o que se reflecte numa redução das necessidades de financiamento do Estado, beneficiando assim indirectamente a redução de dívida pública. Até ao final de 1997, a utilização de receitas de privatização na reestruturação de empresas de capitais públicos ultrapassou já os 1 039 milhões de contos, a preços correntes.

1.4. Esforço financeiro do Estado nas empresas do SEE

O esforço financeiro do Estado no SEE/NF pode assumir diversas formas, consoante a sua finalidade.

Os subsídios e indemnizações compensatórias destinam-se a reequilibrar financeiramente as empresas onde, pela natureza da sua actividade, tal se justifique. No caso concreto das indemnizações compensatórias, a sua atribuição surge como contrapartida financeira da imposição, pelo Estado, de obrigações de serviço público a determinadas empresas.

As dotações de capital podem ter como objectivo tanto a comparticipação do Estado em determinados investimentos, como o saneamento financeiro das empresas em situação mais difícil ou as duas funções em simultâneo. Sempre que se justifique, o Estado pode também converter, em capital, créditos que detenha sobre as empresas do SEE/NF.

Além das medidas de apoio financeiro anteriormente referidas, o Estado pode atribuir às empresas verbas provenientes do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), para co-financiamento de investimentos de construção/beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público.

Em processos de saneamento financeiro, além da atribuição de dotações de capital e conversão de créditos, o Estado pode assumir passivos, que são normalmente convertidos em dívida pública.

Finalmente, o Estado pode conceder garantias pessoais, na ordem interna ou externa, a empréstimos contraídos pelas empresas.

Em termos sectoriais, o esforço financeiro do Estado no período 1978/97, decomposto em apoios à exploração e dotações de capital foi o seguinte, a preços de 1997:

Esforço Financeiro do Estado no período 1978/97 (em milhões de contos e a preços de 1997)

Sectores	Subs. + I. Comp. ⁽¹⁾	Dot. Capital ⁽²⁾	Total
Transp. e Comunicações	1 227	1 204	2 431
Indústria e Energia	480	1 309	1 789
Agric., Pescas, e Alim.	29	24	53
Comunicação Social	107	100	207
Outros	19	269	288
Total	1 862	2 906	4 768

Fontes: DGT e Relatórios do GAFEEP

(1) Indemnizações compensatórias + Subsídios (excluindo os atribuídos às ECPNF pelos Fundos Autónomos: Fundo de Abastecimento e outros).

(2) Dotações de capital + Assunção de dívidas pelo Estado + Conversão de créditos em capital.

Nota: No presente quadro, o esforço financeiro do Estado refere-se aos valores atribuídos em cada ano, independentemente do seu grau de realização.

Restringindo agora a análise do esforço financeiro do Estado às empresas que foram objecto de nacionalização, mas incluindo as empresas do sector financeiro, tem-se:

Encargo líquido das nacionalizações de 1978 a 1997 (em milhões de contos e a preços de 1997)

Fluxos	Valor
1. Indemnizações por nacionalizações	676
2. Esforço financeiro do Estado nas empresas nacionalizadas, do qual:	4 548
3. Indemnizações compensatórias ⁽¹⁾	1 216
4. Dotações de capital ⁽²⁾	1 160
5. Dividendos pagos ao Estado pelas empresas nacionalizadas	892
6. Receitas de reprivatização	2 210
7. Encargo líquido das nacionalizações:	
7.1. = (1) + (2) - (3) - (5) - (6)	905
7.2. = (7.1) - (4)	(254)

Fontes: DGT e Relatórios do GAFEEP

(1) Subsídios e Indemnizações compensatórias às empresas nacionalizadas prestadoras de serviço público, incluindo a BRISA (com excepção dos atribuídos ao SEE/NF pelos Fundos Autónomos: Fundo de Abastecimento e outros).

(2) Dotações de capital, conversão de créditos em capital e assunção de passivos pelo Estado, nas empresas nacionalizadas prestadoras de serviço público, incluindo a BRISA

Nota: No presente quadro, o esforço financeiro do Estado refere-se aos valores atribuídos em cada ano, independentemente do seu grau de realização.

2. Universo de participações empresariais de entes públicos

Tendo como suporte de análise a base de dados mantida pela IGF, procurou-se, neste ponto, apresentar uma panorâmica sobre o universo de participações detidas pelo Estado⁵, perspectivando este último de uma forma abrangente que englobou não só a administração central mas também fundos autónomos, institutos públicos, instituições de segurança social, empresas públicas, sociedades de capitais públicos e sociedades de economia mista com maioria de capitais públicos.

De referir que, embora se tenham considerado como exógenas, ao universo objecto de intervenção e análise aprofundada pelo grupo de trabalho, as participações detidas pelas entidades autárquicas e regionais, julgou-se, todavia, pertinente prestar alguma informação agregada sobre a respectiva dimensão e estrutura, o que não deixará de contribuir para a clarificação dos contornos que a intervenção pública, nas suas diversas formas, reveste ao nível do sector empresarial.

Genericamente, as diversas participações, directas e indirectas, foram aglutinadas, na óptica do participante, em três grandes domínios, na génese dos quais se encontram, respectivamente, a Administração Central, corporizada na Direcção-Geral do Tesouro (Estado), os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) e a Administração Regional e Local (ARL), apresentando-se apenas, conforme referido no parágrafo anterior, desdobramentos de análise relativamente aos dois primeiros grupos.

No que diz respeito à data de reporte dos dados apresentados, utilizou-se como referencial o dia 31 de Dezembro de 1996 tendo, no entanto, sido introduzidos os efeitos de algumas importantes modificações ocorridas já no 1º semestre de 1997, nomeadamente, as privatizações das Tabaqueira, QUIMIGAL e Portugal Telecom. Desta forma, embora reportado a 1996, o universo apresentado reflecte já as reduções originadas pelas privatizações que decorreram até meio do ano de 1997, as quais, ao incidirem sobre empresas-mãe líderes de alguns grupos empresariais de grande significado, provocaram, por arrastamento, a privatização indirecta de um conjunto de 166 participações.

⁵ Foram incluídas no universo todas as participações em empresas directa ou indirectamente controladas, bem como as participações por estas detidas.

Refira-se, a título de curiosidade, que, no ano anterior, as alienações do BFE e CIMPOR tinham já reduzido o universo anteriormente delineado em cerca de 300 participações, a que acrescem mais 103 detidas pela FINANGESTE, sociedade que deixou de ser maioritariamente detida pelo Estado por via da alienação do BFE⁶.

2.1. Caracterização do universo global

2.1.1. Participações detidas

2.1.1.1. Objectivos

Mesmo após as mais recentes operações de privatização que, como vimos, reduziram de forma significativa o número de participações detidas pelo Estado, a intervenção deste ao nível do sector empresarial é ainda bastante vasta, nomeadamente quando perspectivada de forma abrangente, considerando o conjunto de empresas detidas de forma directa e indirecta pelos diversos entes públicos.

As razões que se encontram subjacentes à intervenção do Estado no sector empresarial são, no entanto, muito variadas. Com efeito, podem encontrar-se neste universo participações cuja posse denota uma intenção explícita quanto à prossecução de actividades ou serviços de interesse público ou à intervenção em sectores de actividade considerados estratégicos ou pelo menos relevantes em função de determinados objectivos de política económica, quer a nível central, quer regional ou local. De uma forma geral, estas intervenções decorrem de participações directas e maioritárias, embora, face à proliferação de Sociedades Gestoras de Participações Sociais, muitas constituam já participações indirectas de primeiro nível.

Em paralelo, coexistem situações de participações com carácter de mera aplicação financeira ou que resultam de múltiplas situações exógenas a uma acção directa por parte do Estado, nomeadamente por via de doações, dações em pagamento, resultados indirectos das operações de nacionalização, etc. Em regra estas participações, para além de não assumirem grande significado individual (nomeadamente em termos do respectivo valor nominal), encontram-se, como adiante

⁶ A participação maioritária do Estado na FINANGESTE decorria da conjugação das participações do BP e BNU (48,9%) com as detidas pelo BFE/BBI (30,8%).

se poderá constatar, numa situação mais longínqua no que diz respeito ao respectivo nível de participação, geralmente indirecto.

2.1.1.2. Número de participações

Considerando os três domínios de participantes que foram anteriormente definidos, o número global de participações individuais ascendia a 1 971 (contra 1 495 se nos ativermos apenas aos dois primeiros grupos de participantes), apresentando a seguinte decomposição:

N.º de participações directas e indirectas detidas por entes públicos

Entes	Participações directas			Participações indirectas			TOTAL	
	>50%	<=50%	Total	>50%	<=50%	Total	>50%	<=50%
Estado	46	32	78	238	816	1 054	284	848
FSA	12	218	230	9	124	133	21	342
ARL	57	386	443	9	24	33	66	410
Total	115	636	751	256	964	1 220	371	1 600

Numa primeira análise, serão de realçar os seguintes aspectos:

- O maior número de participações, cerca de 57% do total, concentra-se no domínio Estado;
- As participações directas representam apenas 38% do total, percentagem que seria significativamente mais reduzida não fora a grande proliferação, em termos relativos, de participações ao nível autárquico regional e local;
- No domínio Estado é de destacar que apenas 46 participações dão origem a 1 054 participações indirectas, o que indicia, de imediato, que é naquele segmento específico que se concentram as empresas-mãe dos grandes grupos empresariais públicos;
- Nos domínios constituídos por participações dos FSA e ARL predominam as participações directas, em número avultado, embora com pouca expressão relativa em termos de valor, indiciando um grau de intervencionismo elevado. De salientar, no caso da ARL, a proliferação de participações ocorrida nos últimos anos, em grande parte originada pela crescente intervenção ao nível dos sectores do gás, água e tratamento de resíduos, bem como de actividades relacionadas com o desenvolvimento agrícola e tecnológico;
- Embora não se encontre evidenciado no quadro, é de referir que as participações indirectas têm a seguinte repartição:

.º de participações indirectas, por níveis

Nível	Estado	FSA	ARL	Total
1º nível	418	131	28	577
2º nível	465	2	5	472
>2º nível	171	0	0	171
Total	1 054	133	33	1 220

- Cerca de 81% do total das participações é constituído por participações minoritárias que se concentram, fundamentalmente, no segmento constituído pelas participações indirectas do domínio Estado. O elevado número de participações minoritárias é revelador de inércia e contraria uma linha de preferência constitucional por participações maioritárias, como se verá no ponto 2. do Capítulo II;
- No entanto, consideradas em conjunto, as participações em empresas maioritariamente participadas serão mais elevadas (843 contra as 371 isoladamente maioritárias). Com efeito, para além de se constatar a existência de um elevado número de participações minoritárias em sociedades já maioritariamente participadas por outro ente público (muitas vezes do mesmo grupo económico) verificam-se, ainda, algumas situações, embora não muito numerosas (vide 2.2.3.), de conjugação de participações minoritárias que, globalmente, conferem uma posição maioritária.

2.1.1.3. Valor nominal das participações

O valor nominal do conjunto de participações nacionais⁷ detidas pelos diversos entes públicos ascende a cerca de 2 825,6 milhões de contos⁸, verificando-se a seguinte repartição:

Entes	Valor nominal das participações						(milhões de contos)	
	Participações directas			Participações indirectas			TOTAL	
	>50%	<=50%	Total	>50%	<=50%	Total	>50%	<=50%
Estado	1 469,9	57,5	1 527,4	999,0	229,1	1 228,1	2 468,9	286,6
FSA	3,3	17,1	20,4	0,7	8,7	9,4	4,0	25,8
ARL	22,9	15,1	38,0	1,3	1,0	2,3	24,2	16,1
Total	1 496,1	89,7	1 585,8	1 001,0	238,8	1 239,8	2 497,1	328,5

Conforme se constata, as participações do Estado (2 755,5 milhões de contos) representam a quase totalidade do valor global apurado (cerca de 98%), com a particularidade das participações

⁷ Na base de dados o valor das participações em sociedades estrangeiras ou sediadas em Macau encontra-se expresso em divisas, pelo que se optou por não as considerar nesta vertente da análise.

⁸ Este valor resulta do somatório das diversas participações individuais. Por esse motivo, no caso de grupos onde coexistam diversos níveis de participação, particularmente se aglutinados em *holdings* e *subholdings*, tal conduzirá a um empolamento artificial relativamente aos mesmos dados quando obtidos de forma consolidada.

directas e maioritárias (apenas 44, nacionais) corresponderem a cerca de 52% (1 470 milhões de contos) do total. De salientar, também, que o conjunto das participações maioritárias deste domínio - directas e indirectas - não obstante representarem apenas 14,5% do número global, num total de 284, concentram, em valor, cerca de 87% do universo.

As participações directas dos FSA e ARL assumem valores relativamente reduzidos, uma vez que, para além de serem predominantemente minoritárias, se concentram em empresas de menor dimensão. De realçar a situação do sub-grupo ARL, onde se verificam múltiplos casos de participação de diversas Câmaras Municipais nas mesmas empresas, as quais lhes conferem, no entanto, uma percentagem muito reduzida de participação no respectivo capital social.

No que concerne às participações indirectas, é no primeiro nível que se localizam as de valor mais significativo, conforme se constata no quadro seguinte:

Valor nominal das participações indirectas (milhões de contos)

Graus	N.º participações nacionais	Valor
1º Nível	507	1 043,0
2º Nível	409	170,6
>2º Nível	165	26,2
Total	1 081	1 239,8

2.1.2. Empresas participadas

O universo empresarial do domínio público⁹ abrange 1 132 empresas. Este número, quando comparado com o total de participações, 1 971, traduz um nível médio de participações por empresa de 1,7, o que revela, no geral, uma pouco acentuada dispersão do capital das sociedades detidas. No entanto, em diversas situações concretas, aquela dispersão é bastante significativa, particularmente no caso de sociedades participadas minoritariamente.

2.1.2.1. Grau de detenção do capital

No quadro seguinte podemos ver a decomposição do número total de empresas do universo público, em termos de grau de detenção do capital:

⁹ Compreendendo o Estado, FSA e ARL.

Decomposição do número de empresas participadas pelos poderes públicos¹⁰

	Participadas maioritariamente	Participadas minoritariamente	Total
Número de empresas	417	715	1 132
Valor nominal das participações (milhões de contos) ¹¹	2 718,8	106,8	2 825,6

Existem, assim, somente 417 empresas maioritariamente detidas, versus 715 participadas minoritariamente, o que denota alguma dispersão de interesses, por parte dos poderes públicos, num grande número de sociedades.

Todavia, conclui-se, ainda, que as empresas em que existe posição maioritária, apesar de em número inferior, são as de maior dimensão, concentrando-se neste grupo algumas das maiores empresas portuguesas.

Aliás, no conjunto das 100 maiores empresas nacionais, estão incluídas diversas sociedades que orbitam no domínio público, o que demonstra a grande intervenção que este ainda exerce no sector produtivo da economia.

2.1.2.2. Nacionalidade

No conjunto das 1 132 empresas participadas, verifica-se que apenas 114 são estrangeiras. O reduzido índice de sociedades estrangeiras, aliado ao facto de grande parte delas serem participadas minoritariamente (88) e onde, com alguma incidência, o exercício do controlo tem sido dificultado, denotam um baixo grau de internacionalização do universo empresarial de domínio público.

Das 114 empresas estrangeiras, parte significativa (51) está sediada nas ex-colónias portuguesas - Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe - enquanto as restantes 63 sociedades se dispersam por um conjunto de países com maior relevância para os Estados membros da União Europeia (38) - das quais 15 em Espanha -, Estados Unidos da América (6) e Brasil (5). De salientar que muitas das sociedades localizadas nas ex-colónias foram objecto de nacionalização ou encontram-se sem actividade, embora as empresas detentoras daquelas participações ainda as mantenham nos respectivos balanços, o que se poderá considerar contrário

¹⁰ A análise do universo por empresas, patente neste ponto, conduz a valores necessariamente divergentes dos da análise por participações detidas, constante do ponto 2.1.1.

¹¹ Inclui somente o valor nominal das participações em sociedades nacionais, dado que as estrangeiras estão expressas em divisas.

aos princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto nos casos em que se justifiquem, e estejam constituídas, as respectivas provisões.

2.1.2.3. Forma jurídica das empresas nacionais

As 1 018 empresas nacionais repartem-se da seguinte forma, no que respeita à forma jurídica:

Forma jurídica das empresas

Tipo de sociedade	Número de empresas participadas			Valor nominal das participações ¹² (10 ⁶ contos)		
	Maioritárias	Minoritárias	Total	Maioritárias	Minoritárias	Total
Empresas públicas ¹³	18	-	18	210,3	-	210,3
Sociedades anónimas	258	412	670	2 495,5	102,0	2 597,5
Sociedades por quotas	88	90	178	10,4	3,0	13,4
Sociedades cooperativas	14	47	61	0,3	0,2	0,5
Outras sociedades	13	78	91	2,3	1,6	3,9
Totais	391	627	1 018	2 718,8	106,8	2 825,6

Do quadro anterior salientam-se os seguintes aspectos:

- As sociedades anónimas (SA) constituem a forma jurídica preponderante no universo, quer a nível do número de empresas, quer no que respeita ao valor nominal, onde representam 92% do total. Para a importância do peso relativo das SA contribuiu, fortemente, a alteração da forma jurídica de um grande número de ex-EP, muitas das quais deram origem a grupos económicos de relevo, com um grande número de participações directas e indirectas;
- O universo das empresas públicas está actualmente circunscrito a 18 entidades, de onde fazem parte o Banco de Portugal¹⁴, a ANA, a CP, a INCM, o METRO e a REFER, bem como doze entidades de âmbito regional e municipal que actuam nas áreas dos equipamentos sociais, da indústria, dos transportes, da habitação e do turismo, das quais se destacam: EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais (Lisboa), EMEL – Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais (Lisboa), EBAHL – Equipamentos de Bairros Históricos de

¹² Não inclui o valor nominal das sociedades de Macau por ser expresso em Patacas.

¹³ Incluindo as Empresas Públicas de âmbito nacional e regional.

¹⁴ Pela Lei nº 5/98, de 31 de Janeiro, o BP deixou de ter a natureza de empresa pública.

Lisboa, GESLOURES – Gestão de Equipamentos Sociais (Loures), Esposende 2000, Empresa Municipal de Turismo de Fafe e SATA – Serviços Açoreanos de Transportes Aéreos. O valor nominal da participação do Estado nas empresas públicas é ainda significativo, pelo facto de integrar as EP referidas, nomeadamente a CP, o METRO e a ANA;

- As sociedades por quotas são em número relativamente significativo, constituindo uma forma jurídica importante ao nível do universo estatal;
- De salientar, a título de curiosidade, a existência de 61 sociedades cooperativas no âmbito do domínio público.

2.1.2.4. Sectores de actividade das empresas nacionais

Ao nível da Classificação das Actividades Económicas (CAE), as empresas do universo público nacional repartem-se da seguinte forma:

Empresas por actividade económica (u.m.: milhões de contos)

Actividades	Total de participações		Participações maioritárias		Participações minoritárias	
	N.º de empresas	Valor nominal	N.º empresas	Valor nominal	N.º empresas	Valor nominal
Agricultura e pescas	36	27,2	11	26,8	25	0,4
Indústrias extractivas	22	30,2	13	30,0	9	0,2
Indústrias transformadoras	229	251,8	63	189,9	166	61,9
Produção e distrib. electricidade, gás e água	43	1 249,5	31	1 247,7	12	1,8
Construção	24	27,4	10	25,7	14	1,7
Comércio por grosso e a retalho	77	36,3	36	35,6	41	0,7
Alojamento e restauração	41	9,3	13	4,9	28	4,4
Transportes, armazenagem e comunicações	71	312,6	37	309,1	34	3,5
Actividades financeiras	96	466,4	33	447,1	63	19,3
Actividades imobiliárias e prestação serviços	228	350,4	94	340,4	134	10,0
Admin. pública, defesa e segurança social	3	0,1	1	0,1	2	s/s
Educação	14	1,0	4	0,4	10	0,6
Saúde e acção social	5	0,4	3	0,2	2	0,2
Outras actividades	70	58,8	36	57,8	34	1,0
CAE não identificadas	59	4,2	6	3,1	53	1,1
Totais	1 018	2 825,6	391	2 718,8	627	106,8

Do quadro anterior, há a destacar:

- A nível dos grandes sectores económicos, a repartição das empresas nacionais que constituem o sector empresarial do Estado é a seguinte:

Repartição das empresas por grandes sectores económicos

Sectores económicos	N.º de empresas	Valor nominal (10 ⁶ contos)
Primário	58	57,4
Secundário	296	1 528,7
Terciário	535	1 176,5
Não identificadas	129	63,0
Totais	1 018	2 825,6

Saliente-se o peso significativo dos sectores secundário e terciário, sendo o primeiro constituído por um menor número de empresas do que o terciário, mas de maior dimensão. O sector primário não assume qualquer expressão relativa, quando comparado com os restantes;

- Os sectores que apresentam maior concentração do número de empresas são a indústria transformadora, as actividades imobiliárias e de prestação de serviços às empresas (onde se incluem as SGPS) e as actividades financeiras. Na globalidade, estes três sectores abrangem cerca de 54% do número total de empresas do universo em análise;
- O elevado valor nominal do sector da produção e distribuição de electricidade, gás e água, advém da inclusão do grupo EDP¹⁵.

2.1.2.5. Dimensão das empresas nacionais

No que respeita à dimensão, traduzida no valor do capital social, é apresentada a seguinte repartição por escalões das empresas nacionais detidas pelos entes públicos:

Repartição das empresas em função do respectivo capital social

(u.m.: milhões de contos)

Escalões do Capital Social (CS)	Total de participações		Participações maioritárias		Participações minoritárias	
	N.º de empresas	Valor nominal	N.º empresas	Valor nominal	N.º empresas	Valor nominal
• CS ≤ 100 mil contos	438	6,6	172	4,5	266	2,1
• 100 mil contos <CS ≤ 1 milhão contos	312	50,5	109	36,8	203	13,7
• 1 milhão contos <CS ≤ 5 milhões contos	150	155,9	53	134,2	97	21,7
• 5 milhões contos <CS ≤ 20 milhões contos	71	340,3	29	316,9	42	23,4
• CS > 20 milhões de contos	47	2 272,3	28	2 226,4	19	45,9
Totais	1 018	2 825,6	391	2 718,8	627	106,8

¹⁵ Salienta-se que o valor nominal do grupo EDP, aliás como dos restantes, não está apurado em termos consolidados, resultando da soma da empresa-mãe e das restantes empresas do grupo, situação que, como foi referido, provoca um empolamento artificial daquele valor.

A comparação entre o número de empresas inseridas em cada escalão e o respectivo valor nominal das participações revela uma curiosa estrutura em pirâmide, mas de sentido inverso num e noutro caso.

De salientar o elevado número de empresas de pequena dimensão, as quais representam quase 43% do total. Por sua vez, as maiores empresas, não obstante o seu número totalizar apenas 4,6%, agregam um valor nominal de 2 272 milhões de contos (80% do montante global).

2.1.2.6. Nível de participação nas empresas nacionais

Empresas maioritariamente participadas

O universo de empresas nacionais maioritariamente participadas pelos diversos entes públicos, constituído por 391 entidades, apresenta a seguinte repartição, em termos de nível:

Participações maioritárias dos poderes públicos		
Participações	N.º empresas	Valor nominal (10º contos)
Directas	122	1 636,1
Indirectas:	269	1 082,7
1º Nível	122	871,2
2º Nível	72	153,6
Superior ao 2º Nível	75	57,9
Total	391	2 718,8

É de evidenciar que neste vasto universo empresarial se destacam, pela sua preponderância, 42 empresas, as quais, apesar de corresponderem apenas a 11% do número total de sociedades maioritariamente participadas, representam um peso esmagador (quase 90%) do respectivo valor nominal, por concentrarem alguns dos maiores grupos empresariais nacionais.

No quadro seguinte apresentam-se essas empresas, estruturadas por grupos:

42 maiores empresas maioritariamente participadas por entes públicos

Grupo/Empresas	% participação ⁽¹⁾	V. Nominal (10 ⁶ contos)	
EDP ⁽²⁾	100,0		600,0
CPPE	100,0	246,8	
REN	100,0	106,8	
EN	100,0	68,0	
CENEL	100,0	50,3	
SLE	100,0	43,8	
LTE	100,0	42,9	558,6
CGD	100,0		300,0
BNU	100,0	56,3	
FIDELIDADE	100,0	20,0	
INH	95,0	14,4	90,7
BRISA ⁽³⁾	89,7		23,8
IPE	99,8		49,9
IPE-Águas de Portugal	100,0	26,5	
EPAL	100,0	18,6	45,1
PORTUCEL SGPS	100,0		50,0
PORTUCEL Industrial	55,8	48,5	
PORTUCEL Viana	100,0	27,0	
PORTUCEL Florestal	100,0	24,5	
GESCARTÃO SGPS	100,0	20,0	120,0
CP	100,0		128,5
RTP	100,0		45,5
PETROGAL	55,0		56,9
METRO	100,0		42,8
PARTEST	100,0		40,0
QUIMIPARQUE	100,0	11,8	
SOPORCEL	50,5	16,2	28,0
GDP	100,0		25,0
TRANSGÁS	99,2	12,4	12,4
SN, SGPS	100,0		23,5
EDM	100,0		22,4
SOMINCOR	51,0	7,5	
Pirites Alentejanas	74,3	16,4	23,9
EMPORDEF	100,0		22,3
CARRIS	100,0		22,0
ANA	100,0		20,0
CTT	100,0		17,5
TAP	100,0		15,1
STCP	100,0		15,1
REFER	100,0		12,5
PEC	100,0		10,9
SETENAVE	100,0		10,7
Total			2 433,1

⁽¹⁾ Congrega a participação global dos entes públicos em cada entidade.

⁽²⁾ Estes dados não consideram a privatização de 29,59% da EDP, concretizada no 2º semestre de 1997.

⁽³⁾ Estes dados não consideram a privatização de 35% da BRISA, verificada no 2º semestre de 1997.

Saliente-se que o valor nominal das 22 participações directas identificadas no quadro anterior representa cerca de 95% do total das 122 empresas detidas directamente pelos entes públicos, o que revela a importância relativa das referidas sociedades.

Universo Global

Conforme referimos no ponto anterior, o universo de empresas participadas pelos entes públicos é de 1 132. Todavia, como a composição accionista de muitas das sociedades se consubstancia na participação simultânea de múltiplas entidades, quando se analisa o número de empresas detidas por cada um dos diversos domínios estatais o número total de empresas é superior, nomeadamente se considerarmos também o tipo de participação (directa ou indirecta).

Se nos restringirmos, no entanto, apenas aos domínios Estado e FSA, até ao segundo nível, conforme a análise que decorre no ponto 2.2., aquela repartição é a seguinte:

Empresas directa e indirectamente participadas por entes públicos

Domínio	Directas			Indirectas			Total
	>50	<=50	Total	>50	<=50	Total	
Estado	46	32	78	241	412	653	731
FSA	18	140	158	9	110	119	277
Total	64	172	236	250	522	772	1 008

2.2. Análise do universo de empresas participadas pelo Estado e FSA¹⁶

2.2.1. Empresas participadas pelo Estado

2.2.1.1. Empresas directamente participadas

Este grupo é constituído por 78 empresas detidas pela DGT¹⁷, das quais 8 são também participadas por FSA, embora em percentagens insignificantes, excepção feita no caso da ENATUR, em que o Fundo de Turismo participa em cerca de 38%, o que conjuntamente com o 62% da DGT, assegura a detenção da totalidade do respectivo capital.

¹⁶ Restrito ao universo constituído pelas participações directas, bem como das indirectas até ao segundo nível.

¹⁷ Ou mais genericamente pelo Estado, no caso das EP.

De forma maioritária

46 sociedades são detidas numa percentagem superior a 50% (31 das quais detidas a 100%), e concentram cerca de 52% do valor nominal das participações inseridas no universo global de entes públicos, incluindo ARL. São também as maiores responsáveis pelo elevado número de participações indirectas na posse do Estado.

Neste grupo incluem-se as 6 empresas públicas de âmbito nacional ainda existentes (Banco de Portugal, INCM, CP, METRO, ANA e a recentemente criada REFER), sendo as restantes constituídas, na sua maioria, por sociedades de capitais maioritariamente públicos, anteriormente com estatuto de empresa pública.

De salientar, ainda, que este núcleo aglutina o mais importante conjunto de participações estratégicas do Estado, com destaque para as sociedades que actuam no âmbito da prossecução de serviços de interesse público, nomeadamente ao nível da comunicação social, dos transportes e comunicações e da defesa e soberania.

A dispersão das empresas nacionais maioritariamente participadas pela DGT, em termos dos grandes sectores de actividade (tendo por base a respectiva Classificação das Actividades Económicas - CAE) é a seguinte:

Empresas nacionais maioritariamente participadas pela DGT, por sectores de actividade

Actividades	N.º de empresas	Valor das participações (10º contos)
Financeira	3	300,2
Agrícola	2	1,4
Industrial	7	95,5
Produção, Transp. e Distribuição de Electricidade	1	514,0
Construção	3	25,0
Comércio, alojamento e restauração	5	22,1
Transportes e comunicações	10	284,1
Imobiliário, alugueres e serviços às empresas	10	175,1
Recreativas	4	52,6
Total	45	1 470,0

No sector financeiro sobressai o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

No sector industrial destacam-se a PETROGAL, SETENAVE, ENVC e INCM. Faziam ainda parte daquele universo a FEIS e a SN, SGPS, ambas em liquidação, bem como as Fábricas Mendes Godinho.

No sector energético (o mais significativo em termos de valor) existe apenas uma participação na EDP.

Nas actividades ligadas à construção actuam a BRISA, DRAGAPOR e JAE - Construções.

Ao nível das actividades comerciais actuam a PEC, EPAC, DOCAPESCA e CRCB e no sector do alojamento e restauração a ENATUR.

O sector dos transportes e comunicações (3ª actividade mais significativa em termos do valor das participações que congrega) é composto pela ANA, CP, METRO, CARRIS, STCP, TRANSTEJO, TAP, REFER, SILOPOR e CTT.

Nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas actuam, para além da URBINDÚSTRIA, enquadrada na primeira daquelas actividades, as empresas que se dedicam à gestão de participações sociais: PARTEST, PORTUCEL, GDP e EMPORDEF (estatutariamente SGPS) bem como a EDM. A Parque EXPO 98, a EDIA, a SIMAB e a SN - Serviços incluem-se também neste grupo de actividades.

Ao nível das actividades recreativas existem apenas as participações na RTP, RDP e Portugal Frankfurt.

De realçar, por último, a única participação estrangeira maioritária da DGT, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, num total aproximado de 57 milhões de contos, e que constitui o mais importante investimento português no estrangeiro.

De forma minoritária

O valor nominal das 29¹⁸ participações nacionais minoritárias da DGT ascende a cerca de 57,5 milhões de contos, sendo de realçar neste universo as seguintes empresas:

¹⁸ Existem mais 3 participações em sociedades estrangeiras.

Empresas nacionais minoritariamente participadas pela DGT

Empresas	Valor das participações(*)	% participação
IPE	24,4	48,8
CIMPOR	16,8	20,0
Inst. Nacional Habitação ¹⁹	6,1	40,0
LISNAVE	5,6	15,6
TERTIR	1,6	23,3
BNU	0,6	1,0
TRANSGÁS	0,6	5,0
Outras	1,8	-
Total	2057,5	

*Em milhões de contos

Como se constata, para além da participação na CIMPOR, a cuja privatização o Estado pretende dar continuidade durante o exercício de 1998, a participação mais significativa deste grupo incide na IPE. De referir que, até 1996, a maioria do capital desta empresa pertencia à DGT, tendo então ocorrido uma permuta de acções com a PARTEST que passou a participar em cerca de 32,8% do capital daquela sociedade. De qualquer modo o IPE mantêm-se maioritariamente detido pelo Estado, também por via da CGD (17,5%).

Apesar de minoritariamente participadas pela DGT as seguintes empresas são, tal como a IPE, maioritariamente detidas pelo domínio Estado:

- BNU, maioritariamente detido pela CGD;
- ANAM, maioritariamente participada pela ANA;
- C.^a Papel do Prado, maioritariamente detida pela PORTUCEL;
- ENU, maioritariamente detida pela EDM;
- NATGÁS, maioritariamente detido pela GDP;
- TRANSGÁS, conjuntamente detida pelas GDP, EDP e CGD, embora nenhuma destas empresas detenha, isoladamente, a maioria do capital.

Ao nível das 3 participações estrangeiras apenas merece realce a participação de 35,6% na C.^a Mineira do Lobito, situada em Angola, que, no entanto, se encontra em vias de dissolução.

Direitos Especiais de Accionista

O Estado detém um conjunto de participações que, nos termos da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações), ou dos diplomas que aprovaram os respectivos processos de

¹⁹ A participação neste instituto público encontra-se representada por títulos de participação.

²⁰ Para além das que são referenciadas no quadro e no texto existem ainda mais 3 participações da DGT em empresas em processo de privatização: Tabaqueira, 3,5 milhões de contos, QUIMIGAL, 3,4 milhões de contos e PT, 47,5 milhões de contos.

privatização, lhe conferem direitos especiais relativamente aos restantes accionistas das respectivas sociedades; estão neste caso a CIMPOR, a IPE, a PETROGAL, a TABAQUEIRA e a TRANSGÁS. São as chamadas “*golden share*” e fundamentam-se, nos termos da citada Lei, na defesa do interesse nacional nos casos em que a participação do Estado é, ou se prevê que venha a ser, minoritária.

Os direitos especiais conferidos por tais participações incluem, quase sempre, o de nomeação de um administrador, independentemente do número de acções detidas pelo Estado, podendo, ainda, incluir algum ou vários dos seguintes:

- o direito de veto de deliberações sobre alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução, limitação do direito de preferência dos accionistas e outras para as quais os contratos de sociedade exijam maiorias qualificadas;
- o direito de veto à alienação e oneração de acções;
- a imposição de nulidade de acordos entre os restantes accionistas, que visem o exercício, de determinada maneira, do direito de voto inerente às acções da sociedade;
- o direito de preferência em futura alienação de títulos;
- o bloqueio, por determinado período, da disponibilidade dos títulos adquiridos em concursos públicos.

Ainda de acordo com a Lei Quadro das Privatizações, e sempre com base na defesa do interesse nacional, alguns processos de privatização, em resultado dos quais o Estado fica com participação minoritária ou nula, impõem limitações às aquisições de partes de capital bem como ao exercício de direitos de accionista por parte dos restantes titulares de acções da sociedade.

2.2.1.2. Empresas indirectamente participadas

Totalizam 653, das quais apenas 241 são maioritariamente participadas²¹.

No quadro seguinte evidenciam-se as principais sociedades-mãe (empresas directa e maioritariamente participadas pela DGT, bem como a IPE, que, embora minoritariamente participada por aquela entidade é maioritariamente detida por entes públicos) que dão origem a este numeroso universo de empresas, procedendo-se, de seguida, à caracterização dos núcleos mais significativos.

²¹ Conforme foi referido anteriormente, neste ponto apenas são analisadas as participações indirectas até ao segundo nível.

Principais núcleos aglutinadores de participações

Empresa mãe	N.º participações		Valor nominal das participações nacionais (10 ⁶ contos) ⁽¹⁾	N.º empresas participadas		
	Total	Estrangeiras		>50%	<=50%	Total
CGD ⁽²⁾	353	53	173,3	31	244	275
IPE	160	14	81,0	59	83	142
EDP	90	6	591,7	23	33	56
PETROGAL	60	14	14,4	27	25	52
PORTUCEL	37	6	145,2	14	15	29
CP	34	2	2,5	7	20	27
GDP	24	1	19,9	9	12	21
TAP	17	5	3,4	8	9	17
F. Mendes Godinho ⁽³⁾	9	1	s/s	3	6	9
PEC	14	-	13,9	7	7	14
RTP	13	-	0,4	6	5	11
CTT	9	1	0,2	1	8	9
EDM	18	-	25,0	8	7	15
CL	11	1	0,2	0	11	11
EMPORDEF	8	-	11,2	3	4	7
Parque EXPO 98	13	-	4,0	5	8	13
METRO	14	1	0,5	2	12	14
PARTEST	7	-	119,8	3	5	8
SN - Serviços	7	-	3,6	1	6	7
ANA	6	-	2,9	2	4	6
Banco Portugal	6	2	2,6	2	3	5
ENATUR	5	-	0,4	2	3	5
TOTAL	915	107	1 216,1	223	(4)	(4)

(1) Só das sociedades nacionais, dado que o capital social e o valor da participação das empresas estrangeiras e de Macau encontra-se expresso em divisas. Não inclui o valor da empresa-mãe. As referências adiante feitas ao valor das participações referem-se ao respectivo valor nominal.

(2) Inclui as participações constantes da carteira de negociação.

(3) Em dissolução, pelo que não será objecto de caracterização.

(4) As empresas podem ser participadas por mais de um dos grupos evidenciados no quadro pelo que estes totais estariam empolados, relativamente ao número referido no primeiro parágrafo, não se tendo apurado, por essa razão, os totais das duas últimas colunas.

Universo CGD (173,3 milhões de contos de participações)

É o maior grupo financeiro português, e a respectiva empresa-mãe situava-se, em Julho de 1996, na 147ª posição do *ranking* das maiores instituições bancárias mundiais e no 78º lugar entre os maiores bancos europeus.

Congrega o maior número de empresas participadas, embora seja o segundo no que se refere ao valor nominal das participações (ultrapassado apenas pelo grupo EDP).

Conjuntamente com a própria CGD (detentora de 99 participações directas) os grandes aglutinadores de participações são o BNU (com 118 participações) e a Fidelidade (que detém 107 participações).

No que diz respeito à percentagem de participação, as 275 empresas que se inserem neste universo apresentam a seguinte repartição:

Empresas participadas pelo universo CGD

% participação	N.º empresas	Valor participação (10 ⁶ contos) (*)
> 50	31	110,7
Entre 20 e 50	16	s/s
Entre 5 e 20	60	34,0
<=5	168	28,6
Total	275	173,3

(*) Só em empresas nacionais; existem 50 sociedades estrangeiras

Como se constata, cerca de 61% das sociedades são participadas numa percentagem inferior ou igual a 5%, e, na sua maioria, o respectivo valor nominal das participações não assume um montante muito significativo. Assim, apesar da respectiva dimensão, o controlo efectivo do grupo incide sobre um número relativamente reduzido de empresas, de valor nominal mais expressivo, essas sim inseridas no âmbito da respectiva orientação estratégica.

Face à sua dimensão, o grupo estende-se por uma multiplicidade de sectores, embora as intervenções significativas se concentrem ao nível das actividades bancária, seguradora, *leasing*, *factoring*, gestão de activos, capital de risco e apoio ao investimento, serviços financeiros, imobiliário, sistemas de informação, energia e indústria.

As principais empresas nacionais, directa e indirectamente participadas, de forma maioritária, pela sociedade-mãe são as seguintes:

Principais empresas nacionais, maioritariamente participadas pelo universo CGD

(u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	SULEI	BNU/BNU Capital	100,0	0,8
	EMPORSIL	SOPORCEL	100,0	0,5
	EMPRESIL	SOPORCEL	100,0	3,0
	Subtotal			4,3
Financeira	BNU	CGD	99,0	55,7
	FIDELIDADE	CGD	100,0	20,0
	Inst. Nac. Habitação	CGD	55,0	8,3
	PROMINDÚSTRIA	CGD	87,6	2,6
	IMOLEASING	CGD/FIDELIDADE/Cx. Participações	68,4	2,4
	BNU Capital	BNU	66,7	2,2
	LOCAPOR	CGD/FIDELIDADE/Cx. Participações	62,7	1,3
	CAIXAGEST	CGD/Cx. Participações	88,3	1,3
	LUSOFACTOR	CGD/BNU/Cx. Participações	100,0	0,8
	S. Gest. Fundo Pensões	CGD/Cx. Participações	100,0	0,6
Subtotal			95,2	
Imobiliária, Alugueres e Serviços a Empresas	Cx. Participações	CGD	100,0	5,5
	Caixa Imobiliário SGII	Cx. Participações/CGD/FIDELIDADE	100,0	5,0
	IMOCAIXA	CGD	100,0	s/s
	Cx. Sistemas de Informação	CGD	100,0	0,2
	CULTURGEST	CGD/ Cx. Participações	90,0	s/s
Subtotal			10,7	
TOTAL				110,7

Como decorre da actividade desenvolvida pela empresa líder do grupo, é no sector financeiro que se aglutina o maior número de participações maioritárias, com especial destaque para as actividades bancária, através do BNU, seguradora, via FIDELIDADE, de *leasing*, via IMOLEASING e LOCAPOR, de *factoring*, através da LUSOFACTOR, de capital de risco, via PROMINDÚSTRIA e BNU Capital e de gestão de fundos mobiliários e imobiliários, via CAIXAGEST e FUNDIMO. A Sociedade Gestora de Fundos de Pensões da CGD, inicialmente confinada à gestão dos fundos de pensões dos empregados da CGD e do BNU, alargou, em 1996, a sua actividade à gestão de 10% do Fundo de pensões da PETROGAL.

Na actividade de promoção imobiliária destaca-se a Caixa Imobiliário SGII, participada maioritariamente pela Caixa Participações, SGPS, SA; esta última empresa é uma mera holding instrumental que aglutina um conjunto de participações minoritárias na actividade de intermediação financeira, imobiliária e de gestão de fundos de pensões, não contribuindo, só por si, com qualquer valor acrescentado para o conjunto do Grupo.

As participações maioritárias em sociedades estrangeiras com algum significado concentram-se, fundamentalmente (4, num total de 8) na actividade bancária:

Principais empresas estrangeiras maioritariamente participadas pelo universo CGD

Sociedade	Participante	% participação	Valor participação (divisas)
Banco de Extremadura	CGD	100,0	1,5 mil milhões pesetas
Banco Luso Español	CGD	100,0	8,4 mil milhões de pesetas
Banco Simeón	CGD	99,2	5,4 mil milhões de pesetas
Banco Financal Português	CGD	100,0	22 milhões de reais
Banque Franco Portugaise, SA	CGD/BNU	100,0	171,5 francos franceses

No que se refere às posições minoritárias, e como já foi referido, este universo caracteriza-se pela existência de uma multiplicidade de participações, uma sem valor significativo, na EDP, e as restantes, de pequeno valor, que conferem uma reduzida percentagem do capital das empresas detidas.

As participações minoritárias de maior valor, em sociedades nacionais, concentram-se nos seguintes sectores:

Principais empresas nacionais minoritariamente participadas pelo grupo CGD⁽¹⁾ (u.m.: milhões de contos)

Actividade	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	LISNAVE	BNU/CGD	2,7	0,9
	IBEROL	BNU	11,4	2,1
	MATRENA	PROMINDÚSTRIA	32,8	0,5
	Subtotal			3,5
Electricidade, gás, construção e alojamento	TRANSGÁS	CGD	25,0	3,1
	A. Silva & Silva	CGD/BNU/FIDELIDADE	18,9	1,2
	HOTELAPA	CGD	37,6	1,2
	EDP	CGD	4,8	28,6
	Subtotal			34,1
Financeira	BANIF	CGD	5,5	1,2
	BPI	CGD/BNU/FIDELIDADE	5,3	3,0
	NORPEDIP	CGD/BNU	10,9	0,6
	SULPEDIP	CGD/BNU	10,9	0,6
	SIBS	CGD/BNU	14,3	0,7
	Subtotal			6,1
Serviços prestados a empresas	EDM	CGD	4,5	1,0
	IPE	CGD/FIDELIDADE	17,6	8,8
	Pão de Açúcar	FIDELIDADE	2,4	0,4
	TAGUSPARQUE	CGD	10,0	0,4
	SONAE-Imobiliária	CGD	12,0	0,7
	Subtotal			11,3
TOTAL				55,0

⁽¹⁾ Incluindo os títulos da carteira de risco

Merece realce a participação na EDP que, embora assegure apenas uma detenção de 4,8% no capital daquela empresa é, em termos de valor, a participação minoritária mais significativa do grupo CGD.

O grupo detém ainda diversas posições minoritárias em sociedades estrangeiras, sendo de destacar as participações no Banco Itau (4,6%) via CGD, e na Mercantile Lisbon Bank Holdings (22,7%) via BNU e ainda, pela sua importância institucional, a participação no Fundo Europeu de Investimento (0,25%).

De referir, também, as posições minoritárias nas empresas sediadas em Macau, designadamente SOFIDEMA (33%), SOGESTE (40%) e SEAP (19,8%).

Uníverson IPE (81,0 milhões de contos de participações)

Embora não faça neste momento parte do conjunto de participações maioritárias directas da DGT, a IPE é a sociedade - mãe de um dos mais importantes grupos empresariais públicos, sendo a maioria da respectiva participação assegurada, de forma directa e indirecta, através da DGT (48,8%), CGD (17,5%) e PARTEST (32,8%).

As respectivas participações aglutinam-se em torno de várias *subholdings*, algumas das quais especializadas na gestão de empresas ou projectos específicos inseridos em determinados sectores de actividade, tais como a SPE-Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, IPE Capital, EGF-Empresa Geral de Fomento e IPE Águas.

A SPE encontra-se vocacionada para a actividade mineira no campo diamantífero em Angola (projecto Lucapa), detendo um conjunto de 20 participações de valor pouco significativo em empresas ligadas ao sector, destacando-se apenas uma participação de 81,8% na C.^a Mineira do Norte de Portugal (0,5 milhões de contos), bem como uma participação de 49% na Sociedade Mineira de Lucapa (17,2 milhões de dólares).

A IPE Capital tem concentrado as intervenções do grupo na área do capital de risco, nomeadamente ao nível de projectos de internacionalização, de inovação, e na vertente ambiental, esta última no âmbito do apoio financeiro e em colaboração com outras *subholdings* do grupo, intervindo em 17 empresas, de forma minoritária, com destaque, em termos de valor, para a COFAPEUROPA - Indústria de Componentes de Automóveis, cuja participação de 20% ascende a 0,9 milhões de contos.

A EGF tem prosseguido a sua acção ao nível da promoção de sistemas municipais de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (por exemplo projectos Valorsul e Algar), detendo posições em 21 sociedades.

Por último, a IPE Águas concentra as posições do grupo ao nível da captação, tratamento e distribuição de água, intervindo em 6 empresas do sector, de onde se destaca a EPAL, todas maioritariamente participadas por valores que oscilam entre os 0,6 milhões e os 9,5 milhões de contos.

Para além das *subholdings* é de referir que a sociedade-mãe participa ainda, directamente, em cerca de 60 sociedades, embora algumas também participadas por aquelas empresas. As restantes concentram intervenções:

- No sector industrial, nomeadamente ao nível das indústrias extractivas, destacando-se uma participação maioritária na RENOESTE, na metalomecânica (Fundição Oeiras, maioritariamente participada) equipamento eléctrico (embora através de participações minoritárias na EUROCIRCUIT, EFACEC e TRONITEC - esta última falida) e fabricação de material de transporte (com uma participação maioritária na UTIC, empresa que, no entanto, está em processo de liquidação).
- Nos sectores financeiro, imobiliário e serviços, embora com posições de valor relativamente pouco significativo, destacando-se apenas a SENETE (1 milhão de contos de participação e 10% do capital, alienada já em 1997) bem como a NORPEDIP e SULPEDIP, embora minoritariamente participadas (de referir, no entanto, que estas empresas são maioritariamente participadas através de um conjunto de participações, num total de 51,1%, detidas pelo IAPMEI, IGFSS e ICEP).

No que se refere à percentagem de participação, as empresas deste universo repartem-se do seguinte modo:

Empresas participadas pelo Grupo IPE

% participação	N.º empresas	Valor participação (10 ⁶ contos) ^(*)
> 50	59	70,6
Entre 20 e 50	32	
Entre 5 e 20	21	10,4
<=5	30	
Total	142	81,0

^(*) Só em empresas nacionais; existem 13 sociedades estrangeiras

Como se constata, apesar de deter um universo empresarial numericamente inferior ao da CGD, a IPE controla, ou exerce influência significativa, sobre um maior número de sociedades.

Em termos de valor, as principais posições maioritárias do grupo, em sociedades nacionais, são as seguintes:

Principais empresas nacionais maioritariamente participadas pelo universo IPE (u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	SPE	IPE	81,13	4,1
	UTIC	IPE	98,8	3,5
	Fundação Oeiras	IPE	96,9	0,5
	C.º Min. Norte Portugal	SPE	81,8	0,5
	RENOESTE	IPE	68,7	0,5
	Subtotal			
Elect. Gás Água	EPAL	IPE Águas/IPE	100,0	18,6
	Águas Douro e Paiva	IPE Águas	51	1,8
	ENERG	IPE/IPE Capital	57,5	1,1
	Águas Barlav. Algarvio	IPE Águas/IPE Capital	68,8	0,8
	Águas Sotav. Algarvio	IPE Águas/IPE Capital	75,0	0,9
	Águas Cavado	IPE Águas	51	0,6
	Subtotal			
Financeira	IPE Águas de Portugal	IPE	100,0	26,5
	IPE Capital	IPE/SG	86,0	4,3
	Subtotal			30,8
Imobiliária Serviços Empresas	DIALAP- Emp Imobiliár.	DIALAP/IPE	100,0	2,7
	EGF	IPE/EGF	100,0	1,0
	Subtotal			3,7
Saneamento higiene	SANEST	IPE Águas	51,0	0,8
	Subtotal			0,8
TOTAL				68,2

Com algumas excepções, as participações em empresas minoritariamente detidas não assumem grande expressão, sendo de destacar, no que se refere às relativas a sociedades nacionais, as seguintes²²:

Principais empresas nacionais minoritariamente participadas pelo universo IPE (u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	COFAPEUROPA	IPE Capital	20,0	0,9
	EUROCIRCUIT	IPE	42,5	0,9
	EFACEC	IPE	9,3	0,9
	Subtotal			2,7
Financeira	NORPEDIP	IPE	14,0	0,8
	SULPEDIP	IPE	14,0	0,8
	BFE	IPE	3,5	2,8
	Subtotal			4,4
TOTAL				7,1

No que se refere às participações em sociedades estrangeiras (em número de 13 e quase todas minoritárias) apenas se destaca a participação na Sociedade Mineira de Lucapa.

²² Não se seleccionaram participações minoritárias em empresas já maioritariamente detidas por sociedades do grupo.

Universo EDP (591,7 milhões de contos de participações)

O actual grupo EDP resultou de um processo de cisão da então EDP, orientado em termos de uma nova filosofia de organização do sector. Com efeito, a reestruturação concretizada teve como objectivo último permitir uma maior abertura às leis do mercado, através da criação de condições que permitissem a manutenção de um sistema eléctrico com uma vocação de serviço público, a par de um subsistema explorado de forma independente por entidades privadas.

Existem, aliás, já alguns exemplos desta dualidade, nomeadamente a Tejo Energia, que explora a Central do Pego e a TURBOGÁS, que se encontra a desenvolver o projecto da futura central de ciclo combinado a gás natural, maioritariamente participadas por entidades privadas.

A EDP desdobrou-se, fundamentalmente:

- Em quatro empresas de produção de energia eléctrica, CPPE, HDN, HIDROCENEL e HIDROTEJO;
- Em quatro empresas de distribuição, abrangendo áreas geográficas distintas: EN (Norte), CENEL (centro), LTE (Lisboa e Vale do Tejo) e SLE (Sul);
- Numa empresa gestora da rede eléctrica, a REN.

Inseridas na estratégia do grupo, mas como suporte da actividade desenvolvida, encontram-se, também, algumas sociedades que actuam na área da prestação de serviços de engenharia (HIDRORUMO e PROET), sistemas de informação (EDINFOR), formação de pessoal (MRH), actividades laboratoriais (LBELEC), gestão de patrimónios (EDALPRO), novas energias (ENERNOVA) e assistência médica (SÁVIDA).

No seu conjunto o valor nominal das participações detidas por este grupo é o mais elevado do universo considerado, embora o número de empresas participadas (56) não seja muito significativo quando comparado com outros dos núcleos que foram individualizados.

O valor do conjunto de participações no sector da energia eléctrica, num total de 12, das quais 11 maioritárias, ascende a 98,4% do total. Ainda inserida no sector da energia, mas na actividade do gás, destaca-se uma participação minoritária (29,6%) de 3,7 milhões de contos na TRANSGÁS, que resulta duma intenção explícita do grupo em se envolver no projecto do gás natural.

No que diz respeito à percentagem de participação, as empresas deste universo repartem-se do seguinte modo:

Empresas participadas pelo universo EDP

% participação	N.º empresas	Valor participação (10º contos) ⁽¹⁾
> 50	23	584,9
Entre 20 e 50	8	
Entre 5 e 20	8	6,8
<=5	17	
Total	56	591,7

⁽¹⁾ Só em empresas nacionais, existem 7 sociedades estrangeiras.

Em termos de valor, as participações maioritárias, em empresas nacionais, mais significativas são as seguintes:

incipais empresas nacionais maioritariamente participadas pelo universo EDP

(u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Electricidade Gás e Água	CPPE	EDP	100,0	246,8
	EN	EDP	100,0	68,0
	HDN	EN	100,0	4,9
	REN	EDP	100,0	106,8
	SLE	EDP	100,0	43,8
	ENERNOVA	EDP/CPPE	100,0	0,2
	HIDROCENEL	CENEL	100,0	9,1
	HIDROTEJO	LTE	100,0	8,8
	CENEL	EDP	100,0	50,3
	LTE	EDP	100,0	42,9
	Subtotal			
Alojamento e restauração	DESREAL	EDP	100,0	1,0
	Subtotal			1,0
Imobiliária e Serviços a Empresas	LABELEC	EDP/REN/SLE/LTE/EN/CENEL	100,0	0,4
	PROET	EDP/CPPE/SLE/LTE/EN/CENEL	100,0	0,5
	HIDRORUMO	EDP/CPPE/SLE/LTE/EN/CENEL	100,0	0,6
	Subtotal			1,5
Total				584,1

Ao nível das participações minoritárias não se registam, para além da já referida na TRANSGÁS, participações de valor muito significativo, realçando-se apenas os casos da VALORSUL (0,5 milhões de contos, participada a 11%), PORTSINES (0,8 milhões de contos, participada a 40%) e TAGUSPARQUE (0,2 milhões de contos, participada a 5%).

O grupo participa ainda em 7 sociedades estrangeiras, nomeadamente a ELCOGÁS (4%) em Espanha e a CERJ (21,1%) no Brasil.

Universo PETROGAL (14,4 milhões de contos de participações)

Actuando fundamentalmente na área da refinação de petróleo bruto e na distribuição de produtos petrolíferos, este grupo está também envolvido no projecto de gás natural, na vertente da distribuição.

A grande maioria das participações detidas vêm por via da empresa-mãe (43), a que acrescem mais 8 via SACOR Marítima (empresa de transporte de produtos petrolíferos) na sua maioria participações maioritárias no sector dos transportes, embora sem grande peso em termos do respectivo valor, 6 através da EIVAL e da SOTURIS (a primeira actuando na área da armazenagem, distribuição e retalho de GPL e a segunda na actividade e gestão imobiliária), também sem grande significado quer em termos de valor ou percentagem de participação e 2 da PETROGÁS (distribuição de gás natural e produtos substitutos) num total de 1,2 milhões de contos (LUSITANIAGÁS e TRANSGÁS, ambas minoritárias).

As empresas participadas apresentam a seguinte repartição, em termos da detenção do respectivo capital:

Empresas participadas pelo universo PETROGAL

% participação	N.º empresas	Valor participação (10 ⁶ contos) ^(*)
> 50	27	11,9
Entre 20 e 50	7	s/s
Entre 5 e 20	7	2,5
<=5	11	s/s
Total	52	14,4

^(*) Só em empresas nacionais; existem 14 sociedades estrangeiras

As principais empresas nacionais directa e maioritariamente participadas pela empresa-mãe são as seguintes:

Principais empresas nacionais maioritariamente participadas pela PETROGAL				(u.m.: milhões de contos)	
Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação	
Industrial	CARBOGAL	PETROGAL	97,4	4,5	
	Dist. Gás	PETROGÁS	PETROGAL	100,0	0,7
Comércio	SOPOR	PETROGAL	64,0	0,4	
	PETROGAL Exploração	PETROGAL/SOTURIS	100,0	0,3	
	Subtotal				0,7
Transportes	SACOR marítima	PETROGAL/EIVAL	80,0	2,4	
	Armazenagem	CLC	PETROGAL	65,0	3,3
	Subtotal				5,7
	Total				11,6

As participações minoritárias mais relevantes concentram-se também no sector do gás (para além da LUSITANIAGÁS - também participada directamente pela PETROGAL - existem ainda participações na TRANSGÁS, PORTGÁS, SETGÁS e ENGIGÁS). De salientar também uma participação da ordem dos 0,4 milhões de contos na HOTELGAL.

No exterior destaca-se a participação na PETROGAL Espanhola, integralmente detida pela empresa mãe do grupo, e com um capital social de 10 mil milhões de pesetas.

Universo PORTUCEL (145,2 milhões de contos de participações)

Tal como a EDP, a PORTUCEL foi objecto, em 1994, de um processo de reestruturação que propiciou a constituição de um grupo especializado em termos das áreas de negócio e que, neste momento, se encontra estruturado da seguinte forma:

- Floresta- PORTUCEL Florestal
- Pastas brancas - PORTUCEL Industrial
- Pastas cruas - PORTUCEL Tejo
- Papéis reciclados - PORTUCEL Recicla
- Kraftliner e embalagem-Gescartão (Holding), PORTUCEL Viana e PORTUCEL Embalagem
- Papéis e cartolinas - C.ª Papel do Prado e FAPAJAL

As empresas do universo considerado apresentam a seguinte repartição, em termos da respectiva percentagem de participação:

Empresas participadas pelo universo PORTUCEL		
% participação	N.º empresas	Valor participação (10º contos) ^(*)
> 50	14	140,3
Entre 20 e 50	6	s/s
Entre 5 e 20	2	4,9
<=5	7	s/s
Total	29	145,2

^(*) Só em empresas nacionais; existem 5 sociedades estrangeiras.

No quadro seguinte evidenciam-se as empresas maioritariamente participadas, mais significativas em termos do valor da respectiva participação:

Principais empresas maioritariamente participadas pelo universo PORTUCEL (u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	C. ^a Papel do Prado	PORTUCEL	95,3	0,5
	PORTUCEL Florestal	PORTUCEL/PORTUCEL Industrial	100,0	24,5
	PORTUCEL Embalagem	GESCARTÃO	100,0	8,0
	PORTUCEL Tejo	PORTUCEL	100,0	7,5
	PORTUCEL Recicla	PORTUCEL	100,0	3,9
	PORTUCEL Viana	GESCARTÃO	100,0	27,0
	Subtotal			
Serviços prestados empresas	GESCARTÃO	PORTUCEL	100,0	20,0
	PORTUCEL Industrial	PORTUCEL	55,7	48,5
	TECNOCEL	PORTUCEL	100,0	0,4
	Subtotal			68,9
Total				140,3

Ao nível das empresas minoritárias são de destacar ainda a C.^a de Papéis INAPA (3,9 milhões de contos) e a INAPA, Invest. e Part. Gestão (0,6 milhões de contos), ambas participadas pela PORTUCEL, com percentagens de, respectivamente, 27,5% e 10%.

Das participações em sociedades estrangeiras destaca-se a PORTUCEL International Trading, integralmente detida pela empresa-mãe e pela PORTUCEL Industrial (38 800 milhares de francos do Luxemburgo) e a PORTUCEL Espanha (detida a 40% pela PORTUCEL) num total de 20 mil milhões de pesetas.

Universo CP (2,5 milhões de contos de participações)

A maioria das participações deste grupo são directamente detidas pela empresa-mãe (25), existindo mais 4 da FERBRITAS e INVESFER, 4 da SOFLUSA, TEX e FERGRÁFICA e 1 da EMEF. Todas as participações indirectas são minoritárias, embora algumas o sejam em sociedades em que a CP já detém uma posição maioritária.

De uma maneira geral, as sociedades controladas inserem-se numa lógica de complementaridade com a actividade da empresa-mãe, nomeadamente ao nível da extracção de brita (FERBRITAS), fabricação e reparação de material circulante (EMEF), transportes fluviais (SOFLUSA) e impressão (FERGRÁFICA). Existem ainda três participações maioritárias em empresas de serviços (TEX), formação profissional (FERNAVE, embora esta seja detida a 50%) e promoção imobiliária (INVESFER).

Em termos da respectiva percentagem de participação, as sociedades na esfera do grupo apresentam a seguinte repartição:

Empresas participadas pelo universo CP

% participação	N.º empresas	Valor participação (10º contos) ¹⁾
> 50	7	2,0
Entre 20 e 50	8	s/s
Entre 5 e 20	7	0,5
<=5	5	s/s
Total	27	2,5

¹⁾ Só em empresas nacionais. Existem 2 sociedades estrangeiras.

No que se refere ao seu valor, as participações não assumem grande relevo, destacando-se no caso das sociedades maioritariamente participadas:

Principais empresas maioritariamente participadas pelo universo CP

(u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	FERBRITAS	CP/INVESFER	100,0	0,1
	EMEF	CP	100,0	1,2
	Subtotal			1,3
Transportes	SOFLUSA	CP/TEX	100,0	0,5
	Subtotal			0,5
Serviços a empresas	TEX	CP/FERGRAFICA	100,0	0,1
	Subtotal			0,1
Total				1,9

As participações minoritárias, de uma forma geral, conferem percentagens do capital das respectivas empresas acima dos 5%, embora o respectivo valor seja relativamente reduzido. Inserem-se, fundamentalmente, na actividade dos transportes e serviços a empresas.

O grupo participa ainda, de forma minoritária (percentagem inferior a 2%), em duas sociedades estrangeiras, a EUROFIMA e a ICF-Intercontainer.

Universo GDP (19,9 milhões de contos de participações)

A GDP foi também objecto, em 1995, de uma reestruturação que visou, essencialmente, adaptar a empresa para o desenvolvimento, em paralelo com as suas actividades tradicionais, de uma nova realidade decorrente da implantação do projecto relativo ao gás natural, que irá canalizar um elevado volume de investimentos nos próximos anos.

Neste contexto, foram constituídas 5 sociedades subsidiárias, que resultaram da autonomização das várias áreas de negócio da empresa-mãe, cujo estatuto jurídico, entretanto, passou a ser o de uma SGPS:

- GDL, concessionária da distribuição do gás natural na região de Lisboa;
- DRIFTAL, produtora de anidrido ftálico e ftalatos;
- CARBOLIS, detentora da maior rede de distribuição de dióxido de carbono do país;
- VISATEJO, detentora do restante património imobiliário do grupo;
- Cabo Ruivo, gestora de instalações e equipamentos.

Paralelamente, foi promovida a constituição da TRANSGÁS, concessionária da rede de transporte e distribuição de gás natural em alta pressão, com um núcleo accionista repartido pela GDP e por diversas entidades, aliás já anteriormente referidas, nomeadamente CGD, EDP e DGT. De referir, ainda, as diferentes empresas de distribuição regional, PORTGÁS, LUSITANIAGÁS e SETGÁS, com participações conjuntas (maioritárias apenas no caso da LUSITANIAGÁS) dos grupos GDP e PETROGAL.

As empresas do universo considerado apresentam a seguinte repartição em termos da respectiva percentagem de participação:

Empresas participadas pelo universo GDP

% participação	N.º empresas	Valor participação (10º contos)**
> 50	9	13,7
Entre 20 e 50	5	s/s
Entre 5 e 20	4	6,2
<=5	3	s/s
Total	21	19,9

** So em empresas nacionais; existe 1 sociedade estrangeira.

Em termos de valor as participações maioritárias mais significativas são as seguintes:

Principais empresas maioritariamente participadas pelo universo GDP

(u.m.: milhões de contos)

Actividade económica	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Industrial	DRIFTAL	GDP	100,0	0,3
	Subtotal			0,3
Gás	NATGÁS	GDP	58,7	1,8
	GDL	GDP	100,0	9,0
	Subtotal			10,8
Actividades Imobiliárias	VISATEJO	GDP	100,0	0,1
	Cabo Ruivo	GDP	100,0	2,5
	Subtotal			2,6
Total				13,7

Ao nível das participações minoritárias, as mais relevantes, em termos de valor, concentram-se nas já citadas LUSITANIAGÁS (1,0 milhões), PORTGÁS (0,4 milhões), SETGÁS (0,4 milhões) e TRANSGÁS (1,3 milhões), todas superiores a 25%.

Na esfera do grupo existe apenas uma sociedade estrangeira - a OMEGAS - participada a 5%.

Universo TAP (3,4 milhões de contos de participações)

O grupo liderado pela transportadora aérea nacional tem toda origem nas participações directas da sociedade-mãe, concentradas fundamentalmente no sector dos transportes, *catering* e hotelaria e serviços às empresas.

No total, orbitam na esfera do grupo 17 sociedades com a seguinte estrutura, no que se refere à respectiva percentagem de participação:

% participação	N.º empresas	Valor participação (10º contos) ^(*)
> 50	8	2,9
Entre 20 e 50	2	s/s
Entre 5 e 20	2	0,5
<-5	5	s/s
Total	17	3,4

(*) Só em empresas nacionais; existem 5 sociedades estrangeiras.

De referir que a participação nacional mais significativa é na AIR ATLANTIS (99,8%, num total de 1,5 milhões de contos), empresa que, no entanto, se encontra em liquidação.

O grupo intervém ainda em 5 sociedades estrangeiras inseridas, fundamentalmente, em actividades ligadas ao turismo, 2 das quais participadas de forma maioritária.

Universo PEC (13,9 milhões de contos de participações)

As participações deste grupo estruturam-se em dois grandes núcleos. Um deles, encabeçado pela PEC - Produtos Pecuários de Portugal SGPS, S.A., abrange um conjunto de 5 empresas que, com excepção da SGPS, desenvolvem a sua actividade nas áreas do abate der gado, industrialização e comércio por grosso de produtos cármicos, todas maioritariamente detidas, totalizando 13,4 milhões de contos. O outro é composto por 9 empresas, inseridas nas mesmas áreas de negócios

que as anteriores, envolvendo uma participação global de 0,5 milhões de contos. Só duas destas empresas são maioritariamente participadas; as restantes participações variam entre 1 e 30%. O grupo não detém participações em sociedades estrangeiras.

Universo RTP (0,4 milhões de contos de participações)

Orbitam na sua esfera apenas 11 empresas, assumindo as respectivas participações valor pouco significativo.

São maioritariamente detidas as seguintes sociedades: TV GUIA, EUROVÍDEO, RTC, EDIPIM, MULTIDIFUSÃO e LPE, num total de 352 milhares de contos de participações. Todas as empresas se encontram correlacionadas com o *core business* desenvolvido pela empresa-mãe, seja ao nível da edição de revistas, publicidade ou actividades recreativas, sendo de salientar que é através da RTC que são asseguradas 4 posições maioritárias, bem como a participação em mais 3 empresas.

Não existem participações em sociedades estrangeiras.

Universo CTT (0,2 milhões de contos de participações)

Das 9 empresas participadas apenas uma é maioritariamente detida (Postexpresso Correio Cidade, num valor de 50 milhares de contos). Das restantes destaca-se uma participação na PREVISÃO, Gestora de Fundos de Pensões, no valor de 55 milhares de contos, detida a 28%.

Existe apenas uma participação numa sociedade estrangeira, a IPC, International Post Corporation.

Universo EDM (25,0 milhões de contos de participações)

Embora seja composto por um relativamente reduzido número de empresas (15), o conjunto de participações deste universo assume, em termos de valor, algum relevo por via da posição maioritária em duas empresas que actuam ao nível da extracção de minério, as Pirites Alentejanas (sem actividade), com 72,5% de participação correspondente a 16,0 milhões de

contos, e a SOMINCOR, detida a 51%, num total de 7,5 milhões de contos. Ao nível das outras participações maioritárias (mais 6) destacam-se ainda as posições na Empresa Carbonífera do Douro (0,5 milhões de contos, embora a empresa esteja, também, sem actividade), EXMIN- C.ª Industrial de Serviços (0,3 milhões de contos) e TRANSMINAS - Operador Portuário (0,3 milhões de contos).

De realçar ainda uma posição paritária na COMINALTA - C.ª Mineira da Beira Alta.

Não existem participações em sociedades estrangeiras.

Universo CL (0,2 milhões de contos de participações)

Esta empresa participa em 11 sociedades (a maioria pequenas cooperativas agrícolas), detendo em todas uma posição minoritária muito baixa. De realçar apenas uma participação de 5% na PEC Tejo (140 mil contos).

Detém uma participação numa empresa estrangeira, sem actividade.

Universo EMPORDEF (11,2 milhões de contos de participações)

Das 7 empresas participadas, são de destacar as 3 participações maioritárias, num total de 10,7 milhões de contos, nas INDEP (100%), OGMA (100%) e SPEL (50,9%).

Ao nível das participações minoritárias será de realçar uma participação de cerca de 23% na EID (0,4 milhões de contos), empresa fabricante de componentes electrónicos, que, aliás, é maioritariamente participada por entes públicos, quando considerados os FSA.

Universo Parque EXPO 98 (4,0 milhões de contos de participações)

Tendo como finalidade o desenvolvimento e concretização do projecto relativo à exposição mundial de 1998, a realizar em Lisboa, bem como a reconversão urbana da área circundante, a empresa-mãe do grupo promoveu a constituição de uma SGPS que veio a aglutinar um conjunto de participações relacionadas com alguns dos projectos que se encontravam previstos,

nomcadamente o ATLÂNTICO - Pavilhão Multiusos, a GIL - Gare Intermodal de Lisboa, o OCEANÁRIO de Lisboa e a PARQUE EXPO, Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, encarregue de promover a alienação do património imobiliário detido.

Para além destas participações maioritárias, que totalizam cerca de 1,9 milhões de contos, a empresa-mãe detém, directa e indirectamente, mais 8 participações minoritárias, sendo de destacar a VALORSUL (1,2 milhões de contos), participada a 26%, na qual a EGF (grupo IPE) e a EDP detêm também posições de, respectivamente, 25% e 11%.

Universo METRO (0,5 milhões de contos de participações)

A empresa-mãe do grupo participa em 13 sociedades das quais só duas maioritariamente detidas, a METROCOM (90 milhares de contos), que actua ao nível da exploração de espaços comerciais (complementando a actividade principal do grupo através da exploração publicitária das respectivas estações de metropolitano) e a FERCONSULT (200 mil contos), que actua ao nível da consultoria, estudos e projectos. A METROCOM, por sua vez, participa na única sociedade estrangeira detida pelo grupo, a TRANSCOM International.

As outras participações concentram-se nalgumas empresas também participadas por outras empresas do Estado, como a FERNAVE e ASSER (participadas pela CP, CARRIS, FERBRITAS, STCP e TRANSTEJO), EDEL (participada pelas EDP, PETROGAL, SN-Serviços, GDP, CP e CARRIS) e TIS (participada pelos STCP). De referir, por último, uma participação de 5%, na empresa que se encontra a desenvolver o projecto do metro da área metropolitana do Porto.

Universo PARTEST (119,8 milhões de contos de participações)

Tendo como objecto social a gestão de participações detidas pelo Estado, a PARTEST tem desenvolvido a sua actuação no âmbito do apoio ao Governo na execução da política de privatizações e na reestruturação financeira de empresas do Estado, sendo habituais as operações de permuta e compra de títulos entre esta empresa e a DGT. As empresas participadas não se inserem, assim, numa lógica integrada de grupo económico e apresentam um grau de rotação elevado.

Das 8 empresas que integram este universo 3 são maioritariamente participadas: SOPORCEL (16,2 milhões de contos), ligada ao sector industrial, e ESTAMO (0,6 milhões de contos) e QUIMIPARQUE (11,8 milhões de contos) que actuam ao nível das actividades imobiliárias.

Ao nível das posições minoritárias, são de destacar a CIMPOR, CARRIS, EDP e IPE, num total de 119,5 milhões de contos.

Universo SN - Serviços (3,6 milhões de contos de participações)

Das 7 empresas que constituem este universo (6 das quais minoritariamente participadas) assumem relevo, em termos do valor da respectiva participação, a SN-Longos (2 milhões de contos), a SN-Planos²³ (0,4 milhões de contos), bem como a PRESIDE (1,2 milhões de contos), uma SGPS que gere 2 empresas de trefilaria, actividade a jusante da desenvolvida pelas empresas operacionais do grupo.

Universo ANA (2,9 milhões de contos de participações)

A ANA detém apenas 2 participações maioritárias, a mais significativa das quais na ANAM (empresa que explora os aeroportos da Madeira), detida a 70%, num total de 2,7 milhões de contos, sendo o restante capital detido pelo Governo Regional da Madeira e pela DGT. Participa ainda em 51% (255 milhões de Patacas) na ADA, que explora o aeroporto de Macau.

A participação na EDISOFT (desenvolvimento de software), apesar de minoritária, assegura, conjuntamente com a INDEP, o controlo desta empresa.

Universo Banco de Portugal (2,6 milhões de contos de participações)

É constituído por 5 empresas, nas quais apenas se destaca a participação de 44,4% no capital da FINANGESTE, no valor de 2,5 milhões de contos.

²³ Estas empresas foram já objecto de uma operação de privatização, aguardando-se a alienação das parcelas residuais. De salientar, no caso da SN-Longos, que o valor previsível de venda desta participação se situa muito abaixo do seu valor nominal.

Como já foi referido, o Estado perdeu a maioria no capital desta empresa, detentora de um elevado número de participações, aquando da operação de privatização do BFE.

Universo ENATUR (0,4 milhões de contos de participações)

É constituído por apenas 5 empresas, das quais duas maioritariamente detidas, a ESTORILCENTER (0,3 milhões de contos) e a ENATUR Estudos e Projectos (10 mil contos).

2.2.2. Empresas participadas pelos FSA

Contrariamente ao que sucede no domínio Estado, em que a entidade detentora de participações directas era apenas uma - a DGT - neste grupo as participações directas têm a sua génese num vasto conjunto de entidades genericamente aglutinadas sobre a sigla FSA.

A análise deste domínio estrutura-se assim no âmbito da apreciação dos diversos subuniversos que se encontram agregados a cada uma daquelas entidades. No entanto, previamente àquela análise, considerou-se pertinente fornecer alguns dados de âmbito geral no que se refere às empresas participadas de forma directa e indirecta pelos FSA, considerados como um todo.

2.2.2.1. Empresas directamente participadas

Este grupo integra 158 empresas, com um valor nominal de 20,4 milhões de contos (representativo de 68% das participações totais deste domínio), das quais 3 são detidas conjuntamente por entidades participadas pelo Estado e pelos FSA (sendo os FSA minoritários). A esmagadora maioria é, como veremos, detida de forma minoritária.

De forma maioritária

Existem apenas 18 sociedades sobre as quais é detida uma posição maioritária, com um valor nominal de 9,7 milhões de contos, concentrando 33% do valor global das participações deste domínio.

Neste conjunto destacam-se 4 sociedades de desenvolvimento industrial, imobiliário e turístico, as quais participam num vasto universo empresarial, constituído por: NORPEDIP (34), SULPEDIP (40), PGS - Promoção e Gestão de Áreas Industriais e Serviços (3) e Fundo de Turismo - Capital de Risco (8). Salienta-se que estas sociedades constituem o principal polo aglutinador de participações financeiras ao nível dos FSA, concentrando cerca de 61% do número total de empresas participadas indirectamente por estas entidades.

As restantes catorze sociedades são, em geral, pequenas e médias empresas, dispersas por múltiplos sectores de actividade, com alguma expressão nas áreas de investigação e desenvolvimento, engenharia, informática, seguros, prestação de serviços de consultoria às empresas, associativas, recreativas e culturais, viagens e turismo.

De forma minoritária

Neste universo, 140²⁴ sociedades são participadas de forma minoritária, existindo uma influência significativa (entre 20% e 50%) em apenas 36. Das restantes, 36 são participadas pelos FSA entre 5% e 20% e 68 abaixo dos 5%.

O valor nominal das participações minoritárias é, no total, mais significativo do que o das participações maioritárias, ascendendo a 10,7 milhões de contos, o que representa 36% do valor global das participações deste domínio. Todavia, individualmente, tratam-se de participações pouco expressivas num vasto conjunto de empresas que se apresentam dispersas por múltiplos sectores, como seguidamente se indica:

Sector	N.º empresas	Valor participação
Agricultura e pescas	3	s/s
Indústrias transformadoras	16	0,7
Construção	3	0,2
Comércio	6	0,3
Alojamento e restauração	7	1,2
Transportes, armazenagem e comunicação	2	s/s
Financeiro	19	6,3
Imobiliário e prestação de serviços às empresas	53	1,4
Educação	6	0,1
Outras actividades	25	0,5
TOTAIS	140	10,7

²⁴ Em 3 sociedades, incluídas naquele número, a participação global é maioritária, quando considerados conjuntamente os domínios do Estado e FSA.

O sector que concentra maior número de sociedades é o da prestação de serviços, onde as participações se dispersam por uma grande variedade de áreas, com maior predominância para a investigação e desenvolvimento, consultoria às empresas e sociedades gestoras de participações sociais.

No sector financeiro preponderam as participações em empresas de intermediação financeira, nomeadamente bancos, sociedades de capital de risco, locação financeira e sociedades de desenvolvimento regional. Este sector é o que se destaca em termos do valor nominal das participações, devido à maior dimensão das entidades de intermediação financeira que o integram.

As participações em empresas do sector industrial vão desde a fabricação de têxteis, produtos químicos, pasta de papel e cartão, até à alimentação/bebidas e construção.

2.2.2.2. Empresas indirectamente participadas

As participações indirectas dos FSA incidem em 119 empresas, com um valor nominal de 9,4 milhões de contos (representando 31% do montante das participações deste domínio), resultando de um conjunto de 133 participações. Tal como no caso das participações directas, também neste grupo de sociedades se verifica uma clara predominância de empresas minoritariamente participadas.

De forma maioritária

São maioritariamente participadas 9 sociedades, das quais 8 são nacionais cujo valor nominal das participações ascende a 0,8 milhões de contos.

Neste universo assumem alguma relevância 4 empresas industriais do universo IAPMEI e 3 empresas do grupo TOBIS, de onde se destaca a TOBIS Som.

De forma minoritária

São participadas de forma minoritária 110 empresas, das quais 101 nacionais cujo valor nominal ascende a 8,6 milhões de contos, representando 29% do valor global deste domínio.

As empresas inseridas neste universo não assumem grande significado e dispersam-se por múltiplos sectores de actividade, como seguidamente se indica:

Empresas nacionais participadas indirecta e minoritariamente pelos FSA, por sector (u.m.: mil contos)

Sector	N.º empresas	Valor participação
Indústria extractiva	2	s/s
Indústria transformadora	52	6 300
Construção	1	s/s
Comércio e hotelaria	7	500
Transportes	2	s/s
Financeiro, Imobiliário e prestação de serviços	28	1 000
Outras actividades	9	800
TOTAIS	101	8 600

O sector que concentra mais empresas e de maior dimensão, é o da indústria transformadora, com predominância para a fabricação de têxteis, indústria da madeira e da cortiça e fabricação de produtos minerais não metálicos.

2.2.2.3. Entidades participantes

Os principais núcleos aglutinadores do conjunto de empresas que se inserem neste domínio são os seguintes:

Participações dos FSA, por entidade detentora (u.m.: milhões de contos)

Entidade detentora	N.º participações (Dir. e Ind.)	Valor nominal das participações ⁽¹⁾	N.º de empresas participadas		Total
			>50%	<=50%	
IAPMEI	116	18,2	5	108	113
ISP	45	3,2	1	42	43
Fundo Turismo	15	2,4	3	12	15
IPPAA	1	1,2	1	0	1
INETI	43	0,9	1	42	43
IFADAP	4	0,5	1	3	4
CPAS	22	0,1	0	22	22
IGFSS	11	0,4	0	11	11
ICEP	8	s/s	0	8	8
I.P. Qualidade	17	s/s	0	17	17
IPACA	6	0,2	5	1	6
JNICT	1	0,4	0	1	1
Regiões de Turismo (Diversas)	8	0,2	0	8	8
F. F. Cultural	3	0,3	1	2	3
I. Juventude	4	0,1	2	2	4
Universidades (Diversas)	22	1,2	-	15	15
LNEC	5	s/s	1	4	5
Outras	32	0,5	-	ind.	ind.
TOTAIS	363	29,8	21	(2)	(2)

(1) Não está incluído o valor das 16 participações em empresas estrangeiras e nacionais sediadas em Macau, que está expresso em divisas.

(2) O número total de empresas participadas pelos FSA é de 277, das quais 27 maioritárias, 6 das quais pela conjugação de participações de diversas entidades dos FSA. Estes valores diferem dos totais apurados neste mapa, pelo facto de algumas empresas serem simultaneamente participadas por diversas entidades.

Procede-se, de seguida, à caracterização dos núcleos mais significativos:

Universo IAPMEI (18,2 milhões de contos de participações)

É o núcleo empresarial que se destaca no universo dos FSA, não só pelo facto de congregar o maior número de empresas (113), mas também por representar o maior valor nominal das mesmas.

Para além do próprio IAPMEI, detentor de 39 participações directas em 39 sociedades, cujo valor nominal ronda os 10,7 milhões de contos, os grandes aglutinadores de participações indirectas são a NORPEDIP e a SULPEDIP²⁵, constituindo subgrupos de importância relevante, como se pode constatar no quadro seguinte:

Subgrupos do universo IAPMEI		(u.m.: milhões de contos)	
Subgrupos	N.º de empresas	Valor participação	
NORPEDIP	34	⁽¹⁾ 3,1	
SULPEDIP	40	4,4	
TOTAL	⁽²⁾ 74	7,5	

(1) Não inclui o valor nominal das 2 participações do NORPEDIP em empresas estrangeiras, as quais estão expressas em divisas.

(2) Neste total estão incluídas 12 empresas participadas conjuntamente pela NORPEDIP e SULPEDIP.

Das 113 sociedades do universo IAPMEI apenas uma pequena parte (5 empresas, com um valor nominal de 0,8 milhões de contos) são detidas maioritariamente, por via directa e indirecta. A esmagadora maioria (108 empresas com um valor nominal de 17,4 milhões de contos) são participadas minoritariamente, muito embora em alguns casos a participação do IAPMEI acresça à de outros entes públicos dos domínios do FSA e Estado, conferindo o respectivo controlo.

Estamos, assim, em presença de um grupo empresarial pouco homogéneo e em que a incipiente expressão das participações maioritárias leva a crer que o controlo exercido pelo IAPMEI neste vasto, mas inconsistente grupo, será pouco significativo, surgindo, por vezes, em parceria com outras entidades do domínio público. Tal situação decorre, no entanto, do respectivo objecto social consubstanciado no apoio às pequenas e médias empresas industriais.

De referir, aliás, que a NORPEDIP e SULPEDIP, principais pólos aglutinadores de participações, constituem empresas de capital de risco, cuja intervenção nas diversas sociedades participadas é essencialmente pontual e temporária.

²⁵ Empresas participadas em 50% pelo IAPMEI e em 1,05% pelo IGFSS/ICEP.

Daquele conjunto destacam-se as seguintes 5 empresas:

Empresas detidas maioritariamente pelo IAPMEI, considerando as participações directas e indirectas (u.m.: mil contos)

Sector	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Indústria transformadora	F.C.M.-Fábrica Carbonização Madeiras	SULPEDIP	89,02	200
	GRE - Exportação de granitos	NORPEDIP	78,83	100
	INSERPOR-Indústria Seringas Portuguesas	SULPEDIP	52,33	200
	PROJECONTROL-Sistemas electrónicos	SULPEDIP	58,33	200
	Subtotal			700
Imobiliária	PGS-Prom. Gestão Áreas Ind. Serviços	IAPMEI	54,00	100
TOTAL				800

As participações minoritárias embora abranjam um considerável número de empresas (108) são, em termos individuais, de valor pouco expressivo, destacado-se neste universo as seguintes empresas nacionais:

Participações minoritárias do grupo IAPMEI, de valor mais significativo (u.m.: milhões de contos)

Sector	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Financeiro	NORPEDIP-Soc. Desenv. Industrial	IAPMEI	50,00	2,8
	SULPEDIP-Soc. Desenv. Industrial	IAPMEI	50,00	2,8
	SPGM-Soc. Investimento	IAPMEI	49,59	1,2
	BNU Capital-Soc. Capital Risco	IAPMEI	33,33	1,1
	COMPTRIS-Comp. P. Capital Risco	IAPMEI	31,59	0,3
	Inter Risco-Soc. Capital Risco	IAPMEI	20,00	0,6
	IPE Capital-Soc. Capital Risco	IAPMEI	14,00	0,7
	LOCAPÓR-Comp.P.Locação Fin. Mob.	IAPMEI	5,25	0,1
Subtotal			9,6	
Indústria Transformadora	EID-Emp. Investig. Des. Electron.	NORPEDIP/SULPEDIP	16,86	0,3
	PROJECONTROL-Sistemas electrónicos	SULPEDIP	58,33	0,2
	Fiação Estrela de Seia	NORPEDIP/SULPEDIP	32,67	0,5
	FONCAR-Org. Ind. Com. Têxtil	NORPEDIP/SULPEDIP	18,02	0,4
	IPETEX-Soc. Ind. Pesadas Têxteis	SULPEDIP	18,54	0,2
	MIMALHA-Soc. Ind. Malhas	SULPEDIP	47,62	0,3
	Sedas Vizela, JSO	NORPEDIP/SULPEDIP	15,63	0,1
	Tópico Têxtil	NORPEDIP	26,45	0,3
	VIROC Portugal-Ind.Mad. Cimento	SULPEDIP	20,00	0,2
	SOTANCRO-Embalagens Vidro	NORPEDIP/SULPEDIP	16,35	0,5
Subtotal			3,0	
Prestação Serviços	Agência Inovação-I.Emp.Tr.Tecn.	IAPMEI	50,00	0,4
TOTAL				13,0

As 19 empresas constantes do quadro anterior são, de longe, as de maior dimensão, representando cerca de 75% do valor das participações minoritárias deste universo.

Por último, e no que se refere a sociedades estrangeiras, a participação mais expressiva é detida pela NORPEDIP na FINATLANTIC (9,68%) cujo valor nominal ascende a 968 000 mil pesetas.

Universo Instituto de Seguros de Portugal - ISP (3,2 milhões de contos de participações)

O núcleo empresarial do ISP congrega 43 empresas, com um valor nominal de 3,2 milhões de contos.

O ISP participa em 11 empresas de forma directa, com um valor nominal de 3,2 milhões de contos. As participações indirectas (em 32 empresas) são detidas exclusivamente através da Companhia Portuguesa de Resseguros - CPR, sendo contudo de valor insignificante.

As participações deste universo são todas minoritárias, à excepção da CPR, na qual o ISP participa em cerca de 61%, a que corresponde um valor nominal de 0,8 milhões de contos.

Do conjunto das 43 empresas participadas destacam-se as seguintes 5, que representam cerca de 97% do valor nominal das participações deste universo:

Principais empresas participadas pelo ISP, de forma directa e indirecta			(u.m.: milhões de contos)	
Sector	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Financeiro	Companhia Portuguesa de Resseguros	ISP	60,96	0,8
	Companhia Seguros O Trabalho	ISP/Comp. Port. Resseguros	36,74	0,7
	BANIF-Banco Internacional Funchal	ISP	5,66	1,3
	Subtotal			2,8
Prestação de serviços	Filmes Lusomundo	ISP	1,76	0,2
Construção	ENGIL-Sociedade Construção Civil	ISP	1,94	0,1
TOTAL				3,1

No que se refere às restantes 38 empresas directa e indirectamente participadas pelo ISP (através da CPR), a respectiva percentagem e valor nominal das participações são pouco relevantes, envolvendo apenas um total de 0,1 milhões de contos, e actuam, fundamentalmente, na área de intermediação financeira e seguros.

De salientar, por último, que o grupo ISP detêm ainda oito participações minoritárias e irrelevantes em empresas sediadas no estrangeiro, especialmente em Angola e Moçambique, algumas das quais nacionalizadas ou sem actividade.

Universo Fundo de Turismo - FT (2,4 milhões de contos de participações)

O grupo FT integra 15 empresas, das quais apenas três são maioritárias: F. Turismo - Capital Risco (60%), F. Turismo - Soc. Gestora F. Inv. Imob. (53,2%) e Quintas Alentejo - Soc. D. Turist. (80%). As restantes doze sociedades são participadas minoritariamente, desenvolvendo actividades no sector do alojamento e restauração.

Do conjunto das 15 empresas participadas destacam-se as seguintes, que representam cerca de 81% do valor nominal das participações do universo:

Principais empresas participadas directa e indirectamente pelo FT			(u.m.: milhões de contos)	
Sector	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Financeiro	F. Turismo-Capital de Risco	Fundo Turismo	60,00	0,60
	F. Turismo-Soc. Gestora F. Inv. Imob.	Fundo Turismo	53,20	0,04
	Subtotal			0,64
Alojamento e Restauração	ENATUR-Emp. Nacional Turismo	Fundo Turismo	37,63	1,00
	Horta da Moura, Agro-Turismo	Fundo Turismo-Capital Risco	42,82	0,20
	SALVITUR-Soc. Invest. Turísticos	Fundo Turismo-Capital Risco	32,84	0,10
	Subtotal			1,30
TOTAL				1,94

Conforme já foi referido, a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo é maioritariamente detida pelo Estado (DGT) que participa na empresa em 62,37%.

Universo Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial - INETI (0,9 milhões de contos de participações)

O núcleo empresarial do INETI congrega 43 empresas, todas minoritariamente participadas, à excepção da AFTEM - Associação p/ Formação Tecnológica, Engenharia Mecânica e Materiais, onde detêm uma participação de 57,9%, correspondente a um valor nominal de apenas 6 mil contos.

As participações do INETI incidem sobre entidades de pequena dimensão que se dedicam, principalmente, ao fomento da investigação e desenvolvimento tecnológico.

Deste universo bastante numeroso destacam-se as seguintes:

Principais participações minoritárias do INETI (u.m.: milhões de contos)

Sector	Entidade	% participação	Valor participação
Industrial	EID - Emp. Inv. Desenv. Electrónico	21,43	375,0
	Investigação e desenvolvimento		
	Centro Conservação Energia	38,91	46,5
	Centro Tecnológico I. Mad. Mobil.	15,77	15,0
	INFORCE - Inst. Form. Comp. Empr.	50,00	25,0
	Subtotal		86,5
Prestação de serviços às empresas e educação	LISPOLIS-Ass. Polo Tecn. Lisboa	36,22	46,0
	BIOEID-Emp. Inv. D. Biotecnologia	22,92	22,0
	Centro Tecnológico da Cortiça	13,86	15,7
	CITEVE-Centro T.I.T.V. Portugal	18,32	60,3
	IDIT-Inst. Desenv. Inov. Tecnol.	27,44	50,5
	NOVOTECNA-As. p/Desenv. Technolog	33,24	11,7
	SITAF-Inv. Des. Tec. A. Formação	40,57	56,8
	Centro Tecnológico do Calçado	10,91	36,0
	Centro Tecnológico I. Mol.Fer. E.	9,17	11,0
	Subtotal		310,0
Financeiro	COMPTRIS-Comp. P. Capital Risco	4,00	40,0
	Subtotal		40,0
TOTAL			811,5

Salienta-se que as participações conjuntas do sector empresarial do Estado nestas entidades são todas minoritárias, à excepção do Centro de Conservação de Energia, EID e Inforce (detida a 50% pelo INETI e 50% pelo IAPMEI), em que as participações simultâneas de diversas entidades dos FSA e empresas de capitais públicos conferem o controlo maioritário.

No caso da NET - Novas Emp. Tecnologias, os FSA, conjuntamente com outros entes públicos, detêm uma participação global significativa, num total de 33,58%, resultante da participação conjunta do INETI, IAPMEI e NORPEDIP (19,16%) e da IPE e Promindústria (14,42%).

Universo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social - IGFSS (0,4 milhões de contos de participações)

O núcleo de participações do IGFSS integra 11 empresas, todas minoritariamente detidas e de escassa importância absoluta, relativa e estratégica, não acrescentando qualquer qualificação às

participações de outras entidades do Estado, à excepção do NORPEDIP e do SULPEDIP, nos quais a participação do IGFSS (1%), em conjunto com a do IAPMEI (50%), conferem uma posição maioritária aos FSA.

As percentagens de participação do IGFSS mais elevadas consistem em duas sociedades estrangeiras, a Soc. Hidroeléctrica Revué (21,5%) e a SONEFE - Sociedade Angolana p/ Fornecimento de Energia Eléctrica (4,78%), sediadas em Moçambique e Angola, respectivamente.

O IGFSS detém ainda uma pequena participação na IPE (0,45%), à qual corresponde um valor nominal de 0,2 milhões de contos.

Universo Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas - IFADAP (0,5 milhões de contos de participações)

As participações directas do IFADAP circunscrevem-se a duas sociedades que actuam, directa e indirectamente, no sector da prestação de serviços a empresas agrícolas.

Uma das empresas, é uma sociedade *holding*, a SODAP - Soc. Desenv. Agric. Pescas, maioritariamente detida pelo IFADAP (80% e cerca de 0,4 milhões de contos) sendo também participada a 6% pela CGD. Por sua vez a SODAP participa em duas sociedades, a ESPAGRI - Comércio Hortofrutícola (20%) e Viveiros Jorge Bohm (10%).

O IFADAP participa ainda minoritariamente (15%) na sociedade SAER - Soc. Avaliação Empr. Risco, cujo valor nominal corresponde a apenas 30 milhares de contos.

Universo Junta Nacional Inv. Cien. Tecnológica - JNICT (0,4 milhões de contos de participações)

A JNICT detém apenas uma participação paritária na Agência Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, sendo os restantes 50% detidos pelo IAPMEI. A actividade da Agência Inovação consiste na prestação de serviços às empresas.

Universo Fundo de Fomento Cultural - FFC (0,3 milhões de contos de participações)

O FFC participa nas seguintes 3 entidades, duas das quais actuam no sector recreativo, cultural e desportivo e uma na prestação de serviços às empresas:

- Cooperativa Sinfonia - CIPRL, participada conjuntamente pelo FFC, que detêm a maioria do capital (60%), e pela RTP/RDP/CGD (22,55%). Esta entidade encontra-se em processo de liquidação;
- Lisboa 94-Sociedade Promotora de Lisboa Capital Europeia da Cultura, participada em 50% pelo FFC e 50% pela Câmara Municipal de Lisboa, também em processo de liquidação;
- Centro Português de Design, participado em 5,71% pelo FFC e em 21,42% conjuntamente pelo ICEP/IAPMEI/IPQ.

Universo Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual - IPACA (0,2 milhões de contos de participações)

O IPACA participa maioritariamente, por via directa e indirecta (através da TOBIS), em cinco empresas do sector do cinema e audiovisuais.

Empresas maioritariamente detidas pelo universo IPACA

(u.m.: milhões de contos)

Sector	Empresa	Participante	(u.m.: milhões de contos)	
			% participação	Valor participação
Actividades recreativas e culturais	TOBIS Portuguesa	IPACA/TOBIS/TOBIS Som	96,32	163,7
	TOBIS Som-Gest. Eq. Som Audiovis.	TOBIS	100,00	5,0
	TOBIS-Produção de filmes	TOBIS	99,50	1,0
	TOBIS-Exibição e Distribuição Filmes	TOBIS	99,50	1,0
	TOBIS 2 - Filmes de Animação	TOBIS Som	51,67	1,6
TOTAL				172,3

É de salientar que a TOBIS - Exibição e Distribuição de Filmes e a TOBIS - Produção de Filmes estão sem actividade.

O IPACA detém ainda uma participação minoritária (4,72%) na RTC - Radiotelevisão Comercial, detida em 95,28% pela RTP.

Universo das Regiões de Turismo - RT (0,2 milhões de contos de participações)

As sete Regiões de Turismo nacionais (Setúbal, Serra do Marão, Algarve, Centro, Oeste, Tâmega e Serra da Estrela) participam minoritariamente em oito sociedades de diversos sectores, com predominância para o de alojamento e restauração, abrangendo ainda outras actividades de prestação de serviços às empresas.

As quatro sociedades participadas pelas RT que actuam no sector de alojamento e restauração são as seguintes:

(u.m.: milhões de contos)

Sector	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Alojamento e Restauração	CHT-Casino Hotel Tróia	RT Setúbal	5,00	150,0
	ODABARCA-Animação Turística Mondego	RT Centro	1,43	1,0
	SOVIPE-Soc. Des. Tur. Vid. P. Salgadas	RT A. Tâmega	0,06	1,0
	TURISTRELA-Tur. Serra Estrela	RT S. Estrela	0,35	0,7
TOTAL				152,7

As restantes quatro participações das RT são de valor insignificante.

Universo Instituto da Juventude - IJ (0,1 milhões de contos de participações)

O Instituto da Juventude participa directa e indirectamente (através da MOVIOJovem) em quatro entidades que actuam no sector do turismo e em actividades associativas destinadas a jovens. Duas dessas participações, na MOVIOJovem - Agencia Turismo Jovens e FDTI - Fund. Divul. Tecn. Inform., são maioritárias, 80% e 60%, respectivamente, enquanto que a participação da MOVIOJovem na PGA - Pousada da Juventude dos Açores é minoritária (25,8%).

O Instituto da Juventude participa ainda minoritariamente na Fundação Juventude (20,3%).

Universo Universidades/Faculdades e Instituto Superior Técnico (1,2 milhões de contos de participações)

Os estabelecimentos do ensino superior, como sejam, nomeadamente, as universidades Nova de Lisboa, Técnica de Lisboa, de Aveiro e Porto e Instituto Superior Técnico - IST e diversas Faculdades, detêm ao todo um conjunto de 22 participações individuais, todas elas minoritárias,

em 15 entidades, ligadas à investigação e desenvolvimento, ao ensino, à prestação de serviços às empresas e às actividades recreativas.

Principais entidades participadas pelas Universidades (u.m.: mil contos)

Sector	Empresa	Participante		
			% participação	Valor participação
Investigação Desenvolvim.	JNESC-Inst. Eng. Sist. Computador	IST/U.Porto/U.Aveiro/U.Técnica	54,43	1,1
	UNINOVA-Inst.Desenv.N.Tecnologias	U. Nova	Desc.	25,0
	AITEC-Tecnologia da Informação	JNESC	50,00	305,6
	Subtotal			331,7
Prestação Serviços	AMBELIS-Agência Mod. Econ. Lisboa	U. Nova/U. Técnica	1,13	2,3
	TAGUSPARQUE-Soc. Prom. D.P.C.T.L.	JNESC/U. Técnica	9,54	414,9
	RUMUS-Formação Comunicação	JNESC	50,00	283,1
	Subtotal			700,3
Actividades recreativas	SIC-Soc. Independente Comunicação	U. Nova	0,09	9,3
TOTAL				1 041,3

Universo Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC (22 milhares de contos de participações)

O LNEC detém participações em cinco entidades que actuam no âmbito da prestação de serviços técnicos e informáticos às empresas.

A única participação maioritária detida pelo LNEC é a LNEC Informática, (participada em 90%), a que corresponde um valor nominal de 13,5 milhares de contos.

O LNEC detém ainda uma participação de 33,33% na LTM - Emp. Internacional de Engenharia Civil, Macau, sediada em Macau, com um valor nominal de 30 milhões de patacas.

Universo Investimento, Comércio e Turismo Portugal - ICEP (24 milhares de contos de participações)

O ICEP participa minoritariamente em 8 entidades nacionais, cuja actividade se centra fundamentalmente na prestação de serviços às empresas e intermediação financeira.

Entre as participações mais significativas destacam-se as seguintes:

(u.m.: milhões de contos)

Sector	Empresa	Participante	% participação	Valor participação
Prestação Serviços	Centro Nacional de Embalagem	ICEP	13,67	10,0
	CENESTAP-Centro E.T. Aplicados	ICEP	10,00	5,0
	Centro Design Têxtil Moda	ICEP	16,67	1,5
	Centro Português Design	ICEP	7,14	1,5
	Subtotal			18,0
Intermediação financeira	NORPEDIP-Soc. Desenv. Industrial	ICEP	0,05	2,5
	SULPEDIP-Soc. Desenv. Industrial	ICEP	0,05	2,5
	Subtotal			5,0
TOTAL				23,0

Saliente-se que o ICEP surge em conjugação com outras entidades dos FSA, nomeadamente IAPMEI, IPQ e IGFSS, na detenção de partes de capital das empresas referidas, muito embora a um nível minoritário.

2.2.3. Empresas participadas conjuntamente

A caracterização efectuada ao longo dos dois pontos anteriores permitiu fornecer uma panorâmica global das empresas inseridas nos dois universos que foram objecto de apreciação - o Estado e os FSA.

No entanto, a sistematização seguida na exposição apresentada, ao tratar cada grupo de forma isolada, não permitiu, apesar de alguns destaques efectuados nos respectivos pontos, fornecer uma panorâmica global no que se refere à participação simultânea em diversas empresas de entidades dos dois domínios considerados, ou, dentro de cada um destes, de entidades inseridas em núcleos diferentes.

Apesar de não serem muito numerosas, parece-nos pertinente enriquecer a análise com a inventariação dos casos mais significativos, decorrentes das situações em que existe conjunção de participações minoritárias que, em termos globais, conferem uma posição maioritária no capital das respectivas empresas. Com efeito, será nestes casos que a conjugação de interesses será determinante no que diz respeito ao controlo accionista destas empresas.

De referir que esta inventariação não teve em conta empresas participadas em simultâneo, no âmbito de cada domínio, por entidades pertencentes ao mesmo núcleo empresarial.

2.2.3.1. *Domínio Estado*

Neste domínio verifica-se a existência de um pequeno núcleo de sociedades em que a posição maioritária no capital é assegurada pela conjunção de participações de, pelo menos, dois dos diversos subuniversos existentes.

Conforme se pode constatar no quadro seguinte, para além de não serem muito numerosas, estas sociedades não assumem, de uma forma geral, grande significado estratégico nem têm um peso que se possa considerar significativo, antes resultando de intervenções muito pontuais em áreas que terão interesse simultâneo para algumas das empresas envolvidas.

A única excepção, para além da IPE, será o caso do sector do gás natural, onde houve uma efectiva concertação de interesses ao nível do desenvolvimento de um projecto de interesse nacional.

Como já foi referido, este projecto está a envolver não só a GDP, que lidera a implantação do mesmo, mas também a PETROGAL, através de participações conjuntas (maioritárias) na LUSITANIAGÁS, que actuará ao nível da distribuição regional, bem como na SETGÁS e PORTGÁS (também distribuidoras de âmbito regional²⁶), e a EDP e CGD (e a própria DGT), accionistas da TRANSGÁS, concessionária da rede de transporte e distribuição de gás natural em alta pressão.

²⁶ Embora nestas a posição conjunta seja minoritária.

Empresas maioritariamente participadas por conjunção de participações de núcleos diferentes do domínio Estado

Empresa	Participante	% participação	Valor da participação (10' contos)
ASSER-Serviços Empresas de Transporte	CP	35,0	17,5
	METRO	30,0	15,0
Coop. Habitação da PETROGAL	GDP	14,1	0,5
	PETROGAL	44,8	1,4
	Sacor Marítima	0,3	s/s
	EDP	47,8	s/s
	PETROGAL	5,6	s/s
	CP	4,4	s/s
EDEL-Empresa Editorial Electrot.	GDP	1,1	s/s
	METRO	1,1	s/s
	CARRIS	1,1	s/s
	SN	1,4	s/s
EDISOFT-Empresa Desenvolv. Software	ANA	27,8	25,0
	INDEP	27,8	25,0
ENGIGÁS-Manut Ind Tecnologias Gás	GDP	46,8	70,1
	PETROGAL	8,0	12,0
	CP/FERBRITAS	50,0	150,0
FERNAVE	METRO	20,0	60,0
	TRANSTEJO	11,0	33,0
	STCP	13,0	39,0
IPE - Investimentos e Participações Empresariais	DGT	48,8	24 410,4
	PARTEST	32,8	16 385,6
	CGD/FIDELIDADE	17,6	8 782,5
	EDP	0,1	42,6
VALORSUL-Val. Tratam. Resíduos Sólidos - AML	Parque EXPO 98, SGPS	26,0	1 170,0
	EDP	11,0	495,0
	EGF	25,0	1 125,0
LUSITANIAGÁS - C.º Gás Centro	GDP	47,0	986,8
	PETROGÁS/PETROGAL	34,0	713,8
	PORTUCEL	0,1	1,1
TIS-Transporte Inovação Sistemas	METRO	33,3	3,0
	STCP	33,3	3,0
	CGD	25,0	3 125,0
TRANSGÁS-Sociedade Portuguesa de Gás Natural	EDP	29,6	3 695,9
	GDP	34,7	4 333,2
	DGT	5,0	625,0

2.2.3.2. Domínio FSA

As situações de conjunção de participações neste domínio assumem importância muito reduzida, verificando-se apenas 6 empresas nestas condições, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Empresas maioritariamente participadas, em simultâneo, por núcleos diferentes do domínio FSA

Empresa	Participante	% participação	Valor da participação (10 ³ contos)
Agência Inovação	IAPMEI	50,0	350,0
	JNICT	50,0	350,0
	LNEC	5,1	6,1
Centro de Conservação de Energia	IAPMEI	26,5	31,6
	INETI	38,9	46,5
	IST	19,0	0,4
INESC-Inst. Eng. Sist. Computador	Univ. Aveiro	16,6	0,4
	Univ. Porto	12,6	0,3
	UT-Lisboa	6,3	0,1
INFORCE - Inst. Form. Compet. Empr.	IAPMEI	50,0	25,0
	INETI	50,0	25,0
NORPEDIP	IAPMEI	50,0	2 750,0
	ICEP	0,05	2,5
	IGFSS	1,0	55,0
SULPEDIP	IAPMEI	50,0	2 750,0
	ICEP	0,05	2,5
	IGFSS	1,0	55,0

Dos casos assinalados apenas se destaca a situação das NORPEDIP e SULPEDIP, em que o controlo accionista por parte dos poderes públicos advém da participação paritária do IAPMEI, em conjugação com percentagens ínfimas detidas pelos ICEP e IGFSS. Como foi já salientado, estas duas empresas (também participadas por diversas entidades do domínio Estado) constituem importantes pólos aglutinadores de participações em diversos sectores, num total de 74 empresas.

2.2.3.3. *Domínio Estado + FSA*

Apesar do elevado número de participações e de empresas que integram este universo, os casos de participação simultânea numa sociedade por parte de entidades pertencentes àqueles dois domínios não são particularmente significativos verificando-se, apenas, a existência de 95 sociedades participadas em simultâneo, das quais apenas 20 são maioritárias.

Destas 20, existem apenas 2 em que aquela maioria decorre da conjugação de participações dos dois domínios, conforme se constata no quadro seguinte.

Empresas maioritariamente detidas por efeito da conjunção de participações do Estado + FSA

Empresa	Participante	% participação	Valor participação*
EID-Emp. Inv. Des. Electrónico	EDP	14,3	250,0
	INDEP	22,9	400,0
	NORPEDIP	8,4	147,5
	SULPEDIP	8,4	147,5
	INETI	21,5	375,0
SPGM-Soc. Investimento	IPE	1,0	25,0
	IAPMEI	49,6	1 239,7

* Em mil contos

Para além de serem em número muito reduzido, estas empresas não assumem grande relevo em termos da respectiva importância estratégica ou dimensão.

As restantes 18 empresas apresentam a seguinte estrutura accionista:

Empresas maioritariamente participadas, em que existem participações simultâneas dos domínios Estado e FSA

Empresa	% participação		Valor global participação (10 ³ contos)
	Estado	FSA	
BNU Capital	66,7	33,3	3 300,0
Centro Cons. Energia	20,5	72,9	111,6
C.ª Port. Resseguros	6,0	61,0	837,0
Coop. Sinfonia ^(*)	22,5	60,0	4,8
ENATUR	62,4	37,6	2 657,5
IMOLEASING	68,4	s/s	2 463,8
IPE Capital	86,0	14,0	5 000,0
IPE	99,3	0,5	49 895,5
LOCAPOR	63,4	5,8	1 384,1
MARGUEIRA	61,8	1,0	62,9
NORPEDIP	28,6	51,1	4 378,8
PGS	33,0	64,0	145,5
PORTUCEL Industrial	55,8	s/s	48 511,6
RTC	95,3	4,7	200,0
SACOR Marítima	81,1	s/s	2 431,8
SODAP	6,0	80,0	430,0
SPEL	50,9	0,1	1 351,5
SULPEDIP	28,6	51,1	4 378,8

(*) Empresa em liquidação

No que concerne às empresas minoritariamente participadas, em que existem intervenções conjuntas dos dois domínios, discriminam-se, de seguida, aquelas em que aquela intervenção é igual ou superior a 20%, percentagem que permite, no caso de concertação de interesses, uma posição qualificada no capital das respectivas empresas:

Empresas em que a participação conjunta do Estado + FSA é >= a 20%

Empresa	% participação		Valor global participação (10 ³ contos)
	Estado	FSA	
AMBELIS – Agência Mod. Econ. Lisboa	25,0	2,1	54,3
Centro Biomassa p/ Energia	26,5	17,2	49,5
CEVALOR	1,6	30,3	39,4
CIMPOR	35,2	s/s	29 607,8
C.º Seguros o Trabalho	s/s	36,7	661,3
IMOTRON – Edifícios Inteligentes	25,0	3,0	14,0
INTE-RISCO - Soc. capital de Risco	0,2	20,0	605,0
NET - Novas Emp. Tecnologias	14,4	19,2	16,0
NIT – Negócios Inov. Tecnologias	10,0	11,0	2,1
S. Hidroeléctrica Revue	1,4	21,5	57,2
SOSET - Soc. Desenv. Regional P. Setúbal	13,8	10,7	147,0
TAGUSPARQUE	15,1	13,0	1 219,9

Como se pode constatar, na maioria das situações existe alguma preponderância de um dos domínios considerados, pelo que a concertação de posições, a existir, não se reflectirá de forma significativa ao nível do reforço da posição do accionista público com maior percentagem do capital.

Eventualmente, tal poderia acontecer nos casos da NIT e SOSET, em que aquelas posições são praticamente idênticas, não perfazendo, em termos individuais, 20% do capital.

2.2.4. Impacto do programa de privatizações a desenrolar em 1997/99

Neste ponto, irá abordar-se o impacto no universo de empresas participadas pelo Estado e FSA decorrente da realização dos programas de privatizações aprovados para o biénio em análise: período 1997/99.

O biénio 1997/99 encontra-se abrangido por dois programas de privatizações, um para o período 1996/97 e outro para o período 1998/99.

Nesses programas encontram-se previstas as seguintes privatizações:

Sector	Empresa	Calendário - ano
Industrial	TABAQUEIRA - Emp. Ind. de Tabacos, SA (1ª fase) ^{(1)(1)*}	1997
	SETENAVE - Estaleiros Navais de Setúbal, SA	1997
	QUIMIGAL - Quimica de Portugal, SA ⁽¹⁾	1997
	SN - Empresa de Serviços, SA	1998
	PORTUCEL - Emp. Celulose Papel de Portugal, SGPS, SA	1998
	PETROGAL - Petróleos de Portugal, SA (última fase) ⁽²⁾	1998
	ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1998/1999
Construção	DRAGAPOR - Dragagens de Portugal	1997
Energético	EDP - Electricidade de Portugal (1ª e 2ª fases) ^(*)	1997/1999
	GDP - Gás de Portugal (SGPS) SA	1998/1999
Transportes e infra-estruturas conexas e Telecomunicações	PT - Portugal Telecom, SA ⁽¹⁾	1997
	ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, EP	1998
	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1998
	TERTIR - Terminais de Portugal, SA	1998
	TAP - Transportes Aéreos Portuguesa, SA	1998/1999
	BRISA - Autoestradas de Portugal, SA ^(**)	1997/1999
Sector agrícola	CL - Companhia das Lezírias, SA	1998
	PEC - Produtos Pecuários, SGPS	1998/1999
	EPAC - Empresa para Agroalimentação e Cereais	1998/1999

(1) A 2ª e 3ª fases estão previstas para 1999

(2) Prevê-se a manutenção de uma participação accionista do estado Português (golden share) nas empresas

(*) Operações já concretizadas neste momento

(**) 1ª fase já realizada

Salienta-se que em relação a muitas das empresas a privatizar não estão ainda definidos os respectivos modelos de privatização nem a exacta calendarização das diversas fases, pelo que não é possível estabelecer com grande rigor o impacto da sua concretização na perda do controlo maioritário por parte do Estado.

Não se incluem no calendário apresentado as participações públicas a privatizar indirectamente, quer por efeito das privatizações directas, quer mediante a normal gestão da carteira de participações de empresas públicas ou de capitais públicos.

No quadro seguinte discriminam-se alguns dados que se encontram associados a cada uma das empresas anteriormente mencionadas²⁷:

²⁷ Excluindo-se os relativos a empresas cujo controlo saiu da esfera do Estado no âmbito de processos de privatização.

Universos associados a empresas a privatizar no âmbito do programa do Governo

Empresa mãe ⁽¹⁾	Nº participações ⁽²⁾		Valor nominal das participações nacionais (10 ⁶ contos)		Nº empresas participadas		
	Total	Estrang.	Empresa-mãe	Participadas	>50%	<=50%	Total
EDP	91	6	600,0	591,7	24	33	57
PETROGAL	61	14	56,9	14,4	28	25	53
PORTUCEL	38	6	50,0	145,2	15	15	30
GDP	25	1	25,0	19,9	10	12	22
TAP	18	5	15,1	3,4	9	9	18
PEC	15	-	10,9	13,9	8	7	15
CL	12	1	1,0	0,2	1	11	12
SN - Serviços	8	-	1,0	3,6	2	6	8
ANA	7	1	20,0	2,9	3	4	7
SETENAVE	1	-	10,7	-	1	-	1
ENVC	1	-	3,0	-	1	-	1
SILOPOR	1	-	9,3	-	1	-	1
BRISA	5	-	23,8	0,2	2	3	5
DRAGAPOR	1	-	0,8	-	1	-	1
EPAC	1	1	5,0	3,0	2	6	8
TERTIR	1	-	1,6	-	1	-	1
Total	286	35	834,1	798,4	109

(1) Empresa-mãe e participadas até ao segundo nível

(2) Incluindo a empresa-mãe, contrariamente ao que se verifica no quadro da página 50

Como se constata, a implantação do programa previsto, numa situação extrema, traduzida na privatização integral das sociedades que constam do quadro, implicaria uma quebra substancial no universo de entidades do domínio Estado, não só em termos de número de participações e de empresas, mas também no que diz respeito ao respectivo valor nominal.

Como decorre também do mesmo quadro, este efeito seria parcialmente induzido pela saída do conjunto de empresas que orbita na esfera das sociedades que seriam directamente privatizadas.

Admite-se, no entanto, uma situação intermédia atendendo a que nalguns casos se poderá manter uma posição maioritária enquanto que, noutros, o Estado se poderá posicionar apenas como accionista de referência, detendo *golden shares*.

Após o cumprimento integral dos programas de privatização gizados para o período 1997/1999, a extensão e a relevância do domínio empresarial do Estado na economia nacional ficará bastante reduzida, dando, aliás, cumprimento aos objectivos definidos nos referidos programas.

Assim, verificar-se-á a manutenção, para além das 'holdings' IPE e PARTEST, de uma intervenção significativa no sector financeiro (através do grupo CGD), no sector dos transportes

e comunicações (via CP, METRO, CARRIS, STCP, TRANSTEJO e CTT) e na comunicação social (através da RTP e RDP), os dois últimos prosseguindo serviços de interesse público.

A participação directa do Estado no sector industrial, outrora preponderante, ficará circunscrita a empresas que desenvolvem actividades no âmbito da defesa e soberania: EMPORDEF (detentora da INDEP e OGMA) e INCM, mantendo-se alguma participação indirecta no sector mineiro, através da EDM.

Os elevados investimentos da Parque EXPO e da EDIA, empresas que concentram neste momento uma importante fatia do investimento público, têm também um horizonte temporal limitado.

2.3. Situação económica e financeira do Sector Empresarial do Estado

2.3.1. Introdução

Para efeito da análise a desenvolver neste ponto, considerou-se o universo do Sector Empresarial do Estado como sendo constituído pelo conjunto de empresas em que, à data de 96.12.31, o Estado, a PARTEST e/ou as EP eram detentores de participações directas e maioritárias no respectivo capital social, sendo os valores considerados os correspondentes às contas consolidadas, quando aplicável.

A consideração das participações detidas pela PARTEST em conjunto com as detidas pelo Estado resulta da natureza específica desta holding, para onde são transferidas participações do Estado em empresas em processo de reestruturação e/ou privatização, não possuindo uma política de investimentos autónoma e suficientemente diferenciada.

Já quanto às participações directas e maioritárias das empresas com estatuto de EP, justificam-se pelo facto de estas, ao contrário do que sucede com as empresas de estatuto privado (SA), não procederem à consolidação de contas. Contudo, e também a exemplo do que sucede com as SA, seguiu-se o critério de só se considerar as empresas participadas pelas EP cuja inclusão se entendeu materialmente relevante.

Dado que muitas dessas empresas actuam em segmentos relativamente homogéneos da actividade económica, procedeu-se ao seu agrupamento por sectores de actividade, não obstante a respectiva CAE não coincidir com este agrupamento²⁸. No entanto, este procedimento só foi adoptado nos casos em que existia um razoável número de empresas actuando num determinado sector ou em que, embora em número reduzido, a sua importância nesse sector foi considerada relevante. Nos casos em que tal não sucedia, optou-se pelo seu agrupamento sob a designação de "Outros".

No universo assim definido, encontra-se incluída a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), maioritariamente detida pelo Estado Português. Contudo, e uma vez que a sua actividade é integralmente desenvolvida no exterior, esta empresa não é considerada para efeitos de avaliação do peso do SEE/NF na economia nacional.

Por razões de comparabilidade, os dados relativos aos anos de 1994 e 1995 reportam-se somente às empresas que ainda integravam o universo do SEE em 96.12.31, tendo sido excluídas as empresas entretanto privatizadas em mais de 50% do capital ou liquidadas.

2.3.2. Sector Empresarial do Estado / Não Financeiro (SEE/NF): análise global

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, o valor dos activos totais das empresas do SEE/NF atingia, em 1996, o montante de 7 227,9 milhões de contos (MC); os capitais próprios eram de 2 756,8 MC, correspondentes a 38,1% dos activos.

(un: milhares de contos)

Sector	1994				1995				1996			
	Act. Total	%	Cap. Próp.	%	Act. Total	%	Cap. Próp.	%	Act. Total	%	Cap. Próp.	%
Energia	2 876 792	44,7	1 250 435	57,3	2 903 378	42,9	1 354 578	53,2	2 934 248	40,6	1 379 031	50,0
Outros	743 244	11,6	171 210	7,8	797 238	11,8	293 856	11,5	1 027 059	14,2	393 548	14,3
Transportes	1 157 691	18,0	151 696	6,9	1 435 070	21,2	214 496	8,4	1 665 558	23,0	292 046	10,6
Comunicações	922 921	14,3	355 341	16,3	933 120	13,8	402 834	15,8	935 045	12,9	433 035	15,7
Indústria	586 067	9,1	227 095	10,4	519 816	7,7	246 201	9,7	493 616	6,8	246 041	8,9
Agroalimentar	90 761	1,4	28 621	1,3	91 590	1,4	21 904	0,9	83 832	1,2	10 127	0,4
Com. Social	54 646	0,8	-1 678	-0,1	80 364	1,2	11 860	0,5	88 523	1,2	2 933	0,1
TOTAL	6 432 122	100,0	2 182 720	100,0	6 760 576	100,0	2 545 729	100,0	7 227 881	100,0	2 756 761	100,0

²⁸ Ver 2.1.2.4. e 2.2.1.1.

Avaliado pelo critério do activo total, o sector de actividade mais importante era o da Energia, onde aquele valor atingia 2 934,2 MC, correspondentes a 40,6% do total. Era também neste sector que se incluía a maior empresa maioritariamente detida pelo Estado: a EDP. Só por si, esta empresa representava, em 1996, cerca de 33% dos activos e cerca de 45% dos capitais próprios das empresas do SEE/NF, tendo gerado lucros de 81,1 MC.

Por ordem de importância, seguiam-se os sectores dos Transportes (23,0%), das Comunicações (12,9%), da Indústria (6,8%), Agroalimentar (1,2%) e Comunicação Social (1,2%); o conjunto das empresas agrupadas sob a designação Outros detinha 14,2% dos activos totais.

Genericamente, os sectores de actividade com maior peso no conjunto das participações do Estado correspondem igualmente àqueles onde essas participações têm um maior peso relativo nos respectivos sectores de actividade: Energia, Comunicações e Transportes.

Considerando a evolução verificada desde 1994, constata-se um acréscimo do peso dos sectores dos Transportes (de 18,0% em 1994, para 23,0% em 1996), Outros (11,6% e 14,2%, respectivamente) e, embora com menor relevância, do sector da Comunicação Social (0,8% e 1,2%). Em consequência, os outros sectores viram a sua importância relativa, à luz deste critério, diminuída.

Este comportamento resultará, no essencial, da fase de grandes investimentos em infraestruturas no sector dos Transportes (casos do Metro, CP, ANA/ANAM e BRISA) e da dinamização de grandes empreendimentos, como a EXPO'98 e o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva. Saliente-se, igualmente, o crescimento do peso das duas holdings do Estado, IPE e PARTEST, traduzindo quer uma melhoria da sua actividade, quer uma aposta mais forte nesta forma de organização da intervenção do Estado no sector empresarial.

A contribuição do SEE para a formação do PIBcf foi, em 1996, de 8,5%, valor inferior em 0,5 pontos percentuais ao de 1995, tendo registado uma quebra real de 2,3% em relação a esse ano.

Desagregada por sectores, a contribuição mais elevada é dada pelos sectores da Energia (3,6%), das Comunicações (2,7%) e dos Transportes (1,4%), assumindo os restantes sectores valores inferiores a 1%. Comparando os dados

Sector	VABcf / PIBcf (%)		
	1994	1995	1996
Indústria	0,8	0,9	0,5
Energia	4,0	3,8	3,6
Comunicações	2,7	2,6	2,7
Agroalimentar	0,1	0,1	0,1
Transportes	1,6	1,5	1,4
Comunicação Social	0,0	0,0	0,1
Outros	0,1	0,2	0,2
TOTAL	9,3	9,0	8,5

sectoriais com os verificados em 1994, assinala-se uma quebra na contribuição dos sectores da Energia (4,0% em 1994 e 3,6% em 1995), dos Transportes (1,6% em 1994 e 1,4% em 1996) e da Indústria (0,8% em 1994 e 0,5% em 1996); nos restantes sectores, as alterações registadas são menos significativas.

Para o comportamento negativo do VAB no ano de 1996, teve uma importância acentuada a evolução verificada no sector da Indústria, sector onde este indicador sofreu uma redução real de 35,0% em relação ao ano anterior, tendo-se verificado as maiores quebras na PORTUCEL, na Siderurgia Nacional e na EDM.

Relativamente à PORTUCEL, constata-se um significativo aumento do VABcf em 1995, seguido de uma forte quebra no ano de 1996, sendo essa evolução explicada pelo comportamento dos preços da pasta de papel, papéis e embalagens, nos mercados internacionais. Situação similar foi a registada na EDM, mas aqui em resultado da depreciação dos preços do cobre que afectou fortemente os resultados da Somincor, sua principal participada. Quanto à Siderurgia Nacional, a redução do VABcf está ligada ao esvaziamento da empresa, em consequência da privatização das actividades siderúrgicas ainda no ano de 1995 (v. adiante).

O peso do SEE/NF na FBCF nacional era, em 1996, de 12,7%. A maior contribuição para este valor corresponde aos sectores dos Transportes (5,7% da FBCF nacional), da Energia (3,1%), das Comunicações (2,3%) e Outros (1,2%). Comparando com os valores de 1994, verifica-se uma quebra de 0,6 pontos percentuais. Contudo, a FBCF das empresas não financeiras registou um crescimento real positivo de 4,7% em 1995 e de 3,2% em 1996, pelo que esta quebra resulta de um ritmo de crescimento inferior ao da FBCF nacional.

Sector	FBCF / FBCF Nacional (%)		
	1994	1995	1996
Indústria	0,3	0,3	0,3
Energia	3,8	3,3	3,1
Comunicações	2,2	2,6	2,3
Agroalimentar	0,1	0,1	0,0
Transportes	6,5	6,2	5,7
Comunicação Social	0,2	0,1	0,1
Outros	0,3	0,9	1,2
TOTAL	13,3	13,3	12,7

Fonte: MF

Em termos sectoriais, foi nos sectores dos Transportes e da Energia que se registou a redução mais significativa. No sector dos Transportes, a quebra de 6,5% para 5,7% da FBCF nacional deve-se ao abrandamento dos investimentos da BRISA, particularmente sensível em 1996. Quanto ao sector da Energia, o seu peso na FBCF nacional desceu de 3,8% em 1994 para 3,1% em 1996. Para esta evolução concorrem a EDP, com uma quebra real na FBCF de 8,6%, e a PETROGAL que registou uma redução real de 3,8%. Na EDP esta quebra está ligada à redução dos investimentos em infraestruturas hidroeléctricas, enquanto que na PETROGAL a redução

resultou da conclusão, no ano de 1995, dos trabalhos de reconversão da refinaria de Sines, onde foram realizados investimentos vultuosos tendo esta empresa, em 1996, retomado o crescimento da FBCF, mas a níveis inferiores aos de 1994. Em sentido contrário, assinala-se um aumento do peso do sector Outros na FBCF nacional, explicado pelos investimentos realizados em Alqueva.

Medida pelo seu contributo para o volume de Emprego, a importância do SEE/NF é inferior à que resulta do seu peso no PIBcf e na FBCF. Em 1996 o seu peso no Emprego Total era 2,6%, enquanto que o peso no Total de Assalariados atingia 3,6%.

Estes valores mantiveram-se estabilizados em relação a 1995, mas registaram, em ambos os casos, um recuo de 0,2 pontos percentuais se comparados com os de 1994, ano em que correspondiam a 2,8% do Emprego Total e a 3,6% do Total de Assalariados.

Os sectores mais importantes em termos de volume de emprego eram, em 1996 e por ordem decrescente, os dos Transportes (cerca de 36 mil trabalhadores), das Comunicações (cerca de 33 mil) e da Energia (cerca de 21 mil).

Comparando o volume de emprego em 1996 com os valores de 1994, constata-se a existência de reduções em quase todos os sectores. Este comportamento está ligado aos processos de racionalização e reestruturação que vêm sendo implementados (casos da Tabaqueira, da PT, da TAP, da RDP e da RTP), às dificuldades económicas e financeiras de algumas empresas (casos da INDEP, da EPAC e da PEC) ou ainda a processos de privatização (caso da Siderurgia Nacional).

Em sentido contrário, assinala-se o crescimento do volume de Emprego no sector Outros, explicado pelos acréscimos verificados na ENATUR, motivado pela abertura de novos estabelecimentos, na Parque EXPO 98, em consequência da intensificação dos respectivos trabalhos e no IPE.

EMPREGO

Sector	Emprego / Emprego Total			Emprego / Total Assalar.		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Indústria	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,4
Energia	0,5	0,5	0,5	0,7	0,7	0,7
Comunicações	0,8	0,8	0,8	1,2	1,1	1,1
Agroalimentar	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Transportes	0,9	0,9	0,8	1,2	1,2	1,2
Comunicação Social	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
TOTAL	2,8	2,6	2,6	3,8	3,6	3,6

Fonte: MF

No período em análise, o SEE/NF registou uma melhoria substancial dos resultados líquidos que passaram de -194,2 MC em 1994 para -9,0 MC em 1996. Excluindo a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), empresa que actua fora do território nacional, estes resultados líquidos seriam de -81,0 MC em 1994, -13,8 MC em 1995 e +15,1 MC em 1996.

SEE/NF (*)	(u.m.: milhões de contos)		
	1994	1995	1996
Resultados Operacionais	289,8	340,9	290,7
Resultados Financeiros	-306,7	-317,1	-159,8
Resultados Correntes	-16,9	23,8	130,9
Result. Extraordinários	-126,2	-36,6	-15,4
Resultado Líquido	-194,2	-127,7	-9,0
Meios Libertos Líquidos	219,0	268,3	338,0
Meios Libertos Operacionais	644,0	712,3	677,0
Meios Libertos Oper./Activo	0,10	0,11	0,10
Res. Liq./(Sit. Liq.- Res. Liq.)	-0,08	-0,05	0,00

(*) Excluindo a PARTEST, cujos resultados têm origem, na quase totalidade, em outras empresas do SEE

Também os Meios Libertos Líquidos sofreram uma evolução fortemente positiva ao longo do período, tendo aumentado de 219,0 MC em 1994 para 338,0 MC em 1996.

Contudo, a evolução positiva dos resultados líquidos deve-se inteiramente à melhoria dos resultados financeiros e extraordinários, já que os resultados operacionais, após um acréscimo significativo em 1995, voltaram a cair em 1996.

A redução de cerca de 50 MC nos resultados operacionais de 1996, que se reflectiu numa descida de cerca de 35 MC nos Meios Libertos Operacionais, é fundamentalmente explicada pela evolução negativa dos preços na PORTUCEL, EDM e EDP, a par da degradação das condições de exploração no sector dos Transportes.

A melhoria dos resultados financeiros reflecte essencialmente, por um lado, a redução das taxas de juro ao longo do período e, por outro, a redução do endividamento de algumas empresas, nomeadamente a EDP, a PETROGAL e a HCB. Quanto aos resultados extraordinários, principal componente da melhoria verificada, estão associados à redução das dotações extraordinárias para os Fundos de Pensões que, só na EDP, atingiram 43,5 MC no ano de 1994.

Por outro lado, a evolução dos resultados líquidos por sectores evidencia a existência de situações muito diferenciadas, com situações de forte desequilíbrio nalguns deles. Com efeito, só os sectores da Energia e das Comunicações registaram resultados positivos, verificando-se a existência de resultados negativos nos restantes sectores. Nos casos dos sectores Agroalimentar, da Indústria e dos Transportes, deu-se mesmo um forte agravamento em relação ao ano de 1995.

SEE/NF: Resultados Líquidos por Sectores ^(*) (milhões de contos)

	1994	1995	1996
Agroalimentar	-5,3	-5,0	-8,9
Comunicação Social	-19,4	-25,7	-18,2
Comunicações	20,3	36,8	47,4
Energia	28,0	53,2	87,8
Indústria	-19,5	-1,7	-13,6
Outros Sectores	-117,9	-113,2	-17,1
Transportes	-80,4	-72,5	-86,3
TOTAL	-194,2	-127,7	-9,0

^(*) Excluindo a PARTEST, cujos resultados têm origem, quase na totalidade, em outras empresas do SEE

No sector da Energia que apresenta lucros de 87,8 MC em 1996, contra 53,2 MC em 1995 e 28,0 MC em 1994, as melhorias verificadas resultam, no fundamental, da redução dos encargos financeiros e extraordinários já anteriormente referidos.

Quanto ao sector das Comunicações, constituído pelas empresas CTT e PT, o significativo aumento dos resultados líquidos (+20,3 MC em 1994, +36,8 MC em 1995 e +47,4 MC em 1996) verificou-se em ambas as empresas e reflecte uma melhoria substancial dos respectivos resultados operacionais, explicável pelas medidas de racionalização de custos e actualização tarifária, bem como pelo acréscimo da procura verificado no período.

Relativamente aos sectores que viram agravar-se os resultados negativos, existem situações também diferenciadas: na Indústria, como já se referiu, o problema principal centrou-se na evolução negativa dos preços do cobre e das celulosas; nos Transportes, onde só a ANA e a BRISA apresentam resultados positivos, a evolução verificada é explicada, no essencial, por acréscimos de tarifas inferiores ao agravamento dos custos e pela redução das indemnizações compensatórias, a par de fortes níveis de endividamento em quase todas as empresas; no sector Agroalimentar são sobretudo os resultados da EPAC (-3,8 MC em 1995 e -6,4 MC em 1996) que

estão na origem da evolução verificada, traduzindo essencialmente o agravamento dos encargos financeiros e a criação de provisões.

Para a redução dos resultados líquidos negativos no sector da Comunicação Social contribuiu em particular a importante redução dos prejuízos da RTP. No entanto, este comportamento resulta inteiramente do acréscimo nas indemnizações compensatórias, já que a empresa tem vindo a perder quota de mercado para os operadores privados e, em consequência, receitas publicitárias. Embora de pouco peso em termos sectoriais, assinala-se a melhoria verificada na RDP, empresa que apresentou lucros em 1996.

No sector Outros verificou-se um fortíssima redução dos resultados líquidos negativos (-117,9 MC em 1994, -113,2 MC em 1995 e -17,1 MC em 1996). Esta redução resulta do efeito conjugado da diminuição dos prejuízos da HCB e do acréscimo de lucros no IPE. No caso da HCB, os prejuízos desceram de 114,0 MC em 1995 para 24,1 MC em 1996 em consequência da descida dos encargos financeiros, tendo esta sido proporcionada pelo aumento do capital social e pela renegociação da dívida. No que se ao IPE, o aumento de 6,6 MC nos lucros reflecte melhorias dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários.

A estrutura financeira do conjunto do SEE/NF registou, ao longo do período considerado, uma melhoria, traduzida em quase todos os indicadores que se apresentam no quadro seguinte:

	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo Total	0,33	0,37	0,37
Capitais Próprios/Passivo	0,50	0,60	0,59
Activo Fixo/Activo Total	0,84	0,85	0,84
Cap. Permanentes/Activo Fixo	0,87	0,86	0,90
Passivo MLP/Capitais Próprios	1,13	0,90	0,98
Passivo Total/Activo Total	0,67	0,63	0,63

A partir dos rácios apresentados é possível constatar uma melhoria da autonomia financeira, a par do aumento da solvabilidade e da redução do peso do endividamento no Activo Total. A partir de 1995, o valor do passivo de médio e longo prazo tornou-se inferior ao dos capitais próprios. Com o acréscimo dos Capitais Próprios, melhorou a cobertura do Activo Fixo por Capitais Permanentes, dado que o seu peso no Activo Total não sofreu alterações.

Esta evolução é sobretudo explicada pelo elevado esforço financeiro desenvolvido pelo Estado no sentido de dotar as empresas com os meios indispensáveis à sua actividade e que se traduziu na assunção de passivos, dotações de capital e conversão de créditos em capital, no montante global de 468,7 MC.

A análise por sectores permite concluir que se registaram melhorias da estrutura financeira e patrimonial em todos os sectores, com excepção do Agroalimentar. Neste sector registou-se uma degradação acentuada de todos os rácios, quase integralmente explicada pela evolução negativa do balanço da EPAC. Para esta evolução pesaram sobretudo os prejuízos acumulados e o ajustamento no valor dos investimentos financeiros.

Nos restantes sectores, salienta-se os elevados níveis de endividamento, evidenciados pelo rácio Passivo MLP/Capitais Próprios, nos sectores dos Transportes, Comunicação Social e Outros.

No caso dos Transportes a situação afecta todas as empresas com excepção da ANA, reflectindo essencialmente as difíceis condições de exploração em que operam e o elevado esforço de investimento suportado pelas empresas.

Quanto ao sector da Comunicação Social, os dados são fortemente afectados pelo balanço da RTP, empresa que regista um aumento constante do endividamento, a par duma redução dos capitais próprios, consequência dos prejuízos acumulados.

No sector Outros, o elevado peso do Passivo de MLP nos Capitais Próprios reflecte a natureza específica de algumas empresas, casos da Parque EXPO 98 e da HCB, com fortes investimentos em infraestruturas cujo financiamento é assegurado fundamentalmente pelo recurso a capitais alheios.

Os apoios financeiros directos concedidos pelo Estado ao conjunto do SEE/NF atingiu, nos três anos considerados, o montante total de 635,6 MC. A maior fatia correspondeu à Assunção de Passivos (251,6 MC), a que se seguiram as Dotações de Capital e Conversão de Créditos em Capital (217,1 MC), os Subsídios e Indemnizações Compensatórias (134,3 MC) e os apoios ao investimento através do PIDDAC (32,7 MC):

(milhões de contos)

	1994	1995	1996	TOTAL
Subsídios e Indemnizações Compensatórias	45,7	45,1	43,4	134,2
Dot. de Capital e Conversão de Créd. em Capital	38,3	88,2	90,6	217,1
PIDDAC	9,3	10,8	12,6	32,7
Assunção de Passivos	120,0	73,9	57,7	251,6
TOTAL	213,3	218,0	204,3	635,6

Embora registando uma ligeira redução em 1996, o montante dos apoios financeiros atingiu em todos os anos valores superiores a 200 MC. Contudo, verifica-se ainda uma alteração na natureza dos apoios concedidos, com redução da Assunção de Passivos e aumento das Dotações de Capital e Conversão de Créditos, sendo de menor importância a alteração nas restantes rubricas.

A distribuição dos apoios financeiros do Estado por sectores no ano de 1996, mostra que estes se dirigem prioritariamente aos sectores dos Transportes, da Comunicação Social e da Indústria. Os elevados valores correspondentes aos sectores da Indústria e Outros são pontuais: no primeiro caso resultam da regularização de dívidas da Siderurgia Nacional no montante de 17,7 MC, que a privatização da actividade siderúrgica tornou incomportáveis para a nova empresa; no segundo caso referem-se a aumentos de capital da PARTEST (20 MC) e da EDIA (2,7 MC):

1996 (milhões de contos)

SECTORES	Subsídios e Ind. Compens.	Dot. Capital e Conv. Créditos	PIDDAC	Assunção de Passivos	Total
Agroalimentar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comunicação Social	15,2	10,0	0,0	0,0	25,2
Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria	0,0	2,6	0,0	17,7	20,4
Transportes	28,3	55,2	12,6	40,0	136,1
Outros	0,0	22,7	0,0	0,0	22,7
TOTAL	43,4	90,6	12,6	57,7	204,3

Por empresas, o principal destinatário dos apoios é a CP, com 50 MC atribuídos sob a forma de Subsídios e Indemnizações Compensatórias (12,9 MC), Dotações da Capital (25 MC) e PIDDAC (12,1 MC). Segue-se a TAP, com 44,8 MC, dos quais 40 MC foram atribuídos no âmbito do PESEF, correspondendo o restante a Indemnizações Compensatórias pela ligação às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Para além destes apoios directos, o Estado concedeu às empresas não financeiras do SEE novos avales no montante de 160,3 MC, sendo os de montante mais elevado concedidos à BRISA (40 MC), EPAC (30 MC), Parque EXPO 98 (30 MC), CP (28,8 MC) e Metro (25 MC).

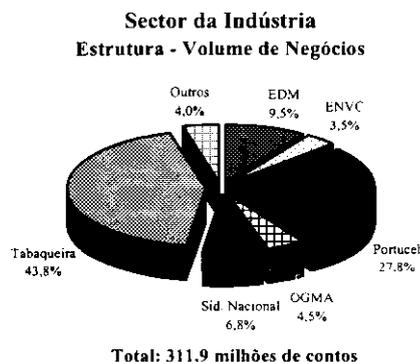
Deve ainda registar-se que, em 1996, o Estado recebeu 52,9 MC das empresas sob a forma de dividendos e lucros, valor que compara favoravelmente com os de 1995 (32,2 MC) e de 1994 (27,1 MC). Os maiores contributos para este resultado foram dados pela EDP (39,1 MC em 1996, contra 15,2 em 1995), pela PT (9,4 MC) e pela PARTEST (2,6 MC).

2.3.3. Sector Empresarial do Estado / Não Financeiro (SEE/NF): análise sectorial

2.3.3.1. Sector da indústria

O subconjunto da indústria no SEE/NF integrava, em 1996, 11 empresas directamente participadas: EDM, ENVC, INCM, INDEP, OGMA, PORTUCEL, QUIMIGAL, Setenave, Siderurgia Nacional e Tabaqueira.

O volume de negócios do sector atingiu nesse ano 311,9 MC, representando a Tabaqueira e a PORTUCEL mais de 70% do total. Para além destas duas empresas, destacam-se pela sua contribuição para o volume de negócios do sector a EDM (9,5% do total) e a Siderurgia Nacional (6,8% do total).



Tomadas em conjunto, as empresas do sector industrial registaram em 1996 uma evolução menos favorável, como o demonstram os principais indicadores de rentabilidade. Os resultados líquidos apresentam um forte agravamento em relação a 1995, motivado pela quebra verificada ao nível daquele agregado, nomeadamente na Tabaqueira, EDM, ENVC, OGMA e PORTUCEL.

O agravamento dos resultados líquidos negativos reflecte a degradação dos resultados operacionais, já que se verificou, em simultâneo, uma melhoria nos resultados financeiros e

Tomadas em conjunto, as empresas do sector industrial registaram em 1996 uma evolução menos favorável, como o demonstram os principais indicadores de rentabilidade. Os resultados líquidos apresentam um forte agravamento em relação a 1995, motivado pela quebra verificada ao nível daquele agregado, nomeadamente na Tabaqueira, EDM, ENVC, OGMA e PORTUCEL.

O agravamento dos resultados líquidos negativos reflecte a degradação dos resultados operacionais, já que se verificou, em simultâneo, uma melhoria nos resultados financeiros e extraordinários. Entre os factores que contribuíram para esta evolução destaca-se a retracção na procura de pastas, papéis e embalagens (que afectou os resultados da PORTUCEL), a descida do preço do cobre (com reflexos negativos na Somincor, empresa participada pela EDM) e o aumento dos custos variáveis decorrente de alterações de projectos de construção nos ENVC:

(un. milhões de contos)

	1994	1995	1996
Resultado Operacional	8800	41289	-2920
Resultado Financeiro	-28709	-32470	-6501
Resultado Corrente	-19909	8819	-9421
Resultado Extraordinário	6344	-1077	-201
Resultado Líquido	-19494	-1654	-13575
Meios Libertos Líquidos (MLL)	15137	25609	12490
Meios Libertos Operacionais (MLO)	44671	70421	30322
MLO/Activo	0,08	0,14	0,06
Resultado Líquido/Capitais próprios	-0,08	-0,01	-0,05

Apesar do agravamento dos resultados das principais empresas, a estrutura financeira do conjunto do sector da indústria evoluiu de forma globalmente favorável, como se pode verificar pela evolução dos indicadores de estrutura que se apresentam no quadro seguinte:

	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo	0,39	0,47	0,50
Capitais Próprios/Passivo	0,63	0,90	0,99
Activo Fixo/Activo Total	0,65	0,62	0,61
Capitais Permanentes/Activo Fixo	1,07	1,17	1,24
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,73	0,48	0,47
Passivo Total/Activo Total	0,61	0,53	0,50

Na **Tabaqueira - Empresa Industrial de Tabacos, S.A.**, o ano de 1996 ficou marcado pelo início de reprivatização, tendo o DL n° 63/96, de 28 de Maio, estabelecido que seria alienado, numa primeira fase, 65% do capital da empresa, através de concurso público. O caderno de encargos do referido concurso público foi aprovado pela RCM n° 111/96, de 26 de Julho, o qual fixou em 6 500 000 acções o lote indivisível objecto de concurso. Após a apreciação das candidaturas formalizadas por três concorrentes, a RCM n° 195-A/96, de 19 de Dezembro, homologou o resultado do concurso público relativo à reprivatização da Tabaqueira, estabelecendo como candidato vencedor a Philip Morris Mello, SGPS, SA.

Ainda em 1996, deu-se continuidade à política de modernização e adaptação da empresa às exigências do mercado, tendo prosseguido o esforço de contenção dos custos operacionais, racionalização dos efectivos e optimização do processo de produção. A continuada quebra da quota de mercado que passou de 77% em 1995 para 73% em 1996, deve-se não só ao aumento de preços de 8,1%, verificado nos produtos transaccionados, como também às políticas comerciais, mais agressivas prosseguidas pelos seus principais concorrentes.

Decorrente da política fiscal, o elemento *ad valorem* do imposto de consumo passou de 56% para 57%, tendo contribuído para que a componente fiscal dos produtos do tabaco, passasse de 81,09% para 81,21%, na classe de preços mais vendida. Não obstante este facto, verificou-se uma melhoria em termos de margem bruta, uma vez que relativamente ao *mix* de vendas a carga fiscal média em 1996 foi ligeiramente inferior à do ano anterior.

A deterioração dos resultados líquidos que passaram de positivos (1,9 MC em 1995) para negativos (0,4 MC em 1996) resulta, fundamentalmente, do acréscimo de amortizações e provisões em cerca de 3,4 MC, acréscimo esse que ficou a dever-se à reavaliação do imobilizado da empresa e à constituição de uma provisão para o Fundo de Pensões. Contudo, a nível do cash-flow líquido do exercício que foi de 4,7 MC, verifica-se uma melhoria substancial: acréscimo de 35,8% relativamente ao registado no ano anterior.

A estrutura financeira da Tabaqueira continua a revelar-se bastante sólida em 1996, com um nível de capitais próprios da ordem dos 57% do activo total líquido. Apesar da diminuição dos resultados líquidos em cerca de 2,3 MC, os capitais próprios aumentaram em virtude do aumento das reservas de reavaliação em 7,2 MC.

Na **Siderurgia Nacional**, o exercício de 1996 caracterizou-se pelo esvaziamento da SN - SGPS, SA, concluída que foi em 1995 a primeira fase do processo de privatização com a alienação, mediante concurso público, de 80% da capital da SN-Longos e de 90% do capital da SN-Planos. Após aquelas alienações e terminada a reorganização das participações detidas de forma mais conveniente à prossecução dos interesses empresariais e do Estado, foi aprovada pelo DL n° 232-A/96, de 6 de Dezembro, a dissolução SN - SGPS, SA, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 1996.

No âmbito do conjunto de operações prévias à entrada em dissolução, e de acordo com a Declaração Unânime por Escrito, de 15 de Novembro, foi deliberado autorizar a contratação, com a SN - Serviços, da venda das participações sociais detidas pela SN - SGPS, SA, incluindo a *golden share* de 10% na SN - Longos, a cessão da totalidade dos créditos detidos pela SN - SGPS, SA, bem como a contratação com a Urbindústria da cessão da posição contratual da SN-SGPS, SA nos contratos sobre responsabilidades ambientais celebrados com a SN - Longos, com a Lusolider e com a SN- Serviços.

O balanço da SN - SGPS, SA, de 30 de Novembro de 1996, data da dissolução, reflecte uma situação de falência técnica, tendo sido apurado um resultado líquido negativo de 11,8 MC que resulta fundamentalmente das perdas apuradas aquando das alienações das participações de 20% do capital da SN-Longos e de 10% do capital da Lusolider, de diferenças de câmbio desfavoráveis e ainda do aumento de provisões para fazer face a perdas eminentes.

Tendo em conta a dissolução da SN-SGPS, SA e a transferência de parte do seu património para a SN-Serviços, é sobre esta empresa que irá incidir a análise da situação actual. Os resultados líquidos de 1996 traduzem um prejuízo de 3,04 MC, representando um agravamento de 1,95 MC em relação ao ano de 1995. O factor que mais afectou aqueles resultados tem a ver com o facto de a SN-Longos, principal cliente da empresa, e a SN-Planos terem sido privatizadas e deixado de pertencer ao mesmo grupo, obrigando a rever em baixa os preços dos produtos e serviços, em condições de maior concorrência. Contudo, outros factores influenciaram negativamente o resultado, nomeadamente o reforço das pensões de reforma determinado pela adequação do cálculo actuarial à esperança de vida actual dos respectivos trabalhadores e, no prosseguimento das acções de contenção de custos encetadas em anos anteriores, os encargos associados ao redimensionamento do quadro de pessoal.

Do ponto de vista estratégico espera-se que proximamente se possa concretizar a autonomização jurídica de algumas áreas de negócio da empresa, em actividades subsidiárias da produção do

aço, tendo em vista a sua posterior alienação. Para 1998, encontra-se prevista a privatização da SN - Serviços, de acordo com o Programa de Privatizações para o biénio de 1998-1999.

Na SN-Serviços, não obstante os resultados apresentados, os capitais próprios são superiores aos do ano anterior e representam um nível de autofinanciamento de 30%. Tal ficou a dever-se à transferência de suprimentos para reservas, no montante de 3,49 MC, concretizada em 1996.

No **Grupo PORTUCEL**, depois de um ano (1995) muito favorável à generalidade das empresas do Grupo, o ano de 1996 foi marcado por um clima de retracção da procura de pastas, papéis e embalagens que aliada aos elevados stocks daqueles produtos, determinou acentuadas pressões sobre os preços nos mercados internacionais. A actividade da empresa foi globalmente afectada pelo clima recessivo, tendo o volume de negócios baixado de 116,2 MC em 1995 para 86,5 MC em 1996, o que representa uma quebra de 25%, situação que conduziu a resultados líquidos negativos de 5,7MC em 1996, contra um lucro de 7,1 MC em 1995.

O Programa de Privatizações para o biénio 1998-1999 contempla a redução da participação accionista no Grupo PORTUCEL, em moldes que se definirão após o conhecimento das conclusões do estudo de reestruturação do sector de pastas e papéis, actualmente em curso.

Apesar da inversão verificada nos resultados, o nível de endividamento do Grupo sofreu uma redução de cerca de 3%, mantendo-se a estrutura financeira sólida.

Na **ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.**, os resultados de 1996 saldaram-se num prejuízo líquido de 2 MC, em resultado do agravamento de 120% nos resultados operacionais negativos, motivado principalmente pelo crescimento dos custos variáveis em consequência de alterações de projecto de novas construções cuja complexidade a empresa não previa.

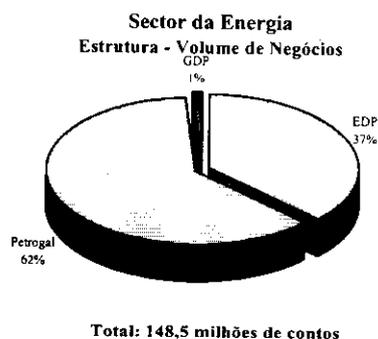
Com a privatização da ENVC, calendarizada para 1998/1999, será dado um passo importante na conclusão da abertura à iniciativa privada do sector da construção e reparação naval.

O balanço de 1996 da ENVC reflecte uma distorção a nível da estrutura dos capitais, que conduz a um indicador de autonomia financeira de 2,74%, em resultado dos prejuízos acumulados desde 1992, para os quais contribuiu na maior parte, a moratória e posterior reescalonamento da dívida por parte da Federação Russa.

Como factor positivo, assinala-se a redução significativa do passivo da EDM (10 MC) que contribuiu para o reforço da sua estrutura financeira, como o demonstram a generalidade dos indicadores, com destaque para a autonomia financeira que passou de 57% em 1995 para 63% em 1996.

2.3.3.2. Sector da energia

Constituído por três empresas - EDP, PETROGAL e GDP - o sector da energia é o que maior peso tem no SEE/NF. Com efeito, em 1996 o activo total deste sector era de cerca de 2 900 MC, quase duas vezes o activo do sector dos transportes (o segundo sector em termos de importância). Para essa situação contribuiu decisivamente o facto de a EDP ser a maior empresa nacional não financeira, com um activo aproximado de 2 400 MC.



Este sector registou em 1996 resultados líquidos muito substanciais (+87,7 MC), o que significa um aumento de 62,5% em relação ao ano anterior; estes resultados ficam a dever-se, em mais de 90%, ao bom desempenho das contas da EDP que contribuiu com 81 MC de resultados líquidos positivos:

(u.m.: milhões de contos)

	1994	1995	1996
Resultado Operacional	208,4	213,9	194,8
Resultado Financeiro	-95,3	-95,2	-55,8
Resultado Corrente	113,1	118,6	139,1
Resultado Extraordinário	-73,2	-57,2	15,4
Resultado Líquido	28,0	53,1	87,7
Meios Libertos Líquidos (MLL)	241,3	245,4	256,5
Meios Libertos Operacionais (MLO)	364,3	391,2	368,2
MLO/Activo	0,13	0,13	0,13
Resultado Líquido/Capitais Próprios	0,022	0,039	0,064

Apesar da melhoria dos resultados das empresas do sector da energia, a estrutura financeira do conjunto das empresas manteve-se próximo do verificado em 1995. Para essa manutenção foi fundamental a melhoria dos rácios da EDP, a qual se ficou a dever aos bons resultados líquidos conseguidos e à redução do respectivo endividamento bancário. O rácio capitais permanentes/activo fixo do sector aumentou em 1996 por efeito dos empréstimos obrigacionistas da PETROGAL e da emissão de dois novos empréstimos obrigacionistas, por parte da EDP, no montante de 80 MC.

	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo	0,43	0,47	0,47
Capitais Próprios/Passivo	0,77	0,87	0,89
Activo Fixo/Activo Total	0,90	0,90	0,89
Capitais Permanentes/Activo Fixo	0,89	0,86	0,89
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,82	0,62	0,65
Passivo Total/Activo Total	0,57	0,53	0,53

A **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, foi responsável por 81% das emissões totais de energia eléctrica em Portugal em 1996 (refira-se que este valor era de 87,8%, em 1994, e de 83%, em 1995) sendo a restante emissão de energia da responsabilidade da Central do Pego (10,5%), de outros produtores independentes (4,9%) e da importação (3,6%). As vendas da EDP em 1996

registaram uma variação nominal de 2,1%, o que significa uma quebra em termos reais (recorde-se que a taxa de inflação foi de 3,1% nesse ano). Para aquela evolução contribuiu, nomeadamente, o facto de o Grupo EDP ter assinado com a Direcção-Geral de Concorrência e Preços, em 29 de Dezembro de 1995, a convenção reguladora tarifária²⁹ onde se fixou uma descida média nominal dos preços de 2,6% (5,8% em termos reais). Convém igualmente lembrar que desde 1984, os preços médios da electricidade diminuíram 2% em termos reais, numa base anual. Essa redução foi efectuada no sentido de aproximar as tarifas portuguesas à média praticada na União Europeia.

Em 1996, a procura de electricidade aumentou 5,5% tendo além disso o ano sido excepcionalmente favorável em termos hidrológicos. O bom regime hidrológico bem como as condições também favoráveis de importação de electricidade no último trimestre, permitiram a redução dos custos da EDP. Os custos dos bens vendidos pelo Grupo diminuíram pela primeira vez nos últimos quatro anos: uma redução nominal de 7,2%, ou seja, uma redução em termos reais de cerca de 10,3% daquela rubrica da demonstração de resultados.

A EDP conseguiu, em 1996, uma melhoria significativa ao nível dos resultados financeiros, o que potenciou de forma inequívoca os resultados líquidos nesse ano, tendo os lucros de 1996 representado um patamar nunca antes alcançado pela empresa. Essa melhoria resulta da redução do endividamento, tendo a empresa saldado empréstimos de médio e longo prazo em 1996 e conseguido reduzir igualmente a taxa de juro média do seu endividamento bancário. Todavia, importa também ter em atenção que naquele ano já estavam resolvidos todos os problemas do passado, nomeadamente o esforço financeiro realizado em 1994 com as dotações extraordinárias (43,5 MC) para o fundo de pensões, bem como a total regularização nesse anos do défice do ex-Fundo de Apoio Térmico.

A privatização, em 1997, de uma parte (30 %) do capital da EDP vem reforçar o mercado de capitais e permitir o acesso, a investidores particulares e institucionais, a uma das mais sólidas e rentáveis empresas portuguesas que se situa no primeiro lugar do ranking das empresas não financeiras nacionais.

²⁹ Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) são fixados por convenção negociada entre o Grupo EDP e a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei nº 18-A/89, de 12 de Janeiro.

A **PETROGAL - Petróleos de Portugal, S.A.** detém uma quota global no mercado de produtos petrolíferos do ordem dos 55%³⁰. Os resultados de 1996 (+ 6,6 MC) constituem os primeiros resultados líquidos positivos dos últimos quatro anos e decorrem do facto de os resultados correntes terem sido também positivos pela primeira vez, nesse período, bem como da redução conseguida nos prejuízos financeiros em 1996. A diminuição, em cerca de 10,6 MC, dos encargos financeiros em 1996, ficou associada à quebra das taxas de juro ao longo desse ano já que o endividamento bancário do Grupo PETROGAL aumentou face a 1995. A rentabilidade dos capitais próprios foi assim positiva da ordem dos 5,7% quando no ano transacto registava -9,6%.

O crescimento de 8,4% do volume de negócios do Grupo PETROGAL, que ascendeu a 922,6 MC, inclui o peso do Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos cujo valor cresceu 9,7%; descontado esse efeito, verifica-se um aumento do volume de negócios da ordem dos 7,5%.

Em 1996, regista-se a redução dos capitais próprios da PETROGAL em 2,8 MC (incluindo os interesses minoritários) devido à aplicação de uma norma do Instituto de Seguros de Portugal pela qual a PETROGAL veio a reconhecer, nas suas demonstrações financeiras, o efeito contabilístico decorrente das alterações introduzidas ao nível do cálculo actuarial das responsabilidades com pensões de reforma; tais alterações afectaram negativamente os resultados transitados em 9,4 MC e originaram o reforço das provisões para pensões, relativamente ao valor actual das responsabilidades da empresa, não cobertas pelo Fundo de Pensões PETROGAL, no montante de 4,4 MC.

Por outro lado verificou-se também o aumento do endividamento de médio e longo, prazo em cerca de 23,8 MC, com a emissão de dois empréstimos obrigacionistas no valor de 25 MC cada, em parte utilizados para substituir empréstimos obtidos junto da banca.

A **GDP - Gás de Portugal, S.A.** foi objecto, durante o ano de 1995, de um processo de reestruturação empresarial que implicou, nomeadamente, a passagem da GDP, SA a Sociedade Gestora de Participações Sociais - GDP, SGPS, SA, e à constituição de cinco novas empresas, por destaque de património da casa-mãe.

Devido a esta alteração, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1995, as contas da empresa não são perfeitamente comparáveis entre os exercícios em análise. No entanto, pode proceder-se, com os

³⁰ Excluindo as vendas de combustível para a produção de electricidade pela CPPE, do Grupo EDP.

devidos ajustamentos, a uma comparação entre as contas do Grupo GDP nos anos de 1995 e 1996 e as contas da GDP, SA em 1994.

No ano de 1996, o Grupo GDP revelou uma diminuição da facturação da ordem dos 6,2%, passando de 16,1 para 15,1 MC. Esta redução reflecte a quebra verificada no negócio dos plastificantes (-27,9%), já que o comportamento do mercado mundial em 1995 havia sido anormalmente favorável a nível de preços e quantidades vendidas, e evidencia o aumento dos custos devido à grande subida dos preços internacionais das principais matérias-primas que entram na produção do gás de cidade.

Tais quebras foram parcialmente compensadas com o crescimento de 5,3% verificado na distribuição de gás canalizado, principal negócio da empresa.

Apesar do comportamento das vendas, os prejuízos operacionais do grupo reduziram-se em 15,2%, passando para -659 mc. Este facto deriva essencialmente da redução acentuada das amortizações que atingiram o valor de 3 MC no ano de 1996 (-26,3%), em virtude da aplicação das taxas mínimas de amortização ao imobilizado da GDL quando em 1995, se havia aplicado as taxas máximas.

A GDP, com 21 mil contos de resultados líquidos positivos, inverteu a situação de 1995 em que havia registado um prejuízo de 1,2 MC.

Os resultados financeiros traduzem uma melhoria, em virtude dos rendimentos provenientes dos juros de suprimentos (cerca de 599 mc relativos à Transgás) e dos ganhos relativos às participações de capital em empresas do Grupo e associadas que compensaram os encargos financeiros decorrentes do aumento do endividamento de médio e longo prazo (+4,4 MC) associado ao volumoso programa de investimento do Grupo (8 MC).

O resultado líquido do Grupo GDP foi fortemente influenciado pelo acréscimo (+252%) dos resultados extraordinários (1,3 MC) os quais evidenciam a anulação de uma provisão para processos judiciais em curso no montante de 534,7 mc. Saliente-se ainda que a empresa contabiliza os subsídios para investimentos (que em 1996 atingiram 317 mc) como proveitos e ganhos extraordinários.

O Grupo GDP apresenta uma boa estrutura financeira, revelando uma capacidade de endividamento de 63%, importante para um Grupo em fase de grande investimento.

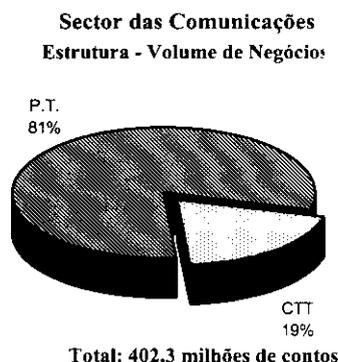
2.3.3.3. Sector das comunicações

No âmbito do Sector Empresarial do Estado, o sector das comunicações compreende apenas duas empresas - CTT e PT - com a repartição do volume de negócios evidenciada no quadro junto que realça o peso maioritário da PT, derivado do valor inerente aos serviços que esta empresa presta.

As participações do Estado neste sector foram detidas pela CN-Comunicações Nacionais, SGPS, S.A. desde a sua criação, em finais de 1992, até à sua dissolução, em finais de 1995, tendo as respectivas participações financeiras passado a integrar, desde então, a carteira de títulos do Estado.

Em 1994, deu-se o processo de fusão das empresas que estão na origem da actual PT, nomeadamente: a Telecom Portugal, S.A., os Telefones de Lisboa e Porto, S.A. e a Teledifusora de Portugal, S.A.. Em meados de 1995 ocorreu a primeira fase de privatização da PT, relativa a 27,26% do seu capital, correspondente a 51,8 milhões de acções. No contexto da estratégia seguida para a primeira fase de privatização da PT, teve lugar uma operação de troca de acções da Marconi, o que permitiu a sua plena integração no Grupo PT por via de uma participação da Portugal Telecom, S.A. em cerca de 97% do seu capital.

Do ponto de vista da situação económica, as contas consolidadas do sector mostram uma evolução globalmente positiva dos indicadores considerados para os últimos três anos, conforme o quadro seguinte:



(u.m.: milhões de contos)

	1994	1995	1996
Resultados Operacionais	103,9	120,6	140,6
Resultados Financeiros	-25,2	-14,4	-17,9
Resultados Correntes	78,7	106,2	122,7
Resultados Extraordinários	-30,8	-31,1	-29,6
Resultados Líquidos	20,3	36,8	47,4
Meios Libertos Líquidos (MLL)	118,8	143,6	125,9
Meios Libertos Operacionais (MLO)	197,9	214,0	240,3
MLO/Activo médio	0,21	0,23	0,26
Resultados Líquidos/Capitais próprios	0,06	0,1	0,12

Essa evolução positiva ficou a dever-se tanto aos CTT como à PT.

No caso dos **CTT - Correios de Portugal, S.A.**, há a salientar a melhoria significativa registada ao nível dos resultados operacionais que passaram de 61 mil contos em 1994 para 6 937 mc em 1996, evolução que se ficou a dever, essencialmente, ao crescimento do Serviço de Correios, à actualização tarifária e à racionalização de custos.

O Serviço de Correios - correspondências - continua a ser o principal negócio dos CTT, com um crescimento do volume de tráfego de 6,0% em 1996, representando cerca de 65,8% do total dos proveitos operacionais. Em contraste, os proveitos relativos aos Serviços Financeiros Postais ficaram aquém dos registados no ano anterior, apresentando uma redução de cerca de 2,7%.

No caso da **PT - Portugal Telecom, S.A.**, quer os resultados, quer a situação patrimonial em 1996, reflectem os efeitos decorrentes da subconcessão à Marconi dos serviços de telecomunicações internacionais e da operação das tecnologias de satélite e de cabos submarinos.

Os resultados operacionais ascenderam a 133,7 mc, o que significa um crescimento de 15,0% em relação ao ano anterior. Para estes resultados contribuíram fundamentalmente as receitas do Serviço Telefónico Fixo, cujo parque sofreu um aumento (4,9%) acima do previsto, associado às campanhas de instalação de acessos (primeiras e segundas linhas e RDIS).

Ao nível do sector, os indicadores de estrutura financeira mostram valores globalmente razoáveis, destacando-se o reforço do peso dos capitais próprios no total do activo de 39%, em 1994, para 46% em 1996:

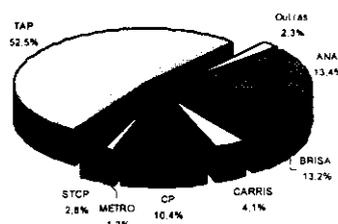
	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo	0,39	0,43	0,46
Capitais Próprios/Passivo	0,63	0,76	0,86
Activo Fixo/Activo Total	0,77	0,81	0,82
Capitais Permanentes/Activo Fixo	0,96	0,86	0,89
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,76	0,44	0,38
Passivo Total/Activo Total	0,61	0,57	0,54

Nos CTT, o peso dos capitais próprios no total do activo ascendeu a 26%, em 1996, ao passo que na Portugal Telecom esse peso se situou nos 50%.

2.3.3.4. Sector dos transportes

O sector dos transportes continuou, em 1996, a assumir-se como o mais desequilibrado do SEE. Com efeito, a degradação dos resultados da generalidade das empresas que constituem este sector - ANA, ANAM, BRISA, CARRIS, STCP, METRO, CP, TRANSTEJO, SILOPOR, SOFLUSA E TAP - originou um prejuízo total, sem precedentes, de 86,3 MC, o que implicou um agravamento de 19,7% face ao ano de 1995. Esta evolução resulta essencialmente de um agravamento das condições de exploração destas empresas, cujo resultado operacional se deteriorou fortemente, cifrando-se em -18,1 MC. Por outro lado, apesar das crescentes necessidades de financiamento impostas pelo volume de investimentos realizados no sector, superior a 224 MC a custos técnicos, estas empresas beneficiaram da evolução favorável das taxas de juro de mercado, o que permitiu conter a degradação dos resultados financeiros:

Sector dos Transportes Estrutura - Volume de Negócios



Total: 324,9 milhões de contos

(u.m.: milhões de contos)

	1994	1995	1996
Resultados Operacionais	-5,1	-7,3	-18,1
Resultados Financeiros	-50,0	-56,0	-52,3
Resultados Correntes	-55,1	-63,3	-70,4
Resultados Extraordinários	-21,6	-4,5	-11,0
Resultados Líquidos	-80,4	-72,1	-86,3
Meios Libertos Líquidos (MLL)	-26,2	-17,8	-29,2
Meios Libertos Operacionais (MLO)	45,8	46,6	38,4
MLO/Activo	0,06	0,04	0,03
Resultados Líquidos/ (Sit. Líquida - Res. Líquidos)	-0,45	-0,33	-0,29

Em termos de estrutura financeira, o quadro seguinte permite avaliar o elevado esforço realizado pelo Estado para reforçar a componente de capitais próprios nas empresas deste sector. Com efeito, verifica-se um crescimento sustentado da Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Activo) deste conjunto de empresas que contava, em 1996, com um activo superior a 1 665 MC e com prejuízos acumulados da ordem dos 440 MC. Este esforço foi realizado, prioritariamente, através de um reforço do Capital Social/Estatutário em 66,1 MC (+27,0%) em relação a 1995.

	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo	0,13	0,15	0,18
Capitais Próprios/Passivo	0,15	0,18	0,21
Activo Fixo/Activo Total	0,86	0,85	0,87
Capitais Permanentes/Activo Fixo	0,67	0,78	0,79
Passivo MLP/Capitais Próprios	3,42	3,42	2,96
Passivo Total/Activo Total	0,87	0,85	0,82

O referido reforço de capitais foi realizado não só através da realização em numerário, normalmente associado ao financiamento de infraestruturas embora nalguns casos, como o da TAP, estes montantes sejam afectos à amortização de dívida mas também através de assunção de passivos e transformação do resultante crédito do Estado em capital, o que permite aliviar o passivo destas empresas.

A **ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, E.P.**, cujo processo de reestruturação com vista à privatização das actividades de exploração das infraestruturas aeroportuárias já se encontra em curso, apresenta resultados positivos no valor de 7,2MC.

Apesar de um fraco crescimento do número de passageiros que procuraram os aeroportos nacionais, as actividades de controlo de tráfego aéreo na extensa área sob responsabilidade portuguesa revelou-se um pouco mais dinâmica, pelo que o volume de negócios da empresa cresceu 6,1% em relação a 1995, atingindo os 43,4 MC. Também em relação a 1995, verificou-se uma melhoria sensível nos resultados financeiros e extraordinários, resultante, no primeiro caso, do menor provisionamento de aplicações financeiras e do aumento dos juros obtidos e, no segundo caso, de menores custos suportados com multas e penalidades e um efeito favorável induzido pelas correcções relativas a exercícios anteriores.

A empresa apresenta uma boa estrutura financeira, salientando-se que os resultados transitados negativos apresentados (-4,7 MC) não resultam de prejuízos acumulados, mas da relevação contabilística de responsabilidades com Fundos de Pensões.

No que diz respeito à **ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.**, uma participada da ANA (70%), da Região Autónoma da Madeira (20%) e do Estado (10%), o exercício de 1996 foi marcado por uma inversão da tendência de agravamento dos resultados líquidos, que passaram de -0,5 para -0,3 MC. Salienta-se que esta empresa se encontra confrontada com um grande esforço de investimento nas infraestruturas aeroportuárias da Região, o que implica um peso crescente do volume de amortizações anuais nos custos operacionais.

Uma vez que as fontes de financiamento do investimento da empresa se repartem entre aumentos de capital dos accionistas e fundos comunitários, o aumento do endividamento desta empresa reveste-se da forma de linhas de crédito destinadas a suprir, temporariamente, dificuldades de tesouraria, não assumindo um carácter estrutural.

A **CARRIS - Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.**, apresenta uma estrutura financeira muito frágil, destacando-se a sua situação líquida negativa em 7,8 MC. À diminuição do seu activo em 16,6%, principalmente por via das amortizações do exercício, correspondeu um decréscimo do passivo em cerca de 0,8 MC, assistindo-se a um reforço da componente de médio e longo prazo.

Em termos de exploração, a empresa debate-se com uma quebra sustentada da procura. Embora no ano de 1996 essa diminuição tenha sido de apenas 0,8%, os seus efeitos, conjugados com os de uma actualização tarifária de 3,5% e uma diminuição da indemnização compensatória de quase 25% em relação a 1995, originaram uma diminuição dos proveitos operacionais para 20,1 MC, contra 22,1 MC registados no ano anterior. Por outro lado, a maior componente de custos da empresa - os custos com pessoal - cresceu 5,3%, atingindo os 18,1 MC. Como tal, o resultado operacional negativo da empresa agravou-se 70,8%, cifrando-se em -6,2 MC e, por arrastamento, o resultado líquido do exercício passou de -5,4 MC em 1995 para -8,1 MC em 1996.

Idêntico diagnóstico pode ser feito, embora numa dimensão menor, a propósito da evolução registada pela **STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.** Com efeito, o agravamento de 35,2% no prejuízo do exercício registado pela empresa que atingiu -3,2 MC, deveu-se fundamentalmente à deterioração das condições de exploração, quer por via de uma diminuição de 1% na procura, quer por via de uma redução de 25,7% no montante da indemnização compensatória atribuída pelo Estado. Por outro lado, os custos operacionais cresceram 5,4%, quase exclusivamente devido ao crescimento de 5,0% dos custos com pessoal.

No entanto, o balanço da STCP revela-se mais equilibrado do que o da CARRIS, apresentando uma situação líquida positiva graças ao aumento do capital social - 4 MC - que anulou o prejuízo registado no exercício.

O **METRO - Metropolitano de Lisboa, E.P.**, envolvido num vultuoso programa de investimentos, quer ao nível da expansão da rede, quer ao nível da aquisição de material circulante encerrou o exercício de 1996 com um prejuízo de 10,1 MC, o que representa um agravamento de 34,9% face ao ano anterior. Esta evolução é explicada não só pela degradação das condições de exploração, em que o aumento dos custos com pessoal em 23,9% e a quase estagnação dos proveitos obtidos com a prestação de serviços desempenharam um papel fundamental, mas também pelo crescimento dos custos e perdas financeiras que atingiram 1,9 MC devido ao acréscimo do endividamento a que a empresa recorreu como forma de financiamento dos investimentos. Desta forma, o resultado da função financeira da empresa passou de -0,7 MC, em 1995, para -1,3 MC em 1996.

O relativo equilíbrio do balanço do METRO, cujo activo imobilizado cresceu 45,1%, foi sustentado por um acréscimo dos capitais próprios de 19,1% (por aumento do capital estatutário) e por um acréscimo do passivo de financiamento, onde assumem particular destaque os empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimentos.

O ano de 1996 marcou o último exercício completo em que a **CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, teve a seu cargo a gestão da infraestrutura ferroviária. Com efeito, a criação da REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP, através do Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, veio separar claramente esta actividade da de transporte de passageiros e mercadorias, abrindo caminho a uma clarificação e futura reestruturação do sector ferroviário.

Esta medida foi tomada numa altura em que a situação económica da anterior operadora única se tornava quase insustentável. O resultado operacional da CP foi de -39,0 MC, os proveitos da prestação de serviços estagnaram, registando-se perdas de tráfego quer no segmento de mercadorias (-6,0%), quer no segmento de passageiros (-1,6%) embora esta variação tenha sido mais acentuada ao nível do Médio e Longo Curso. Registe-se que só os custos com pessoal (44,4 MC) representaram 130,9% do volume de negócios da empresa.

Por outro lado, a ligeira evolução positiva registada no resultado financeiro (2,0%) não consegue esconder o facto de a empresa ter suportado juros de 25,3 MC associados ao seu passivo de financiamento. Também ao nível dos resultados extraordinários se verifica que o valor apurado (-8,0 MC) se fica essencialmente a dever aos encargos suportados pela empresa com pré-reformas dos trabalhadores (5,3 MC).

Desta forma, a CP encerrou o exercício de 1996, e uma etapa da história do sector, com um prejuízo sem precedentes de 72,0 MC.

A evolução da sua estrutura financeira, apesar dos maus resultados de exploração, revelou um reforço significativo dos capitais próprios. Para este facto contribuíram quer uma dotação de capital estatutário de 25 MC, quer uma alteração das taxas de amortização do material circulante, cuja correcção relativa a exercícios passados levou a uma correcção dos resultados transitados em mais de 50 MC. Uma vez que a empresa se revelava incapaz de libertar meios, o recurso ao endividamento para o financiamento dos investimentos e da actividade corrente da empresa fez com que o passivo crescesse 15,5% até atingir os 496,9 MC. No entanto, operou-se uma reestruturação do mesmo que implicou uma diminuição das dívidas a curto prazo de 25,7% para 16,5% do passivo total.

No subsector do transporte fluvial, a **TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.**, registou um agravamento do prejuízo do exercício de 155,4% em relação a 1995, atingindo os -0,5 MC. Esta evolução é explicada por uma quebra das condições de exploração da empresa registada não ao

nível dos proveitos de tráfego, que cresceram 6,4%, mas sim ao nível das amortizações, decorrentes do investimento realizado pela empresa na modernização da sua frota, e na rubrica de fornecimentos e serviços externos que cresceu devido a encargos acrescidos com seguros, conservação e reparação e outros trabalhos especializados. Os resultados financeiros da empresa foram positivamente influenciados pela diminuição dos juros e diferenças de câmbio desfavoráveis suportadas.

A **SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.**, é uma participada da CP que tem a seu cargo a exploração da ligação fluvial entre o Terreiro do Paço e o Barreiro. De dimensão inferior à sua congénere TRANSTEJO, esta empresa beneficia do facto de a sua actividade se concentrar apenas numa rota de intenso tráfego, o que implica menores custos com pessoal e uma frota mais reduzida, mas também mais antiquada, o que implica que a empresa suporta um nível de amortizações substancialmente inferior. Assim, para um volume de negócios de 1,1 MC (56,3% inferior ao da TRANSTEJO), a empresa suporta 1,7 MC de custos operacionais (menos 59,6% do que a sua congénere). Também ao nível dos apoios à exploração, a SOFLUSA revela-se beneficiada em relação à TRANSTEJO, uma vez que recebeu, em 1996, 457 mc de indemnização compensatória transferida pela sua accionista CP enquanto que a TRANSTEJO apenas recebeu 354 mc atribuídos directamente pelo Estado. Como tal, a SOFLUSA registou um prejuízo em 1996 de 0,2 MC, por via, principalmente, do défice registado na exploração.

A **TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.**, encontrava-se, em 1996, no penúltimo ano de vigência do PESEF - Plano Estratégico de Saneamento Económico e Financeiro, ao abrigo do qual tem vindo a ser efectuada a recuperação económico-financeira da empresa. Os apoios nele contemplados têm permitido à TAP uma grande recuperação dos resultados financeiros, permitindo à empresa canalizar as poupanças assim obtidas para fazer face aos elevados custos inerentes à redução de efectivos. A forte contenção dos custos operacionais, aliada ao crescimento da procura (+3,7% no segmento de passageiros e +4,8% no segmento de carga), possibilitou a obtenção de um resultado operacional positivo de 8,9 MC em 1996, contra apenas 1,8 MC em 1995. No entanto, esta melhoria das condições de exploração da empresa teve como contrapartida um crescimento dos custos e perdas extraordinárias (+215,3%) que se cifraram em 16,0 MC, dos quais 9,0 milhões se referem a encargos com prestações de pré-reforma (2,7 MC), indemnizações ao pessoal (5,8 MC) e a efectivos sem colocação definitiva (0,4 MC). Assim, o resultado líquido apurado pela empresa registou um crescimento modesto de 1,4% para se cifrar em -10,7 MC.

A situação líquida da TAP evoluiu favoravelmente em 1996 graças à realização da penúltima parcela do auxílio financeiro previsto no PESEF, no valor de 40 MC. Embora ainda não seja contabilizada em capital, mas em Reservas para Saneamento Financeiro, esta operação permitiu dotar a TAP de uma situação líquida positiva no valor de 17,5 MC, por contrapartida de uma redução substancial do passivo de financiamento. Ainda assim, a empresa revela uma estrutura do balanço bastante frágil, tal como uma solvabilidade de 9% e uma autonomia financeira de 8% parecem indicar.

A **BRISA - Auto-Estradas de Portugal, S.A.**, dedica-se à construção e exploração de auto-estradas, sendo actualmente a única concessionária da rede nacional, situação que será alterada com a constituição das denominadas "brisinhas". Não se perspectiva, no entanto, que esse facto venha a alterar as condições de exploração da empresa, actualmente reguladas por um contrato de concessão.

Em 1996, a empresa manteve uma tendência de crescimento moderado dos resultados. Com efeito, a um acréscimo da rede concessionada de 23,5 quilómetros, correspondeu um aumento do tráfego de 19,7% medido em termos de veículosxquilómetros. Desta forma, as receitas de portagens, que representaram cerca de 96,9% do volume de negócios da empresa, cresceram 11,3%, atingindo os 41,5 MC.

	(u.m.: mil contos)		
	1994	1995	1996
Resultado Operacional	19 153	19 789	20 550
Resultado Financeiro	-13 685	-14 799	-13 359
Resultado Corrente	5 468	4 990	7 191
Resultado Extraordinário	1 351	3 698	5 054
Resultado Líquido	6 738	8 604	12 137
Meios Libertos Operacionais (MLO)	31 119	32 992	34 178
Meios Libertos Líquidos (MLL)	18 704	21 807	25 765
MLO/Activo	0,10	0,09	0,08
Res. Liq./(Sit. Liq.- Res. Liq.)	0,17	0,18	0,22

Por outro lado, o aumento da rede explica parcialmente um aumento do efectivo em 6,8% e o acréscimo do nível de amortizações em 10,5%, razão pela qual a variação do resultado operacional, que se cifrou em 20,5 MC, foi de apenas 3,8%. No entanto, o decréscimo dos juros suportados pela empresa e consequente melhoria da função financeira, a par do crescimento dos proveitos extraordinários (que incluem os subsídios estatais e comunitários ao investimento e as

compensações financeiras decorrentes da abolição das portagens nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto) contribuíram para uma evolução mais favorável do resultado líquido do exercício que cresceu 41,1% para atingir os 12,1 MC.

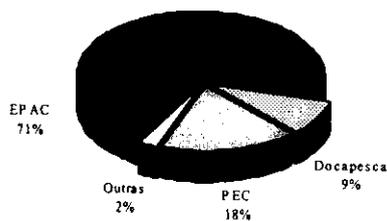
	1994	1995	1996
Activo Fixo/Activo Total	0,87	0,88	0,87
Capitais Próprios/Activo Total	0,15	0,15	0,16
Capitais Próprios / Passivo Total	0,17	0,17	0,19
Cap. Permanentes/Activo Fixo	0,76	0,66	0,68
Passivo MLP/Capitais Próprios	3,50	2,92	2,62
Passivo Total/Activo Total	0,85	0,85	0,84

A estrutura financeira, com um peso elevado do passivo de médio e longo prazo em relação aos capitais próprios, reflecte o facto de a empresa construir essencialmente infraestruturas de grande porte e de longa duração, recorrendo sobretudo ao financiamento através de capitais alheios. Neste contexto, os rácios de autonomia e solvabilidade apresentam valores bastante baixos. Contudo, a natureza específica da sua actividade, com um contrato concessão que garante níveis adequados de proveitos ao longo de todo o período de recuperação dos capitais investidos, assegura à BRISA a capacidade necessária para satisfazer os compromissos assumidos, sem afectar o nível dos resultados.

2.3.3.5. Sector agroalimentar

O sector público agroalimentar integra 6 empresas: Docapesca, CL, CRCB, EPAC, PEC e SIMAB. Em 1996, o volume de negócios deste conjunto de empresas atingiu 56,7 MC, representando cerca de 2,2% do volume total de negócios das empresas com participação directa e maioritária do Estado. Medidas por este indicador, a EPAC, a PEC e a Docapesca são as empresas mais importantes do sector, com 71%, 18% e 9% do total, respectivamente.

Sector Agroalimentar
Estrutura - Volume de Negócios



Total: 56,7 milhões de contos

Desde há alguns anos, o sector tem vindo a registar resultados líquidos negativos, situação que se manteve em 1996, ano em que se verificou um agravamento de cerca de 3,9 MC, tendo quase todas as empresas (com excepção da SIMAB) registado resultados líquidos inferiores aos de 1995. Contudo, são essencialmente os resultados da EPAC (-3,8 MC em 1995 e -6,4 MC em 1996) e da PEC (-0,5 MC em 1995 e -1,5 MC em 1996) que explicam o elevado montante dos prejuízos do sector, conforme se observa no quadro seguinte:

(u.m.: mil contos)

	1994	1995	1996
Resultado Operacional	-3 753	-4 410	-5 801
Resultado Financeiro	-3 027	-2 151	-3 242
Resultado Corrente	-6 780	-6 561	-9 043
Resultado extraordinário	1 536	1 985	192
Resultado líquido	-5 251	-4 999	-8 908
Cash-Flow operacional	606	-1 096	-699

Embora existam explicações diferenciadas para a situação de cada empresa, estes resultados são particularmente preocupantes quando se tem conta que os resultados operacionais são negativos em todas as empresas (embora a Companhia das Lezírias e a SIMAB apresentem resultados líquidos positivos), evidenciando dificuldades importantes ao nível da sua actividade principal.

Em consequência da acumulação de resultados negativos, verifica-se que o conjunto das empresas do sector apresenta uma estrutura financeira bastante debilitada e em degradação progressiva, configurando-se uma situação de preocupante descapitalização.

	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo	0,32	0,24	0,12
Capitais Próprios/Passivo	0,46	0,31	0,14
Activo Fixo/Activo Total	0,42	0,80	0,37
Capitais Permanentes/Activo fixo	0,85	0,32	1,99
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,13	0,07	5,01
Passivo Total/ Activo Total	0,68	0,76	0,88

No que respeita aos custos regista-se, a nível do sector, uma ligeira diminuição do peso dos custos com pessoal relativamente ao VAB e um aumento dos custos financeiros.

Como se referiu anteriormente, a **EPAC – Empresa para Agroalimentação e Cereais, S.A.**, é a empresa mais importante deste sector. Tendo por objecto o comércio e armazenagem de cereais, a empresa tem vindo a registar nos últimos anos uma degradação acentuada da sua situação económica e financeira, afectando significativamente os resultados e indicadores do conjunto do sector.

Em 1996, não obstante ter-se verificado um acréscimo nominal das vendas de 35,6%, a empresa viu os seus resultados sofrerem um forte agravamento, essencialmente ligado ao elevado montante de provisões criadas no exercício e ao acréscimo dos custos financeiros.

As quebras consideráveis nos rácios de autonomia financeira e solvabilidade a nível sectorial devem-se, em grande parte, à redução dos capitais próprios na EPAC que passaram de 4,2 MC em 1995 para -4,3 MC em 1996. Esta redução dos capitais próprios teve como origem, para além dos prejuízos acumulados, o ajustamento do valor dos investimentos financeiros, mediante a aplicação do método de equivalência patrimonial.

Também a evolução do rácio capitais permanentes/activo fixo é explicada pela alteração no balanço da EPAC, onde a dívida da Silopor, no montante de 31 MC, que figurava como um crédito a médio e longo prazo, passou a figurar como um crédito a curto prazo, pelo que deixou de fazer parte do activo fixo.

A **PEC – Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, S.A.**, tem por missão gerir as participações detidas na áreas do abate de gado, industrialização e comércio por grosso de produtos cárnicos, tendo sucedido à PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, SA, que se prevê venha a ser dissolvida e liquidada. Constituído a partir de activos e participações transferidos do ex-IROMA, o Grupo PEC tem vindo a reflectir as dificuldades económicas e financeiras das empresas que o compõem, resultantes de uma deficiente adaptação a um mercado fortemente competitivo, com margens de lucro reduzidas, mas também das condições deficientes de parte dos matadouros e da persistência de custos fixos elevados a par de custos variáveis de dimensão assinalável. O agravamento dos resultados líquidos relativamente ao ano anterior resulta essencialmente da menos valia obtida, em 1996, na alienação do matadouro industrial de Beja no montante de 870 mil contos, em contraposição com a mais valia de cerca de 900 mil contos obtida em 1995 com a alienação do matadouro de Lisboa.

Quanto à **Docapesca, S.A.**, que se dedica essencialmente à exploração de portos de pesca e lotas, à prestação de serviços de primeira venda do pescado e à exploração de infraestruturas de apoio

aos utentes, a quebra dos resultados verificada em 1996 é explicada pela redução das taxas de vendagem, que se traduziu num decréscimo de proveitos de 65 mil contos, e pela adequação, às orientações do Instituto de Seguros de Portugal, das contribuições anuais para o Fundo de Pensões que se encontrava deficitário em 123 mc.

Os serviços de primeira venda do pescado são exercidos em exclusivo pela Docapesca em todas as lotas do país, correspondendo a um serviço público que funciona com taxas fixadas administrativamente, inserindo-se a redução das taxas de vendagem no âmbito da política de apoio aos armadores.

A **Companhia das Lezírias, S.A.**, que tem por objecto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal, apresenta uma situação económica e financeira relativamente equilibrada. Apesar de registar resultados de exploração sistematicamente negativos, a empresa apresenta resultados líquidos sistematicamente positivos, situação possibilitada pelos rendimentos financeiros com origem em imóveis e pela alienação de propriedades agrícolas. A degradação dos resultados operacionais verificada em 1996 resultou de uma quebra das vendas de aproximadamente 21% em termos nominais.

A **SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.**, foi constituída em 1993 com o objectivo central de dinamizar os processos de instalação/exploração do mercado abastecedor da Região de Lisboa, objectivo estatutário prioritário, bem como de outros mercados abastecedores considerados estratégicos (Évora, Faro, Coimbra e Braga). Desde a constituição, a empresa vem registando resultados líquidos positivos, tendo as suas receitas origem em aplicações financeiras e nas alienações de património, realizadas com o objectivo de obter a liquidez necessária à constituição das sociedades promotoras dos diferentes mercados abastecedores.

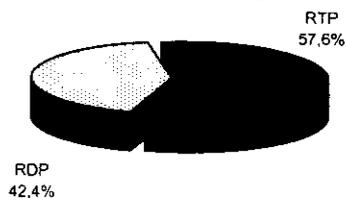
A **CRCB – Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau, S.A.**, foi criada na sequência da liquidação da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, tendo por objecto o comércio, importação e exportação de produtos da pesca. Tendo em conta a constatação de que não se justifica a presença do Estado nesta área, a difícil situação económica e financeira da empresa e as reduzidas perspectivas de viabilização futura da mesma, foi decidido, em 1997, proceder à sua liquidação e extinção.

2.3.3.6. Sector da comunicação social

No âmbito do Sector Empresarial do Estado, o sector da comunicação social compreendia, em 1996, apenas duas empresas: RTP e RDP.

Apesar da tendência negativa do sector observa-se um desagravamento na generalidade dos resultados, no ano de 1996, em virtude do comportamento favorável da RDP que inverteu a situação, passando de um prejuízo de 126 mc para um lucro de 270 mc, e também por via da redução dos prejuízos apresentados pela RTP.

Sector da Comunicação Social Estrutura - Volume de negócios



Total: 25,2 milhões de contos

(un: milhões de contos)

	1994	1995	1996
Resultado Operacional	-17,2	-20,0	-12,6
Resultado Financeiro	-3,4	-4,7	-5,2
Resultado Corrente	-20,6	-24,8	-17,8
Resultado Extraordinário	1,1	-0,9	-0,4
Resultado Líquido	-19,4	-25,7	-18,2
Meios Libertos Líquidos (MLL)	-16,2	-21,9	-13,3
Meios Libertos Operacionais (MLO)	-12,7	-15,9	-6,9
MLO/Activo	-0,23	-0,20	-0,08
Resultado Líquido/Capitais Próprios	*	-2,17	-6,22

* Capitais Próprios negativos

Em 1996, constata-se uma deterioração acentuada da estrutura financeira do sector, como revela a evolução dos respectivos rácios, nomeadamente de autonomia financeira e solvabilidade, o que evidencia o comportamento da RTP. O endividamento crescente e a redução dos capitais próprios por via dos resultados líquidos negativos apurados em consequência das deficientes condições de exploração, são a causa motivadora da degradação da estrutura financeira daquela empresa:

	1994	1995	1996
Capitais Próprios/Activo	*	0,15	0,03
Capitais Próprios/Passivo	*	0,17	0,03
Activo Fixo/Activo Total	0,48	0,66	0,28
Capitais Permanentes/Activo Fixo	0,86	0,58	1,41
Passivo MLP/Capitais Próprios	*	1,38	9,07
Passivo Total/Activo Total	1,03	0,85	0,97

*Capitais Próprios negativos

Para a elevada degradação da estrutura financeira do sector contribui a variação dos capitais próprios da RTP no ano de 1996 que, não obstante o aumento do capital social em 10 MC, encerrou o ano com um capital próprio negativo de 4,3 MC, como consequência do acumular de prejuízos de exercícios anteriores e do próprio exercício.

A RTP - Radiotelevisão Portuguesa, S.A., conforme já referido, reduziu os prejuízos em 1996, reflectindo contudo o acréscimo bastante significativo (mais 116,4%) da indemnização compensatória atribuída naquele ano, que cobriu o custo dos serviços específicos prestados no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão vigente na altura, reflectindo a aceitação da RTP2 como uma missão específica de serviço público. No final de 1996, foi celebrado novo Contrato de Concessão, que veio consagrar as obrigações a que a empresa fica vinculada, incluindo a área da programação, e estipular simultaneamente como contrapartida, através da figura da Indemnização Compensatória, o pagamento dos serviços específicos prestados.

Confirmando a difícil situação económica e financeira que a RTP tem vindo a revelar, a empresa encerrou o exercício de 1996 com um resultado negativo de 18,5 MC, a que corresponde um prejuízo operacional de 13,7 MC e um prejuízo financeiro de 4,7 MC:

	(milhões de contos)		
RTP	1994	1995	1996
Resultados operacionais	-17,0	-20,6	-13,7
Resultados operacionais *	-24,3	-27,3	-28,2
Resultados líquidos	-19,6	-26,6	-18,5
Resultados líquidos *	-26,8	-33,2	-33,0

* Excluindo a indemnização compensatória

Contudo, o prejuízo operacional, antes da contabilização da indemnização compensatória, subiu 3,4% a preços correntes em relação ao ano anterior, reflectindo a descida nos proveitos próprios

da empresa, facto que se deve à forte quebra das receitas de publicidade, como consequência da perda de quotas de mercado para os operadores privados.

Sem contabilizar a indemnização compensatória, os resultados líquidos negativos ascenderiam a 33 MC, valor sensivelmente igual ao de 1995.

Este resultado reflecte ainda o agravamento dos prejuízos financeiros, não obstante a queda das taxas de juro, como consequência do incremento do endividamento bancário em 14 MC.

Quanto à **RDP - Radiodifusão Portuguesa, S.A.**, a empresa tem sofrido uma evolução instável nos últimos anos, na medida em que registou um lucro de 135 mc em 1994, um prejuízo de 126 mc em 1995 e volta a registar lucro, em 1996, no montante de 270 mc.

Esta circunstância deve-se, em grande medida, às actividades extra-operacionais, como a alienação de imóveis e de participações de capital ocorridas em 1994 e 1995, bem como ao início do pagamento do empréstimo hipotecário, relacionado com a aquisição do edifício “Amoreiras 6”, em 1995.

No ano de 1996, o resultado líquido evidencia o efeito positivo dos resultados operacionais - com crescimento dos proveitos (8,1%) e dos custos operacionais (0,9%) face ao ano anterior - e dos resultados financeiros, em virtude da redução do endividamento bancário em cerca de 230 mc. Esta redução reflecte já os efeitos da renegociação do empréstimo hipotecário de longo prazo.

2.3.3.7. Outros sectores

Como a designação escolhida indica, o conjunto de empresas cuja situação se abordará neste ponto não constitui um sector homogéneo, visto pertencerem a ramos de actividade económica muito diferenciados.

Neste conjunto inclui-se as seguintes empresas: DRAGAPOR, EDIA, ENATUR, HCB, IPE, Parque EXPO 98, PARTEST, URBINDÚSTRIA, QUIMIPARQUE e ESTAMO, sendo as duas últimas integralmente detidas pela PARTEST.

Para além da diversidade de actividades, estas empresas apresentam enormes diferenças ao nível da dimensão, das estruturas financeiras e patrimoniais e da estrutura de custos e proveitos, o que

inviabiliza uma análise de conjunto consistente. Neste contexto, entendeu-se mais útil realizar uma abordagem incidindo nas maiores empresas, complementada com breves referências às restantes.

A **EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, S.A.** foi constituída em 1994, com o objectivo de gerir o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva; em 96.12.31, dispunha de um Capital Social de 3 234 000 contos, detido integralmente pelo Estado.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva é um projecto de desenvolvimento regional, destinado a beneficiar o Alentejo, com os seguintes objectivos principais:

- Constituição de uma reserva estratégica de água
- Contribuição para a regularização do rio Guadiana
- Garantia de abastecimento de água
- Combate à desertificação
- Produção de energia eléctrica não poluente
- Alteração do modelo cultural da agricultura alentejana
- Desenvolvimento do turismo
- Potenciação de um clima de expectativas empresariais
- Criação de cerca de 22 000 postos de trabalho

De entre as infraestruturas básicas a instalar no quadro do projecto salientam-se as seguintes:

- Barragem de Alqueva
- Central Hidroeléctrica
- Açude de jusante (Pedrógão)
- Sistema Adutor
- Redes primária, secundária e terciária de rega

A implementação do projecto iniciou-se em 1994, decorrendo até 2002 as obras da componente hidroeléctrica, e até 2025 o desenvolvimento do sistema de rega, estando o investimento global orçado em cerca de 250 MC (preços de 1995). O financiamento do projecto será assegurado por dotações do OE, fundos comunitários e empréstimos do BEI, e por autofinanciamento a partir da entrada em funcionamento das infraestruturas de abastecimento de água e, mais tarde, dos sistemas de rega.

(u.m.: mil contos)

EDIA	1995	1996
Activo	2 067	5 304
Passivo	398	481
Situação Líquida	1 863	5 019
Dívidas a M/L Prazo	0	0
Imobilizado Líquido	362	1 297
Fundo de Maneio	1 499	3 777
Resultados Operacionais	(81)	(185)
Resultados Financeiros	(79)	(156)
Resultados Líquidos	(3)	(31)
Meios Libertos Líquidos	11	(4)
VABcf	18	60
FBCF	376	821
Nº de trabalhadores	32	53

Os principais indicadores económico-financeiros desta empresa, com base nas contas dos dois primeiros exercícios da vida da EDIA reflectem a fase de arranque do investimento em que a empresa se encontra (o principal contrato de empreitada foi assinado em Dezembro de 1996) e que, de acordo com a programação do projecto, se vai prolongar por vários exercícios antes de entrar numa fase de exploração das infraestruturas criadas.

A **ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, S.A.**, é uma empresa do sector do turismo que tem como principal actividade a exploração da rede de Pousadas Nacionais tendo, nesse âmbito, um papel importante na recuperação e manutenção de património histórico construído.

A empresa tem actualmente em curso um vasto programa de investimentos, essencialmente direccionado para a construção de novas unidades e a remodelação das actualmente existentes. Este facto está na origem de encerramentos, aberturas e reaberturas de estabelecimentos, com reflexos negativos na actividade comercial, originando uma insuficiente cobertura dos custos pelos proveitos, com a consequente degradação dos resultados e da situação financeira da empresa:

(u.m.: mil contos)

ENATUR	1994	1995	1996
Resultados Operacionais	-609	-981	-1208
Resultados Financeiros	-242	-249	-238
Resultados Correntes	-851	-1230	-1446
Result. Extraordinários	208	499	536
Resultado Líquido	-643	-731	-910
Res. Liq./ (Sit. Liq. - Res. Liq.)	-0,164	-0,182	-0,277
Activo Fixo/Activo Total	0,89	0,90	0,92
Autonomia Financeira	0,29	0,23	0,12
Solvabilidade	0,40	0,30	0,14
Cap. Permanentes/Activo Fixo	0,38	0,30	0,16
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,18	0,17	0,22
Passivo Total/Activo Total	0,71	0,77	0,88

Contudo, espera-se que após a conclusão desta fase o alargamento da rede de estabelecimentos e a melhoria das condições dos actualmente existentes venha a permitir a necessária recuperação financeira.

A evolução da situação económica e financeira da **HC B - Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.R.L.** não pode ser dissociada da situação de guerra que devastou grande parte do aparelho produtivo de Moçambique, e que originou, naquele caso particular, a paralisação da actividade principal - produção e transporte de energia com destino à África do Sul - ao longo de mais de 13 anos.

Com a celebração dos Acordos de Roma, em Outubro de 1992, entre as partes conflitantes, começou a ser possível encetar a recuperação das duas linhas de transporte de energia, abrindo caminho à sua reentrada em funcionamento pleno.

No entanto, e apesar dos trabalhos de reconstrução e reabilitação das linhas se encontrarem em curso, os efeitos sobre a actividade da empresa ainda não se fizeram sentir. Actualmente, o nível de exploração da HCB situa-se em apenas cerca de 1,3% da sua capacidade nominal.

Na análise das contas da empresa que, para o efeito, foram convertidas em escudos às taxas de câmbio médias dos períodos a que reportam, deve, pois, ter-se em conta as condições anormais de funcionamento que têm vindo a marcar a vida da HCB.

Paralelamente ao problema da reduzida actividade, e decorrente dele, a HCB defrontava-se, em 1994, com uma situação de gritante insuficiência de capitais próprios.

Como medida para reequilibrar financeiramente a empresa foi decidido proceder, em 1995, a um aumento do capital social, do seu valor original de 10 360 milhões de meticais, para 5 000 000 milhões de meticais (correspondentes a 68,9 MC).

Actualmente, o capital social encontra-se representado por 5 000 000 000 (cinco mil milhões) de acções assim distribuídas:

	Nº de acções	%
Estado Português	4 082 003 000	81,64
Estado de Moçambique	916 134 000	18,32
Banco de Fomento e Exterior	1 000 000	0,02
Banco de Moçambique	863 000	0,02

Importa referir que o capital social da empresa possui características especiais, designadamente face aos compromissos assumidos com vista à sua amortização: na sequência do Protocolo de Acordo celebrado entre a República Portuguesa e a República Moçambicana, os estatutos da HCB estabelecem que, após a empresa se tornar rentável, o valor do investimento e dos créditos convertidos em capital sejam reembolsados pela via da distribuição de dividendos aos accionistas. Na medida em que o capital social for sendo amortizado, serão gratuitamente transferidas para o Estado de Moçambique as correspondentes acções livres de ónus e encargos. Ao terminar este processo, o Estado de Moçambique será detentor da totalidade do capital da empresa.

O aumento de capital realizado fez passar a empresa de uma situação de falência técnica, em 1994, para a situação actual em que o peso dos capitais próprios no capital total ascende a cerca de 23%. De referir ainda que o capital alheio é quase exclusivamente (99%) de médio e longo prazo.

Do ponto de vista da exploração, os resultados líquidos continuam a apresentar valores fortemente negativos, por duas ordens de razões:

- actividade desenvolvida a níveis reduzidíssimos;

- elevados encargos financeiros, em consequência do endividamento contraído durante o período de quase inactividade da empresa.

O IPE - **Investimentos e Participações Empresariais, S.A.**, foi criado, como empresa pública, com a missão específica de gerir as participações chegadas à posse do Estado por via indirecta, em consequência das nacionalizações de 1975, sendo detentor de participações num elevado número de empresas, dispersas por diversos ramos de actividade e em que os objectivos de gestão são igualmente diversificados, cruzando objectivos meramente empresariais e de interesse público, o que lhe confere uma natureza específica enquanto sociedade gestora.

Actualmente, aponta-se como missão prioritária do IPE a gestão de participações em empresas onde a presença do Estado se justifica pela salvaguarda do interesse público, pela existência de fortes externalidades associadas ou pela necessidade de apoio a actividades com elevado risco ou pouco atractivas para a iniciativa privada. Para além da gestão das suas participadas, o IPE tem celebrado contratos com Estado para gestão de empresas directamente detidas por este, como sucedeu recentemente com as indústrias ligadas ao sector da Defesa Nacional.

IPE	(u.m.: mil contos)		
	1994	1995	1996
Resultados Operacionais	-568	1 189	-251
Resultados Financeiros	-1 398	-837	2 051
Resultados Correntes	-1 966	352	1 800
Result. Extraordinários	1 465	4 066	9 631
Resultado Líquido	-2 425	1 820	8 447
Res. Líq./(Sit. Líq.- Res. Líq.)	-0,02	0,02	0,07
Activo Fixo/Activo Total	0,83	0,79	0,71
Capitais Próprios/Activo Total	0,58	0,55	0,58
Capitais Próprios / Passivo Total	1,41	1,23	1,36
Cap. Permanentes/Activo Fixo	0,87	0,88	0,98
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,24	0,25	0,20
Passivo Total/Activo Total	0,42	0,45	0,42

Os resultados do IPE têm vindo a registar melhorias muito acentuadas nos últimos anos, tendo o resultado líquido passado de -2,4 MC contos em 1994 para + 8,4 MC em 1995, para a formação dos quais assumiram particular relevância os resultados extraordinários e os resultados financeiros. Nos primeiros reflecte-se sobretudo a política de alienações de participações, sendo

os segundos influenciados pelos resultados de participações não consolidadas e pela redução dos encargos financeiros.

No ano de 1996, os capitais próprios da empresa ultrapassavam o valor do passivo em cerca de 36%, representado o passivo de médio e longo prazo somente 20% dos capitais próprios, o que assegurava uma confortável solidez financeira. A rentabilidade dos capitais próprios foi, em 1996, de cerca de 7,0%.

O projecto EXPO'98, a cargo da **Parque EXPO 98, S.A.** e empresas participadas e associadas, tem 2 objectivos fundamentais: (i) Projectar, construir, gerir e, mais tarde, desmantelar a Exposição Mundial de Lisboa de 1998 e (ii) Proceder à recuperação urbanística de uma área com cerca de 330 hectares, situada na zona oriental dos concelhos de Lisboa e de Loures. A concepção do projecto data de 1988, decorrendo a implementação de 1993 a 1998 (vertente da Exposição) e a 2009 (vertente de urbanização).

Para gestão do projecto foi criada, em 1993, a Parque EXPO 98, S.A., seguindo-se a criação das várias empresas do grupo numa lógica de criação/autonomização de unidades de negócio à medida que o projecto gera as respectivas oportunidades. Em fins de 1996, o capital social da empresa-mãe, a Parque EXPO 98, S.A. era de 8 550 000 contos, sendo cerca de 91% do Estado e o restante da Câmara Municipal de Lisboa.

Este projecto, dada a sua natureza, dispõe de um perfil económico-financeiro muito próprio que transparece nas contas das empresas encarregues de o implementar, em particular nas da Parque EXPO 98, S.A., e que se pode traduzir por um longo período de projecto/construção (vários anos) e, conseqüentemente, de despesa, e um período consideravelmente mais curto de comercialização/receita, designadamente quanto às receitas da Exposição Mundial propriamente dita que se concentram no ano de 1998.

As principais rubricas das contas consolidadas do grupo, apresentadas em 1996, registam os seguintes valores:

(u.m.: mil contos)

	1995	1996
Activo	104 786	186 104
Passivo	98 736	180 259
Capitais Próprios	6 050	5 874
Interesses minoritários	-	29
Dividas de M/L Prazo	63 002	92 011
Dividas de Curto prazo	29 145	53 294
Imobilizado Líquido	83 543	136 765
Fundo de Maneio	(25 133)	(30 761)
Resultados Operacionais	(190)	117
Resultados Financeiros	(57)	(343)
Resultados Líquidos	(165)	(192)
Meios Libertos Líquidos	156	(56)
Avaes do Estado	80 651	110 651
VABcf	2 126	1 715
FBCF	24 796	39 137
Nº de trabalhadores	208	398

A **PARTEST - Participações do Estado (SGPS), S.A.** tem como objecto a gestão de participações sociais detidas pelo Estado, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Dada a natureza específica dos seus objectivos, a empresa não prossegue uma política de investimentos autónoma nem as actividades empresariais tradicionais, não podendo ser avaliada à luz dos critérios habituais.

A evolução dos resultados é estrutura financeira foi a seguinte:

(u.m.: mil contos)

PARTEST	1994	1995	1996
Resultados Operacionais	-62	-58	-2 957
Resultados Financeiros	94	-1 786	-4 665
Resultados Correntes	32	-1 844	-7 622
Result. Extraordinários	25 576	6 782	101 152
Resultado Líquido	25 608	4 938	93 530
Res. Liq./(Sit. Liq.- Res. Liq.)	0,70	0,10	1,53
Activo Fixo/Activo Total	0,83	0,99	0,93
Capitais Próprios/Activo Total	0,63	0,65	0,76
Capitais Próprios / Passivo Total	1,69	1,85	3,21
Cap. Permanentes/Activo Fixo	0,92	0,85	1,03
Passivo MLP/Capitais Próprios	0,21	0,30	0,26
Passivo Total/Activo Total	0,37	0,35	0,24

2.3.3. Sector Empresarial do Estado / Financeiro (SEE/F)

As participações do Estado no sector financeiro, no final de 1996, resumem-se ao Grupo CGD (Caixa Geral de Depósitos, Banco Nacional Ultramarino, Companhia de Seguros Fidelidade e respectivas participadas) e a uma participação na Sociedade Gestora do Fundo Imobiliário MARGUEIRA de reduzida importância comparativamente com o Grupo CGD.

Antes de 25 de Abril de 1974 a participação do Estado no sector financeiro incluía a CGD e o BFN, bem como pequenas participações em bancos e companhias de seguros privados. As nacionalizações de 1975 atingiram quase todo o sector, tendo ficado de fora apenas os bancos e seguradoras estrangeiros ou suas representações em Portugal.

O processo de reprivatizações deu uma larga primazia a operações no sector financeiro (60% das primeiras 20 operações) tendo, no decurso deste processo e até ao fim de 1996, sido alienadas todas as participações directas no sector com excepção da CGD, BNU e FIDELIDADE; com a integração do BNU no universo de participações da Caixa, em 1993, veio a constituir-se o grupo financeiro do Estado, o Grupo CGD.

Em 97.12.31 a configuração do Grupo era a seguinte:

		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS			
		Part. Maioritária		Part. Minoritária	
BANCA NACIONAL	BANCO NACIONAL ULTRAMARINO 99.0%				
BANCOS AFILIADOS NO ESTRANGEIRO	BANCO FINANCIAL PORTUGUÊS (Brasil) 100.0%	BANCO LUSO ESPAÑOL (Espanha) 100.0%	BANCO DE EXTREMADURA (Espanha) 100.0%	BANCO SIMEÓN (Espanha) 99.2%	
	BANQUE FRANCO PORTUGAISE (França) 100.0%	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS (Moçambique) 80.0%			
OUTROS BANCOS NO ESTRANGEIRO	MERCANTILE LISBON B. H. 26.8%	BANCO ITAU (Brasil) 8.0%	BANCO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 22.0%	F. EUROPEU INVESTIMENTO 0.25%	
	PROMINDÚSTRIA SOC. DE INVESTIMENTO 87.8%				
SEGUROS	C.º SEGUROS FIDELIDADE 100.0%	COSEC 8.5%	C.º SEGUROS MACAU 9.2%		
	CAIXA PARTICIPAÇÕES SGPS 100.0%	CAIXA INTERNACIONAL SGPS 100.0%			
LEASING E FACTORING	LOCAPOR 62.7%	IMOLEASING 68.4%	LUSOFACTOR 100.0%		
GESTÃO DE ACTIVOS	FUNDIMO 71.0%	CAIXAGEST 88.3%	CGD LUXEMBURGO 100.0%	INVESTIL 84.0%	
	SOC. GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES CGD 100.0%	F. TURISMO SOC. GESTORA DE FUNDOS INVEST. IMOBILIÁRIO 33.5%			
CAPITAL DE RISCO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO	BNY CAPITAL 96.7%	FRIE GRUPO CGD 90.0%	SOFIDEMA (Macau) 33.3%	NORPEDIP 10.9%	
	SULPEDIP 10.9%	SODAP, SGPS 8.0%	FIEP 8.5%		
SERVIÇOS FINANCEIROS	SOFIN 48.2%	UNICRE 17.8%	SIBS 14.1%	SERVIMÉDIA 10.0%	
	JETCO (Macau) 3.0%	EUFISERV 3.9%	SWIFT 0.1%	AGESBAN (Espanha) 5.3%	
IMOBILIÁRIO	IMOCAIXA 100.0%	CNUFA 100.0%	INH 55.0%		
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CAIXA - SI 100.0%				
OUTROS	CULTURGEST 90.0%	SOGESTE (Macau) 40.0%	TRANSÇAS 25.0%	SEAP (Macau) 20.0%	
	IPE 17.6%	TACUSPARQUE 10.0%	EDP 4.75%	BRISA 5.2%	

De entre as empresas do grupo avultam as de natureza bancária e, entre estas, a CGD com um Activo Líquido, no final de 1996, de cerca de 80% do total do grupo (5 868,2 MC), seguindo-se o BNU (1 398 MC) e o Banco Luso-Español (392,1 MC); a Cª. de Seguros Fidelidade aparece em 4º lugar com um Activo Líquido de 280,6 MC.

Em termos de captação global de recursos para o grupo, num total de 6 603,7 MC em 1996, a primeira posição cabe também à Caixa, com 4 464,7 MC, seguindo-se o BNU com 846,9 MC e cabendo à FIDELIDADE (Ramo VIDA) 157,3 MC.

O Grupo CGD contava, em 96.12.31, com 17 057 empregados, sendo mais de 15 000 bancários, distribuídos pelas 901 agências do grupo, avultando a Caixa com 10 227 empregados e 527 agências e o BNU com 3 644 empregados e 190 agências.

A estrutura patrimonial do Grupo CGD, apresenta a seguinte evolução, nos últimos 3 anos:

BALANÇO /Grupo CGD (Consolidado) (u.m.: mil contos)

	1993	1994	1995	1996	(1994/93)	(1995/94)	(1996/95)	(1996/93)
1. Disponibilidades	755 093	224 198	198 925	257 457	-70,3%	-11,3%	29,4%	-65,9%
2. Aplicações	4 362 811	5 475 230	6 072 161	6 420 974	25,5%	10,9%	5,7%	47,2%
3. Imobilizado	294 927	300 967	338 310	344 812	2,0%	12,4%	1,9%	16,9%
4. Outras Contas do Activo	225 347	241 066	288 563	303 926	7,0%	19,7%	5,3%	34,9%
Total do Activo	5 638 178	6 241 461	6 897 959	7 327 169	10,7%	10,5%	6,2%	30,0%
5. Recursos Alheios	4 843 052	5 466 265	6 116 865	6 528 787	12,9%	11,9%	6,7%	34,8%
6. Exigibilidades Diversas	366 486	361 908	321 334	303 759	-1,2%	-11,2%	-5,5%	-17,1%
7. Capitais Próprios e Equip.	428 640	413 288	459 760	494 623	-3,6%	11,2%	7,6%	15,4%
Passivo + Situação Líquida	5 638 178	6 241 461	6 897 959	7 327 169	10,7%	10,5%	6,2%	30,0%

É de realçar o crescimento do Activo Líquido, em especial no conjunto dos 3 anos (30%) bem como o dos Capitais Próprios e Equiparados embora neste caso com uma taxa de menor expressão (15,4% no período); de assinalar, também, o grau de crescimento dos Recursos Alheios, em especial dos Depósitos a Prazo de Clientes (42%).

As principais rubricas das Contas de Exploração apresentam, no mesmo período, a seguinte evolução:

	1993	1994	1995	1996	(1994/93)	(1995/94)	(1996/95)	(1996/93)
Margem Financeira	211 754	208 951	208 930	209 004	-1,3%	0,0%	0,0%	-1,3%
Margem Financeira Alargada	213 906	210 054	210 744	210 800	-1,8%	0,3%	0,0%	-1,5%
Produto Bancário	264 406	244 045	262 805	265 254	-7,7%	7,7%	-0,2%	-0,8%
Cash-Flow de Exploração	157 860	126 757	136 294	128 580	-19,7%	7,5%	-5,7%	-18,5%
Resultado de Exploração	68 735	64 007	68 852	67 050	-6,9%	7,6%	-2,6%	-2,5%
Resultado do Exercício	34 987	43 521	58 374	49 810	24,4%	34,1%	-14,7%	42,4%
Cash-Flow do Exercício	157 914	126 572	139 669	136 575	-19,8%	10,3%	-2,2%	-13,5%
Proveitos de Exploração	710 780	752 014	849 412	739 067	5,8%	13,0%	-13,0%	4,7%
Custos de Exploração	642 046	688 006	780 560	672 018	7,2%	13,5%	-13,9%	4,7%

Assinale-se o crescimento dos Resultados Líquidos (42,4% no período) e a manutenção aproximadamente constante das Margens Financeiras (simples e alargada) bem como do Produto Bancário. Por outro lado, é de assinalar o declínio do Cash-Flow bem como dos Resultados de Exploração, em consequência do crescimento dos Custos com o Pessoal e dos Gastos Administrativos. Registe-se que, em referência aos exercícios de 1993 a 1996, a CGD entregou ao accionista único - o Estado - dividendos no montante global de perto de 92,5 MC.

Veja-se agora a evolução dos principais indicadores de gestão do Grupo CGD:

INDICADORES/Grupo CGD (Consolidado)

	1993	1994	1995	1996
Rentabilidade				
CASH-FLOW Exerc. / Activo Líquido	3,01%	2,13%	2,13%	1,92%
CASH-FLOW Exerc. / Cap. Próp. Equip.	39,0%	30,1%	32,0%	28,6%
Result. antes de IRC / Activo Líquido.	1,17%	1,10%	1,22%	1,11%
Result. antes de IRC / Cap. Próp. Equip.	15,1%	15,5%	18,3%	16,5%
Margens e Custos de Funcionamento				
Taxa média das aplicações	12,9%	10,4%	10,2%	8,9%
Taxa média dos recursos	8,8%	6,7%	6,8%	5,7%
Margem financeira / Aplicações remuneradas	5,3%	4,3%	3,7%	3,4%
Gastos Gerais Administr. / Produto Bancário	38,7%	46,0%	46,0%	48,8%
Produtividade				
VAB / Efectivos totais	15,1	15,1	16,0	15,9
Prod. Bancário / Efectivos totais	17,3	16,5	17,1	16,9
Custos Pessoal / Efectivos totais	4,8	5,3	5,4	5,7
Cash-flow Explor. / Efectivos totais	10,3	8,5	8,9	8,3
Custos Pessoal / VAB	31,6%	35,1%	34,1%	35,8%
Desenvolvimento				
Depósitos à ordem totais / Recursos Alheios	15,6%	4,1%	3,3%	3,9%
Débitos a Prazo totais / Recursos Alheios	44,4%	40,9%	40,4%	40,7%
Débitos para c/Clientes / Recursos Alheios	84,2%	82,9%	83,3%	86,4%
Solvabilidade				
Cap. Próp. Equip. / Recursos Alheios	8,9%	7,6%	7,5%	7,6%
Rácio de Solvabilidade	14,7%	13,8%	13,0%	12,9%

Com excepção da Rentabilidade que tem vindo a ser afectada pela descida acentuada das taxas de juro, a tónica dominante dos indicadores do Grupo CGD, no período em apreciação, é a da estabilidade, com pequenas oscilações nos dois sentidos, salvo no que diz respeito à variação entre 1994 e 1995, fortemente influenciada pela alteração do regime de disponibilidades mínimas de caixa.

Na sequência das diferentes operações de aquisição e fusão que caracterizaram o sector financeiro nos anos recentes, o Grupo CGD ocupa o 2º lugar dos grupos financeiros portugueses, em termos de Activos, embora a Caixa Geral de Depósitos mantenha a liderança relativamente aos restantes bancos individualmente considerados; o mesmo se passa com a FIDELIDADE em termos de produção (ramos Vida e não-Vida) em comparação com outras companhias de seguros individualmente consideradas.

Assinale-se que os depósitos em instituições do Grupo CGD representam 77% do Activo Líquido, valor substancialmente superior à média do sector (cerca de 49%) o mesmo acontecendo com o peso dos Capitais Próprios que atinge cerca de 7%, sendo a média do sector da ordem dos 4,6%, o que confirma que o Grupo CGD mantém uma sólida estrutura financeira, assegurando uma posição de destaque no sector, quer a nível nacional, quer a nível internacional onde a Caixa Geral de Depósitos ocupa a 147ª posição do ranking das maiores instituições bancárias mundiais, e o 78º lugar das europeias, em função do Activo, sendo o 10º maior Banco de Poupança mundial e o 7º europeu.

3. Caracterização jurídico-institucional do Sector Empresarial do Estado

3.1. Situação jurídico-institucional

De um ponto de vista jurídico-institucional é possível abordar o Sector Empresarial do Estado em três perspectivas:

- a) A perspectiva da entidade pública titular do capital social da empresa pública;
- b) A perspectiva da forma jurídica da empresa pública;
- c) A perspectiva da relação entre entidade pública participante ou titular e a empresa pública participada ou titulada, que resulta do cruzamento das duas anteriores.

3.1.1. Perspectiva da entidade pública titular do capital social da empresa pública

Na perspectiva da entidade pública titular do capital social da empresa pública a situação é de total heterogeneidade.

Considerando que todas as pessoas colectivas públicas gozam de capacidade jurídica de direito privado, nada obsta a que, respeitando o princípio da especialidade de fins, adquiram participações no capital de sociedades ou cooperativas ou mesmo em associações que prossigam, sem intuito lucrativo, actividades económicas.

No caso do Estado, encarado de um ponto de vista jurídico-subjectivo como pessoa colectiva pública, a sua intervenção na economia, vis a vis pela aquisição de participações no capital social de empresas ou pela criação *ex-novo* de empresas, deve pautar-se pelo respeito do princípio da legalidade, que limita aquela intervenção à prossecução de fins ou interesses constitucionalmente protegidos, cuja tutela exija actuação económica do Estado — é nisto que consiste o princípio da necessidade de actuação decorrente do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade da intervenção pública económica.

À legalidade nacional, nesta matéria, junta-se a legalidade comunitária que, por força dos princípios da unidade do mercado e da concorrência, limita as possibilidades de intervenção económica do Estado, directamente ou através de outras pessoas colectivas sobre as quais exerça

poderes jurídicos ou influência dominante, adoptando-se aqui um conceito muito amplo, que abrange meras situações de facto.

Assim, todas as pessoas colectivas públicas (incluindo Regiões Autónomas e Autarquias Locais), podem assumir iniciativas empresariais, quer participando no capital de empresas, quer criando ex novo empresas, desde que, ao fazê-lo, respeitem o princípio da especialidade das suas atribuições, que decorre, *prima facie*, do princípio da legalidade.

O Estado pode também assumir iniciativas empresarias, embora careça de permissão constitucional ou legal, de fonte nacional ou comunitária, para o fazer. Nessa medida, pode dizer-se que a iniciativa pública está sujeita a uma regra de competência e não a uma regra de liberdade, ou seja, comporta-se exactamente ao contrário da iniciativa privada, que parte de uma regra de liberdade, embora sujeita às limitações legais — para o Estado a lei é, simultaneamente, condição, fundamento e limite da sua iniciativa, enquanto que para a iniciativa privada é ou pode ser apenas condição ou limite, consoante incida sobre o acesso ou sobre o exercício de uma actividade económica.

Decorre do exposto que são os princípios da especialidade, para as pessoas colectivas públicas e o princípio da competência/legalidade, para o Estado, os principais elementos conformadores da iniciativa pública económica.

Nesta conformidade e respeitados que sejam aqueles princípios, cujo conteúdo pode oferecer várias tonalidades, consoante as opções políticas democraticamente assumidas pela comunidade, é virtualmente possível encontrar a actuação do Estado em qualquer sector de actividade, conquanto aqueles elementos conformadores sejam respeitados — as opções políticas democraticamente assumidas pela comunidade podem ir no sentido da subsidiariedade da iniciativa pública, como sucede actualmente, mas tal opção pode ser alterada, como é demonstrado pela evolução das estruturas e regimes económicos, em particular o nosso, nos últimos 22 anos.

3.1.2. Perspectiva da forma jurídica da empresa pública em sentido material

Na segunda perspectiva assinalada, de maior pendor jurídico-formal, importa analisar o regime jurídico a que pode estar sujeita a iniciativa pública empresarial. Em abstracto, é possível enunciar duas alternativas:

Regime jurídico especial;
Regime jurídico comum.

A primeira alternativa parte do pressuposto de que a iniciativa pública, por prosseguir fins de interesse geral, deve ser dotada de uma «infra-estrutura» jurídica que lhe permita alcançar esses objectivos com a maior eficácia possível, sendo condição dessa eficácia uma «titulação» jurídica especial.

A segunda alternativa parte do pressuposto exactamente inverso, assumindo que quando o Estado ou outro ente público desenvolve iniciativas económicas, mesmo quando está em causa o interesse geral, o deve fazer em igualdade de condições com o sector privado (cfr. *infra*).

É claro que a opção entre as duas alternativas depende da missão específica a atribuir à iniciativa pública empresarial. Daí o casuísmo com que deparamos numa observação empírica da composição jurídico-formal do sector público empresarial:

- (i) Empresas públicas de regime geral, cuja actividade está integralmente submetida ao direito privado;
- (ii) Empresas públicas de regime especial, dotadas de especiais prerrogativas de autoridade;
- (iii) Institutos públicos com natureza empresarial, dotados de poderes de autoridade;
- (iv) Sociedades comerciais detidas maioritária ou exclusivamente por capitais públicos, directa ou indirectamente, que prosseguem fins públicos com base em contratos de concessão;
- (v) Sociedades comerciais detidas maioritária ou exclusivamente por capitais públicos, directa ou indirectamente, que prosseguem fins públicos com base em acto ou regulamento administrativo ou mesmo com base em acto legislativo (v. g. Parque EXPO 98, S. A.);
- (vi) Sociedades comerciais detidas maioritária ou exclusivamente por capitais públicos, directa ou indirectamente, que actuam em concorrência com o sector privado.

Deste universo e sem pretender desde já antecipar conclusões, parece evidente que a linha de demarcação entre as diversas formas jurídicas conformadoras da iniciativa pública empresarial, deverá ser a dos fins prosseguidos e a dos meios necessários para o efeito.

Assim, afigura-se que a prossecução de fins de interesse público, de natureza empresarial, que exijam o exercício de poderes de autoridade, tanto poderá ser suportada por uma estrutura jurídica especial como por uma estrutura jurídica comum. A questão reside, não tanto na estrutura jurídica, mas mais no título habilitante ou translativo dos poderes de autoridade e no

carácter permanente ou precário da devolução de poderes. Só nos casos em que tal título tenha a natureza de acto legislativo com devolução de poderes a título permanente se afigura necessária a adopção de uma forma jurídica especial, que tanto poderá ser a de instituto público como a de empresa pública de regime especial.

Nos demais casos, em que a habilitação do exercício de poderes públicos decorre de contrato ou de acto administrativo e tem natureza precária, a questão da forma jurídica da entidade («pública») recipiente de tais poderes é irrelevante — aliás, até pode ser uma entidade privada.

Circunscrita nestes termos a questão, o problema está em escolher entre a figura jurídica do instituto público ou da empresa pública de regime especial, com adaptações em relação ao modelo que decorre do art.º 3.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril.

Bem vistas as coisas, as diferenças entre instituto público e empresa pública de regime especial não são muito significativas. De facto, a única diferença relevante prende-se com o facto de as empresas públicas de regime especial disporem de um diploma de enquadramento que aprova as bases gerais dos respectivos estatutos e os institutos públicos estarem sujeitos ao mais puro casuísmo, não dispondo de qualquer diploma geral de enquadramento.

A solução parece estar, assim, na construção de um estatuto jurídico que discipline os institutos públicos com fins empresariais, eliminando a figura da empresa pública de regime comum ou geral, que passaria a usar as formas jurídicas de direito comum, como de resto hoje já sucede.

A aprovação de um diploma heterovinculante para os institutos públicos com natureza empresarial, cuja criação passaria a ser efectuada por acto de valor hierárquico inferior ao decreto-lei, não se afigura tarefa especialmente difícil, uma vez que são várias as situações com essas características no ordenamento, das quais se indicam, a título exemplificativo, as seguintes:

- (i) No âmbito do Ministério das Finanças: o Instituto de Seguros de Portugal (ISP), a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e o Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP);
- (ii) No âmbito do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território: Administrações Portuárias, Instituto Nacional de Habitação (INH) e Instituto do Trabalho Portuário (ITP);

- (iii) No âmbito do Ministério da Economia: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), Fundo de Turismo, Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI);
- (iv) No âmbito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA)
- (v) No âmbito do Ministério da Saúde: Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- (vi) No âmbito do Ministério para a Qualificação e o Emprego: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- (vii) No âmbito do Ministério da Solidariedade e Segurança Social: Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL).

3.1.3. Perspectiva da relação entre entidade pública participante ou titular e empresa pública participada ou titulada

Chegados a este ponto, afigura-se nos possível sintetizar o tema das relações entre entidade pública participante ou titular e empresa pública participada ou titulada, em torno de dois paradigmas:

- (i) Relações de tutela;
- (ii) Relações de titularidade social.

A opção entre estes dois tipos de relações marcará a forma jurídica a adoptar pela empresa pública participada ou titulada.

Prevalendo razões de interesse público associadas ao exercício duradouro de poderes de autoridade, o paradigma da tutela administrativa será o adequado, embora no plano financeiro haja que proceder a ajustamentos dentro do modelo referido do instituto público com fins empresariais.

Prevalecendo razões de interesse público que aconselhem um grau menos intenso de exercício de poderes de substituição sobre a entidade participada, poderá optar-se pelo segundo paradigma avançado.

Tem-se, todavia, consciência, que este segundo paradigma é compatível com o exercício de poderes de autoridade, o que conduz a opção entre os dois paradigmas a um problema de função político-legislativa do Estado.

3.1.4. Articulação global dos poderes públicos exercidos de modo empresarial

Finalmente, em função do exposto, é possível surpreender um quarto problema que consiste na forma de articulação global dos poderes públicos exercidos de modo empresarial.

Quando estão em causa relações de tutela, o actual modelo consagra sistemas de bi-tutela ou pluri-tutela.

Quando estão em causa relações de titularidade social, são adoptadas outras opções, as quais se podem sintetizar em dois modelos essenciais:

- (i) concentração;
- (ii) dispersão;

com variantes:

- (i) concentração com grande dispersão sectorial;
- (ii) concentração com pequena dispersão sectorial;

o que nos conduz ao problema da função tutelar e accionista no SEE.

3.2. Função tutelar e accionista

3.2.1. Considerações gerais

A intervenção do Estado na economia faz-se hoje de diversas formas, directas ou indirectas, sendo uma delas através de empresas em que detém a totalidade ou parte do capital.

As empresas em que o Estado detém capital actuam no mercado de formas igualmente distintas e prosseguindo interesses mais ou menos concertados com as políticas públicas económicas, financeiras e sociais. Uma vez encontram-se em situação de monopólio, natural ou legal, nomeadamente quando o seu objectivo é a provisão dos chamados “bens públicos”, outras em situação concorrencial com as empresas de capitais privados.

Diferentes são também as formas jurídicas dadas às empresas em que o Estado intervém por via do capital, como diferente é também o grau de participação nesse capital. Às empresas totalmente detidas pelo Estado, com estatuto específico de empresa pública, tem vindo a juntar-se, senão a suceder, um amplo conjunto de sociedades comerciais.

Muitas das empresas públicas têm dado origem a sociedades ou grupos de sociedades de direito privado, em execução das estratégias governamentais, normalmente tendo em vista o desenvolvimento subsequente de processos de privatização.

A figura da sociedade de capitais exclusivamente públicos tem sido, frequentemente, a fórmula inicial de aproximação das entidades com estatuto de empresa pública ao universo das sociedades comerciais.

A par destas participações de maior vulto, existe um conjunto bastante numeroso de participações minoritárias em empresas de dimensão muito reduzida, exercendo actividades em sectores muito diversificados e por vezes já desactivadas. A sua origem é em muitos casos accidental, resultando de operações de regularização de dívidas ao Estado, de doações, mesmo do processo de nacionalizações, etc..

As participações sob a responsabilidade governamental, directa ou indirecta, encontram-se dispersas pela Direcção-Geral do Tesouro, por institutos públicos e por sociedades gestoras de participações sociais detidas pelo Estado.

A Inspecção-Geral de Finanças detém uma base de dados com informações sobre as participações de capital de todas as entidades públicas recolhidas através de circularização periódica.

A carteira de participações do Estado, mesmo considerando apenas as participações sob responsabilidade governamental, é bastante diversificada, nomeadamente quanto aos sectores em

que as empresas se inserem, à dimensão das empresas participadas e das participações e ainda às entidades detentoras.

A sistematização da análise da função de tutela e de accionista do Estado ganha, pois, com o tratamento em separado das participações minoritárias ou pouco relevantes e das participações maioritárias ou estrategicamente significativas.

3.2.2. Participações minoritárias ou pouco relevantes

Em relação ao conjunto de participações minoritárias, detidas através da Direcção-Geral do Tesouro, e desde que não estejam sujeitas a qualquer particular condicionalismo legal ou estratégico, o Estado tem exercido, de forma muito simplificada, a sua função de accionista, mantendo o respectivo inventário, recolhendo a informação básica de gestão e fazendo comparecer um seu representante nas assembleias gerais sempre que o nível de participação excede 5%.

Não é efectuado o acompanhamento da gestão e das actividades nem a recolha sistemática de informação mais elaborada em relação a estas sociedades participadas. Não está instituído qualquer sistema de gestão integrada desta carteira de participações, possibilitando, designadamente, o acerto com outras entidades públicas, seja de possíveis estratégias de cariz accionista, seja de opções conjuntas de alienação que poderiam melhorar significativamente a posição do Estado como accionista ou alterar o peso relativo da participação pública nas empresas. Consequentemente, não são realizadas quaisquer intervenções de controlo, designadamente através de auditorias determinadas pelo Governo.

3.2.3. Participações maioritárias ou relevantes

A intervenção do Estado é, naturalmente, muito diferente em relação às empresas de dimensão considerável e onde a sua participação seja igualmente mais relevante.

Neste conjunto de empresas situam-se as que têm estatuto de empresa pública (EP) e as que revestem a forma de sociedade anónima (SA), de capitais exclusivamente públicos ou não, sendo que o regime jurídico das primeiras se afasta do que é aplicável às sociedades comerciais, designadamente quanto à intervenção do accionista.

3.2.3.1. A função tutelar exercida pelo Governo nas empresas públicas

O regime jurídico das empresas públicas encontra-se definido pelo Decreto-Lei nº 260/76, de 8 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas, sendo a intervenção do Estado nele prevista mais ampla do que a consentida aos accionistas nas sociedades regidas pelo Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente sobre a vida da empresa, a sua gestão, a obtenção de informação e o exercício de controlo.

A intervenção do Estado exerce-se ao abrigo da figura de tutela legalmente consagrada. A tutela das empresas públicas é exercida pelo Ministro das Finanças e pelo ministro responsável pelo respectivo sector.

A intervenção ministerial passa, essencialmente, pela nomeação e destituição dos membros dos órgãos sociais, pelo acompanhamento da gestão e da situação das empresas, pela aprovação e autorização de diversos actos de gestão, pela aprovação dos documentos de prestação de contas anuais e pela ordenação de auditorias e outras intervenções de controlo directo.

Das mais de 50 empresas que tiveram o estatuto de empresa pública, existiam, no final de 1996, apenas 5, limitando-se a estas a aplicação do regime de tutela.

3.2.3.2. A função accionista exercida pelo Governo nas sociedades anónimas

Relativamente às empresas constituídas sob a forma de sociedade anónima, a intervenção do Estado sujeita-se ao quadro legal definido para os accionistas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos das sociedades.

A sede própria para o exercício da função accionista é a assembleia geral, na qual o Estado vai representado por um mandatário designado pelo ministro das Finanças e pelo Ministro responsável pelo sector de actividade em que se insere a sociedade, ao qual são conferidas instruções de sentido de voto, por despacho daquelas entidades.

Na assembleia geral procede-se, formalmente, à eleição e destituição dos órgãos sociais, à definição de orientações estratégicas, à aprovação dos documentos de prestação de contas e à aprovação de alterações do capital da sociedade.

Contudo, nos casos em que o Estado é o único accionista, o exercício da função accionista aproxima-se muito da forma tutelar. Por um lado, a vontade expressa em assembleia geral identifica-se com as orientações dos ministros responsáveis dadas ao representante do Estado. Por outro, o Governo, fora da assembleia geral, acaba por exercer um acompanhamento das empresas e ter uma intervenção ao nível da gestão corrente mais intensa do que, à primeira vista, se poderia julgar adequado tratando-se de sociedade comercial. É o que acontece, designadamente, quanto à obtenção de informação da sociedade, à ordenação de auditorias e mesmo à transmissão de orientações.

Uma análise mais atenta, no entanto, leva-nos a encontrar correspondência nos comportamentos das sociedades, quando accionistas únicos de outras sociedades. A sociedade accionista, naquelas condições, assumindo as participações como relevantes do ponto de vista estratégico, mantém mecanismos de acompanhamento das sociedades participadas e define orientações directas, por vezes muito precisas, às administrações destas. Este comportamento torna-se necessário para o funcionamento coerente de grupos empresariais, nos quais cada sociedade participada tem um papel preciso no desenvolvimento da estratégia do grupo em que se integra.

De igual modo, o Estado, para assegurar uma gestão correcta das participações que detém e a racionalização da utilização dos recursos públicos, tem tido necessidade de manter uma intervenção nas sociedades de que é accionista único, ou maioritário, próxima da que exerce sob a forma de tutela nas empresas públicas.

Relativamente às participações sociais do Estado, têm sido encaradas diferentes formas de estruturar o exercício da função accionista, nuns casos directamente, noutros através de sociedades gestoras de participações sociais vocacionadas para esse efeito ou de institutos públicos.

Nos casos em que o Governo assume a posição de accionista esta é protagonizada conjuntamente pelo Ministro do sector de actividade da empresa e pelo Ministro das Finanças.

Tem-se verificado, progressivamente, uma tendência para a especialização na actuação, surgindo os ministros do sector na orientação das estratégias de reestruturação e desenvolvimento e no acompanhamento das actividades, e o Ministro das Finanças especialmente quando estejam em causa operações de intervenção financeira e no acompanhamento dos impactos financeiros das estratégias e da situação financeira das empresas, tendo como referência, conforme os casos, a sustentabilidade das empresas ou a criação de valor.

Daqui decorre uma actuação e relação mais sistemática dos ministros sectoriais perante as empresas, sendo que o representante do Estado nas Assembleias Gerais é normalmente oriundo desses Ministérios, ainda que as acções integrem a carteira detida pelo Ministério das Finanças.

Quanto à utilização de sociedades vocacionadas para a gestão de uma carteira de participações do Estado, o primeiro caso foi o IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA, detendo participações num universo muito diversificado de sociedades.

Na última década o universo empresarial do Estado tem vindo a ser sujeito a reestruturações. Daí têm surgido novas sociedades com o estatuto de sociedades gestoras de participações sociais. Como exemplo, tem-se a PARTEST - Participações do Estado, SGPS, SA, a CN - Comunicações Nacionais, SGPS, SA, a SN - Siderurgia Nacional, SGPS, SA (estas duas já extintas por ter terminado o processo de reestruturação e privatização nos respectivos sectores), a PORTUCEL, SGPS e, muito recentemente, a EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA, englobando as empresas do sector da defesa.

A par destas realidades, tem-se ainda um conjunto muito significativo de participações detidas por institutos públicos de diversos sectores da actividade administrativa, com modelos de gestão e controlo em que o Governo também não participa directamente.

Mesmo sem considerar as participações detidas pelas autarquias locais e pelas regiões autónomas, pode dizer-se que são muitas as entidades encarregadas da gestão das participações sociais do Estado e, certamente, também são diferenciados os métodos e critérios de acompanhamento e de avaliação exercido sobre as empresas participadas, reflectindo-se em modelos diversificados de exercício da função accionista, muitas vezes determinados pela orientação estratégica do ministério de tutela sectorial.

Não existe uma coordenação de modelos e métodos quanto à gestão das participações do Estado e ao acompanhamento da actividade das empresas participadas, o que seria justificável, visto estarem sempre envolvidos recursos financeiros públicos relativamente aos quais cabe assegurar controlo.

3.2.4. Apoio às funções tutelar e accionista exercidas pelo Governo

Para o exercício da função tutelar e da função accionista, o Governo tem contado com o apoio de vários órgãos da Administração, além da assessoria dos gabinetes governamentais no Ministério das Finanças e nos ministérios sectoriais.

Os órgãos mais relevantes situam-se no âmbito do Ministério das Finanças, afinal aquele que, pela sua perspectiva financeira, acaba por assegurar a intervenção em todas as empresas. Até à entrada em vigor da nova Lei Orgânica do Ministério das Finanças esse apoio era assegurado pela Direcção-Geral do Tesouro (DGT), pelo Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (GAFEEP) e pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

A DGT tem assegurado, em relação às participações directamente detidas pelo Estado, o controlo do respectivo inventário, o estudo e a execução das operações sobre as mesmas incidentes (inclusivé, reprivatizações), a verificação e o processamento dos rendimentos gerados, a recolha dos elementos essenciais caracterizadores da situação jurídica e económico-financeira das empresas participadas e ainda a representação do Estado em Assembleias Gerais.

O GAFEEP assegurava o acompanhamento das empresas e participava na preparação de decisões governamentais sobre processos estratégicos e sobre actos concretos das empresas.

A IGF tem assegurado funções de controlo e de apoio técnico, realizando auditorias sobre temas relevantes das actividades das empresas, emitindo pareceres sobre os documentos de prestação de contas - no caso das empresas públicas substituindo a certificação legal das contas do revisor oficial de contas - e prestando assessoria nas matérias sobre as quais exerce o seu controlo. A sua acção tem abrangido, por determinação superior, as sociedades resultantes de transformação e reestruturação das empresas públicas, ainda que as participações estejam integradas em sociedades gestoras de participações sociais, mas não tem atingido as empresas detidas por institutos públicos.

No quadro da nova Lei Orgânica do Ministério das Finanças foi extinto o GAFEEP e foram reformuladas as competências da DGT, mantendo-se as competências da IGF. O apoio técnico na área do sector empresarial do Estado ficou concentrado na DGT e na IGF.

À DGT cabem agora funções mais amplas no domínio da intervenção financeira do Estado na economia, envolvendo o apoio técnico à decisão política, a efectivação de operações de intervenção e ainda a regularização de relações financeiras pendentes.

Neste conjunto de funções destacam-se (i) o estudo, preparação e acompanhamento de matérias relacionadas com o exercício da função tutelar e accionista em empresas, (ii) o estudo e efectivação de operações de apoio financeiro específico ou no âmbito de programas e (iii) a administração dos activos financeiros associados à intervenção financeira.

A DGT tem vindo a privilegiar o aproveitamento de sinergias entre todas as suas funções no domínio da intervenção financeira do Estado na economia (tendo em conta que parte significativa das empresas do SEE realiza actividades relacionadas com políticas económico-sociais governamentais, sustentadas por apoios do Estado) e a desenvolver as suas capacidades para actuação eficaz num quadro de gestão central das participações do Estado.

À IGF compete, como já acontecia, efectuar, nos casos legalmente previstos ou determinados superiormente, auditoria às empresas públicas, às sociedades de capitais públicos e às sociedades de economia mista em que o Estado detenha, de forma directa, uma participação no capital igual ou superior a 50%, com excepção das instituições de crédito, parabancárias e seguradoras. O enunciado destas competências mostra-se exíguo face às responsabilidades que, por determinação superior, têm vindo a ser cometidas à IGF, designadamente tendo em conta que é solicitada a intervir em sociedades detidas maioritariamente por sociedades gestoras de participações sociais.

Estão agora reunidas condições para melhorar o apoio ao Governo, integrando a gestão das participações do Estado sob sua responsabilidade e o acompanhamento da vida das empresas participadas. Não está, no entanto, expresso em lei o apoio pela via do controlo quanto a participações em sociedades do sector financeiro e quanto a participações maioritárias detidas por empresas públicas ou maioritariamente participadas.

3.3. Controlo interno

Além das funções de controlo financeiro do sector público (administrativo e empresarial) que estão cometidas à IGF, como se acabou de assinalar, cumpre referir que as empresas públicas e

as sociedades de capitais públicos dispõem de órgãos com funções de controlo interno da respectiva actividade.

Tais órgãos desempenham, genericamente, funções de controlo da legalidade e regularidade financeira da actividade da empresa, bem como de fiscalização e acompanhamento da gestão.

Nas empresas públicas, essas funções são desempenhadas por um órgão de existência obrigatória: a Comissão de Fiscalização, composta por 3 ou 5 membros, devendo um deles ser revisor oficial de contas.

Nas sociedades anónimas constituídas por capitais exclusivamente públicos, a regra resultante do Decreto-Lei n.º 26-A/96, de 27 de Março, é a de que a fiscalização é exercida por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Nas sociedades anónimas com maioria de capitais públicos, bem como nas sociedades anónimas em que a participação do Estado e de outras entidades públicas é minoritária, a fiscalização da sociedade compete a um fiscal único, que deve ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, ou a um conselho fiscal, conforme resulta do Código das Sociedades Comerciais, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro. De notar que, quando a fiscalização da sociedade esteja confiada a um conselho fiscal, um membro efectivo e um dos suplentes têm de ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

